



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
Programa de Pós-Graduação em Geografia

KÁTIA MESQUITA CAMPOS

**A DINÂMICA SOCIOESPACIAL DE ITAPURANGA NO CONTEXTO
DA MODERNIZAÇÃO E DA REDE URBANA**

GOIÂNIA

2017



TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Nome completo do autor: KÁTIA MESQUITA CAMPOS

Título do trabalho: A DINÂMICA SOCIOESPACIAL DE ITAPURANGA NO CONTEXTO DA MODERNIZAÇÃO E DA REDE URBANA

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

Kátia Mesquita Campos
Assinatura do (a) autor (a)

Data: 06 / 03 / 2017

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

KÁTIA MESQUITA CAMPOS

**A DINÂMICA SOCIOESPACIAL DE ITAPURANGA NO CONTEXTO
DA MODERNIZAÇÃO E DA REDE URBANA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, como requisito para obtenção de título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. João Batista de Deus

GOIÂNIA, JANEIRO DE 2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Mesquita Campos, Kátia

A dinâmica socioespacial de Itapuranga no contexto da modernização e rede urbana [manuscrito] / Kátia Mesquita Campos. - 2017.

cxlix, 149 f.

Orientador: Prof. Dr. João Batista de Deus.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2017.

Bibliografia. Anexos.

Inclui fotografias, lista de figuras, lista de tabelas.

1. modernização. 2. rede urbana. 3. dinâmica socioespacial. 4. polarizações. I. Batista de Deus, João, orient. II. Título.

CDU 911.375.1



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: NATUREZA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
Katia Mesquita Campos**

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete (2017), a partir das 14h, no Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, teve lugar a sessão de julgamento da Dissertação de Mestrado de Katia Mesquita Campos, intitulada: "A DINÂMICA SOCIOESPACIAL DE ITAPURANGA NO CONTEXTO DA MODERNIZAÇÃO E REDE URBANA". A banca examinadora foi composta, conforme Portaria n.º 003/2017 da Diretoria do IESA, pelos seguintes Professores Doutores: Prof. Dr. João Batista de Deus (Presidente), Prof. Dr. Denis Castilho (membro titular interno) e Prof. Dr. Wagner Alceu Dias (membro titular externo). Os examinadores arguiram na ordem citada, tendo o candidato respondido satisfatoriamente. Às 16:30 horas a Banca Examinadora passou a julgamento, em sessão secreta, tendo a candidata obtida os seguintes resultados:

Prof. Dr. João Batista de Deus (Presidente) – Ass. _____
Aprovada Reprovada () _____
Prof. Dr. Denis Castilho – Ass. _____
Aprovada Reprovada () _____
Prof. Dr. Wagner Alceu Dias – Ass. _____
Aprovada Reprovada () _____

Resultado final: Aprovada Reprovada ()

Houve alteração no Título? Sim () Não

Em caso afirmativo, especifique o novo título: _____

Outras observações: _____

Reaberta a Sessão Pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou o resultado e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata, que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela Secretária do Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Secretaria..... _____

Geog. M^c. Ronaldo Ferreira Duarte
Mat. S/APE-UFG 1317863
CREA 16069/D-GO

KÁTIA MESQUITA CAMPOS

**A DINÂMICA SOCIOESPACIAL DE ITAPURANGA NO CONTEXTO
DA MODERNIZAÇÃO E DA REDE URBANA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, como parte dos requisitos para obtenção de Título de Mestre em Geografia, aprovada em 25 de Janeiro de 2017 pela banca examinadora, constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. João Batista de Deus – Orientador

Prof. Dr. Denis Castilho – UFG/IESA

Prof. Dr. Wagner Alceu Dias – UEG/Formosa

DEDICATÓRIA

A minha família e a todos que contribuíram de alguma forma para a concretização desse sonho...

Em especial ao meu esposo Ronivon e meus filhos Lorrany, Lucas e Luan.

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Deus criador de todas as coisas, minha base, meu refúgio e minha fortaleza, que me concedera a graça de realizar esse projeto na minha vida...

À minha família, em especial ao meu esposo Ronivon pelo companheirismo e acima de tudo pelas contribuições dadas a este trabalho, aos meus filhos Lorrany, Lucas e Luan que souberam entender minhas ausências em determinadas fases da construção deste projeto.

Ao meu pai Ismael e a minha mãe Diná pelo irrestrito apoio a este sonho que agora se concretiza.

Ao professor Denis Castilho pelas valorosas contribuições no processo de qualificação, sobretudo pela sua prestimosa atenção em momentos cruciais durante a construção de fundamentos teóricos essenciais para conclusão deste trabalho.

Ao Professor Wagner pela hospitalidade e logística que foram fundamentais para a conclusão desta pesquisa.

Ao professor João de Deus por acreditar e acolher de forma calorosa esse trabalho, pelas orientações e debates fecundos que nortearam esse projeto.

Aos professores do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação do Instituto de Estudos Socioambientais pelas valorosas contribuições e fundamentações incorporadas à minha vida acadêmica.

E por fim, aos colegas discentes pela companhia e pela receptividade no decorrer das atividades de cumprimento de créditos obrigatórios.

A força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos que apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une.

Milton Santos

RESUMO

Por meio das transformações desencadeadas pelo processo de modernização, os territórios se tornam integrados e fluídos, dando origem a atual dinâmica socioespacial. Esse processo permite a difusão dos centros urbanos pelo território e sua organização em redes urbanas, que se articulam e formam as várias centralidades existentes. Diante disso, este trabalho teve como objetivo compreender a dinâmica socioespacial de Itapuranga por meio das relações estabelecidas entre o município e os demais centros da rede urbana, dinamizados pelo processo de modernização territorial. Para isso, os procedimentos metodológicos basearam-se em revisão bibliográfica, levantamento de dados em instituições públicas e privadas, realização de trabalhos de campo, aplicação de questionários e entrevistas. O presente trabalho revelou que a dinâmica socioespacial de Itapuranga forma-se por meio das interações desse centro com os demais municípios da rede urbana, criando uma estrutura e organização espacial capaz de atender aos anseios das relações sociais de produção.

Palavras-chave: Modernização; Rede Urbana; Dinâmica Socioespacial; Polarizações.

ABSTRACT

By means of the transformations unleashed by the process of modernization, the territories become integrated and fluid, giving rise to the current socio-spatial dynamics. This process allows the diffusion of the urban centers by the territory and its organization in urban networks that articulate and form the various existing centralities. Before that, this work has as an objective to understand the socio-spatial dynamic of Itapuranga by means of the interactions established between the municipality and the other centers of the urban network, boosted by the process of territorial modernization. For this, the methodological procedures of based on biographic review, data collection in public and private institutions, application of fieldwork, questionnaires and interviews. The present work revealed that the socio-spatial dynamic of Itapuranga forms by means of the interactions from this center with the others municipalities of the urban network, creating a structure and spatial organization capable of meeting the yearnings of the social relations of production.

Keywords: Modernization; Urban Network, Socio-spatial Dynamics; Polarizations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Localização do Município de Itapuranga – GO.....	17
Figura 02 – Centros de influência do município de Itapuranga em 2016.....	18
Figura 03 – Rua 45 localizada no Xixazão/Itapuranga em 2016.....	19
Figura 04 – Rua 45 localizada no Xixazinho/Itapuranga em 2016.....	20
Figura 05 – Comércio ambulante do entorno da Rodoviária de Itapuranga em 2016....	21
Figura 06: Rede Urbana Brasileira – Regic, 2007.....	42
Figura 07: Conexões externas de Brasília – Go em 2007.....	55
Figura 08: Região de Influência e Conexões Externas de Goiânia – Go em 2007.....	56
Figura 09 – Povoado do Xixá na década de 1930.....	62
Figura 10 – Desenvolvimento das infraestruturas de Itapuranga na década de 1960....	65
Figura 11 - Localização das APLs de confecção e Colégios Tecnológicos de Goiás em 2014.....	71
Figura 12 – Domínio remanescente do Cerrado do Município de Itapuranga – GO no ano de 2016.....	76
Figura 13 - Vale Verde Empreendimentos Agrícolas no Município de Itapuranga – GO no ano de 2016.....	78
Figura 14 – Uso da terra no Município de Itapuranga – GO no ano de 2016.....	79
Figura 15 – Produção de Maracujá, arroz e cana-de-açúcar no Município de Itapuranga – GO, entre os anos 2004 a 2010.....	80
Figura 16 – Espacialização da circulação de etanol produzido em Itapuranga no ano de 2010.....	81
Figura 17 – Espacialização da circulação de etanol produzido em Itapuranga no ano de 2016.....	83
Figura 18 – População urbana e rural do município de Itapuranga nos anos 2000 e 2010.....	93
Figura 19 – Distribuição do PIB entre os setores econômicos de Itapuranga no ano de 2013.....	95
Figura 20 – Participação dos produtos agrícolas na produção de Itapuranga no ano de 2015.....	96

Figura 21 – Espacialização da circulação dos produtos da Cerâmica Mota de Itapuranga no ano de 2016.....	98
Figura 22 – Espacialização da circulação do Grupo P&M no ano de 2016.....	99
Figura 23 – Rede viária do município de Itapuranga em 2016.....	100
Figura 24 – Região de Influência de Goiânia – REGIC (2007).....	105
Figura 25 – Rede urbana local e regional do município de Itapuranga em 2016.....	107
Figura 26 – Polarização da Rede Bancária de Itapuranga em 2016.....	109
Figura 27 – Polarização da Rede Comercial de Itapuranga em 2016.....	110
Figura 28 – Polarização do Ensino Superior de Itapuranga em 2016.....	113
Figura 29 – Polarização do Setor de Serviços em Itapuranga em 2016.....	115
Figura 30 – Área de Influência Direta do município de Itapuranga em 2016.....	116
Figura 31 – Espacialização dos meios polarizadores na malha urbana do Xixazão no município de Itapuranga em 2016.....	118
Figura 32 – Espacialização dos meios polarizadores na malha urbana do Xixazinho no município de Itapuranga em 2016.....	120
Figura 33 – Evolução da expansão urbana do município de Itapuranga.....	121
Figura 34 – Organização espacial da malha urbana do município de Itapuranga em 2016.....	125
Figura 35 – Residências localizadas na área central do município de Itapuranga em 2016.....	126
Figura 36 – Residência localizada no Setor Milton Camilo de Faria do município de Itapuranga em 2016.....	127
Figura 37 – Residencial Jardim Imperial no município de Itapuranga em 2016.....	128
Figura 38 – Vila Mutirão no município de Itapuranga em 2016.....	129
Figura 39 – Conjunto habitacional Margareth Soares no município de Itapuranga em 2016.....	130
Figura 40 – Casas na área de domínio da Avenida Tancredo Neves no município de Itapuranga em 2016.....	131

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Principais de centros de polarização do Esboço Preliminar de 1967.....	48
Tabela 02 – Região urbana de Goiânia em 1972.....	51
Tabela 03 – Região de Influência de Goiânia em 1987.....	52
Tabela 04 – Interações espaciais e níveis de centralidade da área de atuação de Goiânia e Brasília em 1993.....	53
Tabela 05 – Região de Influência de Goiânia e Brasília em 2007.....	57
Tabela 06 – Produção Agrícola de Itapuranga entre os anos de 2004 a 2015.....	82
Tabela 07 – Quantitativo do Ensino Superior em Itapuranga no ano de 2016.....	87
Tabela 08 – Quantitativo da rede médica e laboratorial da área de influência de Itapuranga em 2016.....	89
Tabela 09 - Município de Itapuranga e cidades vizinhas: alguns indicadores de polarização – 2010.....	91
Tabela 10 – Aspectos demográficos do município de Itapuranga nos anos de 2000 e 2010.....	92
Tabela 11 – Empregos e rendimentos do município de Itapuranga entre os anos de 2000 a 2014.....	93
Tabela 12 – Empreendimentos cadastrados no município de Itapuranga em 2016.....	94
Tabela 13 - Área de cobertura das rádios de Itapuranga em 2016.....	101
Tabela 14 – Municípios polarizados pelas instituições de Ensino Superior de Itapuranga em 2016.....	111
Tabela 15 – Setor de serviços do município de Itapuranga em 2016.....	114

SUMÁRIO

RESUMO.....	07
ABSTRACT.....	07
LISTA DE FIGURAS.....	08
LISTA DE TABELAS.....	10
INTRODUÇÃO.....	12
1 – O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO E A FORMAÇÃO DA REDE URBANA.....	16
1.1 – Um olhar sobre o município de Itapuranga.....	16
1.2 – Modernização: conceito, atores e sentidos.....	22
1.3 – Do espaço produzido à modernização territorial em Goiás.....	31
1.4 – A formação e difusão de redes urbanas.....	38
2 – A FORMAÇÃO TERRITORIAL DE ITAPURANGA NO CONTEXTO DA REDE URBANA.....	59
2.1 – Temporalidade e espacialização: constituição do processo histórico.....	59
2.2 – Do “Xixá” a Itapuranga – o passado e o presente na cidade.....	61
2.3 - O processo de apropriação e uso do território de Itapuranga pela agroindústria canavieira.....	72
3 – O MUNICÍPIO DE ITAPURANGA NA REDE URBANA REGIONAL.....	85
3.1 – A infraestrutura urbana e a constituição de uma centralidade.....	85
3.2 – Relações e interações do município de Itapuranga com sua rede urbana.....	103
3.3 – Polarização do município de Itapuranga: dinâmica e organização do espaço urbano.....	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
REFERÊNCIAS	137
ANEXOS.....	142

INTRODUÇÃO

Muitas são as transformações no território provocadas pelo processo de modernização, que promove a inserção do espaço na lógica da reprodução capitalista. Esse processo cria os meios necessários para a construção de um território integrado e fluído, onde os novos ideais possam ter livre curso e implantar uma rede de reprodução capitalista. Dentro dessa lógica, formam-se as redes urbanas, que segundo Corrêa (1997) geram uma integração hierarquizada dos centros urbanos; bem como, a expansão de fluxos de informação, variados bens e prestação de serviços.

O território transformado pelo processo de modernização é recortado por diferentes redes que promovem a dinâmica e a interação entre as várias localidades. De acordo com Santos (2006), as redes são formadas pelos aspectos materiais (infraestrutura) e os aspectos sociopolíticos (pessoas, relações e valores). Assim, as redes não são apenas técnicas, também são oriundas dos processos sociais; se tornam reais através de ação de grupos sociais. O movimento social é que promove a dinâmica das redes. Eles expressam tanto da dinâmica local como a das grandes corporações. Por isso, não há um padrão espacial único de redes, elas são resultados de um misto de racionalidades que formam a estrutura socioespacial de cada território. A dinâmica entre esses aspectos formam a rede na atualidade, que também deve ser vista como um processo resultante de diferentes realidades e temporalidades.

Dessa forma, os sujeitos, ao produzirem seu território, vão construindo redes que se entrecruzam, formam a dinâmica e o campo de atuação dos vários municípios existentes, dando origem a uma rede hierarquizada de centros urbanos. Muitos municípios têm uma atuação restrita ao seu próprio território, são os chamados centros locais (Regic 2007); outros possuem uma atuação maior, pois envolve além de seu território, alguns municípios que utilizam seus bens e serviços (Centro de Zona); outros possuem uma polarização maior ainda e assim, vai sendo construída o campo de atuação de cada centro urbano. Essa estrutura espacial e ramificada está estritamente relacionada às transformações promovidas pela modernização dos territórios, que proporcionou novos modelos de produção e mudanças no padrão de consumo. De acordo com Santos (2012), essa estrutura complexa forma a atual rede urbana, que é comandada pelas metrópoles; logo a seguir, numa posição intermediária, estão as cidades regionais; e na base, as cidades locais.

Entre as pequenas cidades, existem aquelas que exercem influência sobre outras menores. Por exercerem relações mais complexas que os centros locais, desempenham uma maior abrangência dentro da rede urbana. Isso ocorre devido a esses polos apresentarem infraestruturas mais complexas, permitindo a oferta de bens e serviços que não são oferecidos nas cidades locais ou são de maneira precária. Segundo Fresca (2010), as pequenas cidades possuem atividades urbanas que extrapolam o nível mínimo, mas sua complexidade não permite que sejam consideradas intermediárias ou metrópoles; mesmo com certa complexidade, são pequenas cidades.

Diante de tais fatos, a presente pesquisa buscou compreender como essas transformações vêm sendo inseridas no território goiano, principalmente no município de Itapuranga. Procuramos refletir como a modernização provoca modificações técnicas, econômicas, políticas e sociais em todo o espaço, promovendo a estruturação de territórios recortados por redes urbanas, constituídas por diferentes centralidades. Também buscou, analisar como esse processo – produzido por muitas ações, ideais e temporalidades – molda a organização espacial dos municípios para atender às necessidades locais, regionais e principalmente, às demandas impostas pela produção capitalista.

A metodologia utilizada neste estudo ocorreu por meio de levantamento bibliográfico, pesquisa de documentos, entrevistas, aplicação de questionários e pesquisa de campo. O levantamento das bibliografias foi feito inicialmente por meio da seleção de livros, artigos, dissertações e teses que abordam sobre modernização e redes urbanas. Também fizemos um levantamento dos estudos publicados pelo IBGE (Regics) para compreender a evolução da estrutura urbana brasileira e a formação das áreas de influências dos municípios. Em um segundo momento, decorrer da análise das obras, evidenciamos a necessidade de buscar trabalhos que embasassem pontos específicos da pesquisa, como implantação de redes, mobilidade, polarização de centros menores, entre outros. Fizemos busca em sites e documentos de órgãos públicos e privados de Itapuranga, objetivando encontrar dados para compreender como se deu o processo de modernização do município e como isso contribuiu para a formação da centralidade de Itapuranga. As entrevistas e questionários foram muito importantes para identificar os municípios que formam a área de influência de Itapuranga, bem como, estabelecer o grau de dependência desses municípios; também foram de suma importância para a elaboração dos mapas, gráficos e tabelas. Com a pesquisa de campo pudemos perceber como a modernização e a polarização exercida por Itapuranga repercute na organização espacial do município.

A presente dissertação é formada por três capítulos. O primeiro faz uma leitura inicial de Itapuranga para situar o leitor sobre os aspectos gerais do município. Logo a seguir, apresenta as bases teóricas do processo de modernização, fazendo um diálogo com os elementos presentes no município, para entender como a lógica desse processo foi moldando as características atuais de Itapuranga e formando a estrutura produtiva ligada aos imperativos do capital. Faz uma leitura de como o processo de modernização foi transformando o território goiano por meio da implantação de técnicas e ações políticas, inserindo-o na rede modernizada dos grandes centros do país. Também realiza uma discussão com os principais autores que trabalham com o tema de redes urbanas, principalmente Corrêa (2006) e Santos (2006). Evidencia como os estudos realizados pelo IBGE (Regics) contribuíram para a compreensão do processo de formação e evolução das redes urbanas brasileiras, com destaque especial para os centros goianos que comandam a rede urbana de Goiás, bem como aqueles que mantêm relações com o município de Itapuranga.

O segundo capítulo faz uma análise do processo de formação de Itapuranga, pensando o município enquanto centro urbano integrante de uma rede urbana hierarquizada. Para isso, levamos em consideração sua formação territorial, analisando como os eventos foram sendo implantados e contribuindo para o fortalecimento econômico e político do município. Procuramos evidenciar os eventos que contribuíram de maneira mais expressiva para a constituição da infraestrutura necessária na formação da centralidade exercida pela cidade; pois, a sociedade, ao construir o processo histórico implanta novos elementos, articula-os com os antigos e forma a dinâmica atual do município. Dentro dessa dinâmica, procuramos evidenciar o papel da agroindústria Vale Verde que, ao ser implantada no município, promove mudanças na estrutura produtiva, econômica, social e política. Enfim, busca analisar como o município é inserido na rede modernizada e se torna um importante centro urbano.

Por fim, o terceiro capítulo apresenta como a constituição da infraestrutura urbana de Itapuranga contribui para a formação da centralidade do município. Para isso, destacamos as infraestruturas que são fundamentais para a polarização que o município exerce: comércio, serviços médicos e laboratoriais, ensino superior e rede bancária. Evidenciamos como a oferta de bens e a prestação de serviços formam a área de influência da cidade, estruturando a economia local para atender a demanda da rede a que pertence. Apresenta os relacionamentos e fluxos que se estabelece entre o município e a rede urbana a qual está submetido; também as que se formam entre Itapuranga e os centros urbanos que estão sob sua polarização.

Para estabelecer os municípios que são polarizados por Itapuranga utilizamos os dados obtidos com as entrevistas e questionários aplicados no comércio local, prestadores de serviços e rede bancária. Os graus de intensidade de relacionamentos também foram definidos por esse mecanismo. As informações foram analisadas e sistematizadas em mapas de polarizações e tabelas presentes no terceiro capítulo. Reunindo os dados obtidos em cada meio polarizador, elaboramos dois mapas sínteses: o primeiro demonstra os municípios que formam a área de influência direta de Itapuranga – cidades que foram citadas em pelo menos três dos quatro meios polarizadores. O segundo mapa é elaborado a partir do primeiro, dos municípios que formam a área de influência direta retiramos os que dão origem a área de influência imediata de Itapuranga – centros urbanos que possuem maior intensidade de relacionamentos (intenso e forte).

Por último, demonstramos como a polarização exercida influencia diretamente na organização socioespacial da cidade, formando áreas diferenciadas e desiguais. Para fazer essa análise, as visitas a campo e as pesquisas em órgãos públicos e privados foram fundamentais; pois assim, podemos perceber como a malha urbana é organizada para atender as necessidades impostas pelo centro polarizador. Enfim, como as relações capitalistas vão englobando os centros urbanos, proporcionando uma organização socioespacial permeada por movimentos, desigualdades e contradições.

1 – O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO E A FORMAÇÃO DA REDE URBANA

Diante da configuração socioespacial dos territórios, a modernização e a implantação das redes urbanas fornecem os elementos necessários para compreender os processos que desencadearam a dinâmica da sociedade atual. A modernização dos territórios possibilitou a criação dos meios técnicos e políticos capazes de fortalecer a economia dos municípios e formar as várias centralidades existentes dentro da rede urbana. Mas esse processo ocorre de maneira diferenciada em cada território, pois vai depender da capacidade dos municípios de construir as funcionalidades necessárias e externalizá-las a outros centros urbanos. Cada contexto específico precisa ser analisado para revelar o modo como as ações internas e externas moldam as características de cada município e constroem sua centralidade perante outros centros urbanos.

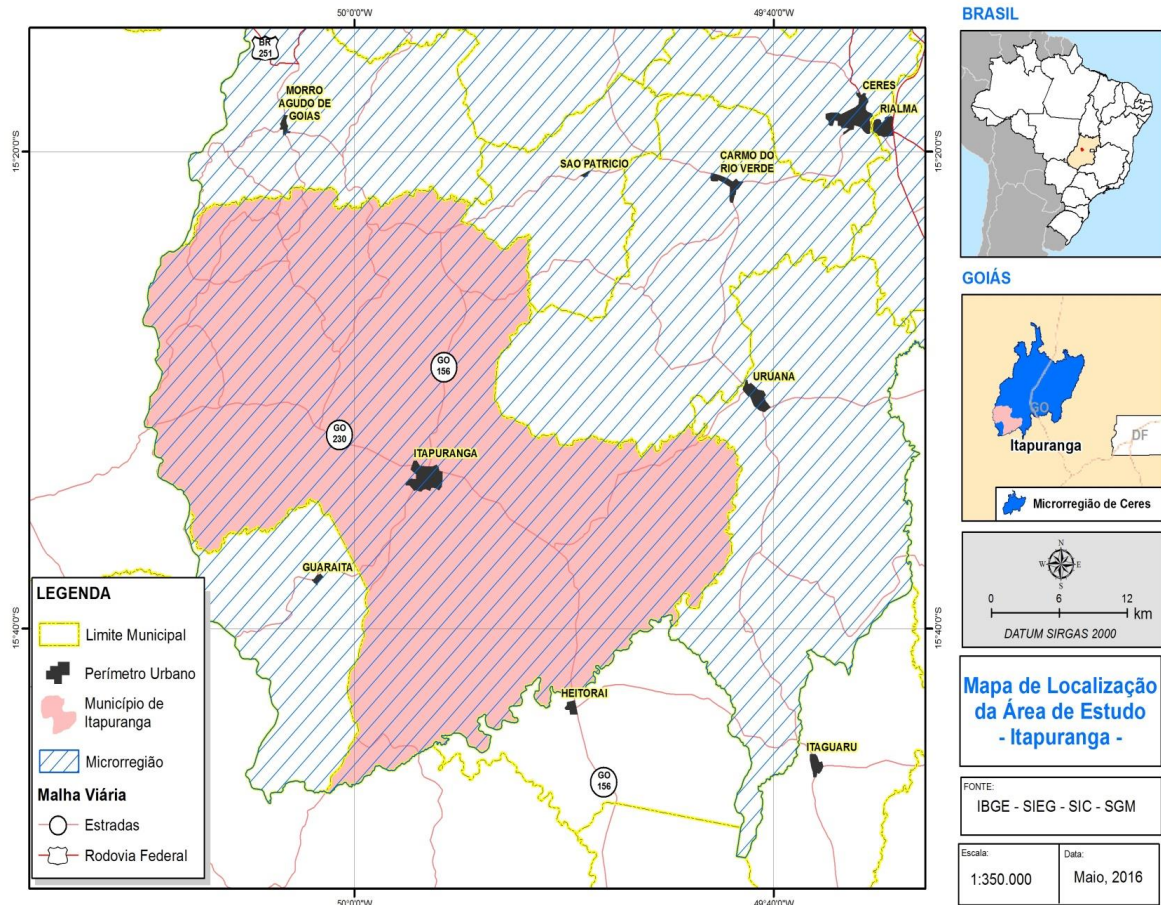
1.1 – O município de Itapuranga e sua paisagem: iniciando o debate

O município de Itapuranga-GO (figura 01) está localizado na microrregião de Ceres e na Região de Planejamento do Noroeste Goiano (Estrada do Boi), com área total de 1.276,48 km² de extensão, e sua população está estimada em 2016 de 26.612 habitantes. Distante 153 km da capital de Goiás - Goiânia, o município localiza-se na latitude 15°32'18" Sul e na longitude 49°56'5" Oeste; tem uma altitude de 653 metros e uma densidade demográfica de 20,7 hab/km². O PIB (Produto Interno Bruto) do município se concentra no setor de serviços (59%), seguido pela agropecuária (27%) e por último, a indústria com 14%. Possui dois distritos, Diolândia e Cibele, e dois aglomerados rurais, Lajes e São José. Faz limite com os municípios de Faina, Cidade de Goiás, Heitorai, Morro Agudo de Goiás, São Patrício, Carmo do Rio Verde, Uruana e Guaraíta.

A maior parte da produção do campo do município está voltada para alguns segmentos econômicos, que impõem uma lógica produtiva destinada a atender seus interesses. A produção agrícola é comandada pela cana-de-açúcar, destinada a abastecer a usina de álcool de Itapuranga – Vale Verde Empreendimentos; a produção de alimentos básicos (arroz e feijão) é irrisória se comparada a produção da cana. Os principais produtos da pecuária municipal são o rebanho bovino (destinado em sua maioria, ao abastecimento de alguns grandes frigoríficos, como o JBS/Friboi) e a produção de galináceos (destinados ao

abastecimento da indústria Super Frango/São Salvador Alimentos, sediada no município de Itaberaí).

Figura 01 – Localização do Município de Itapuranga – GO

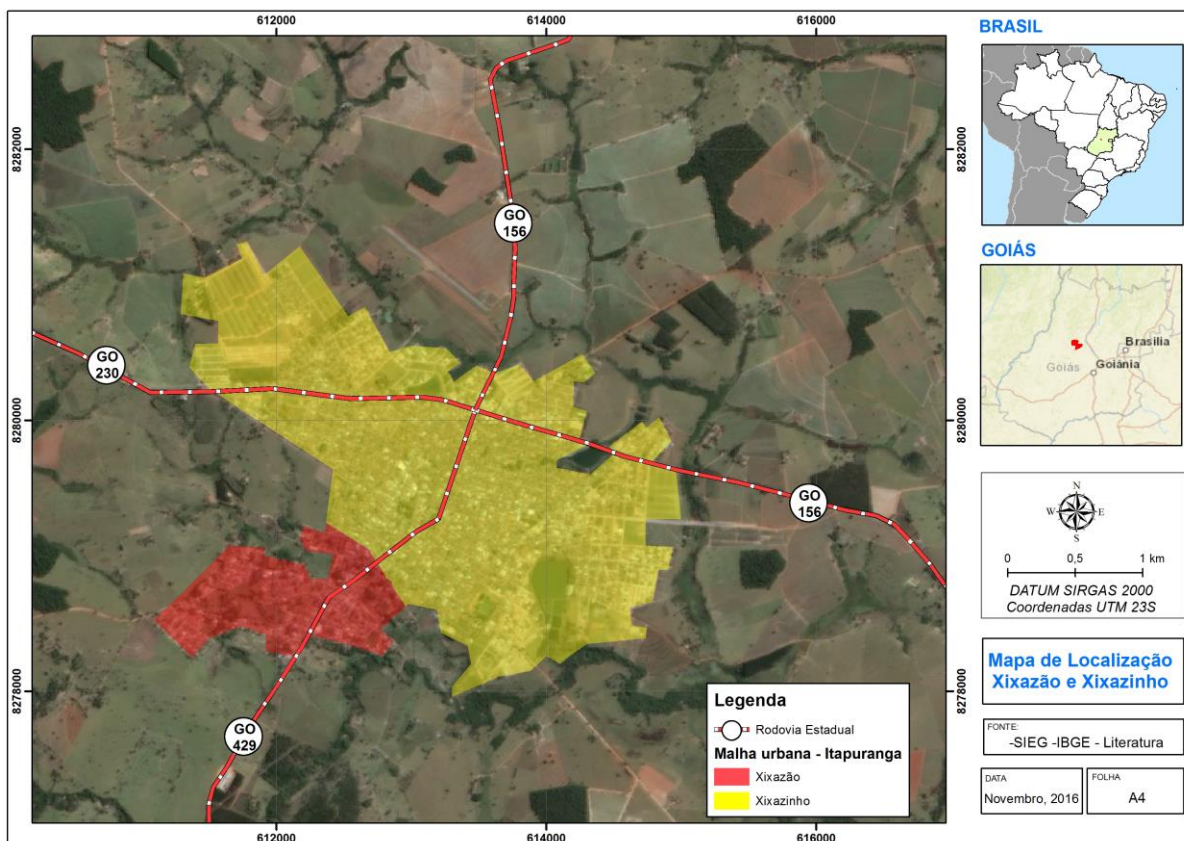


A cidade de Itapuranga possui dois centros de influência (Figura 02), uma parte mais antiga (Xixazão) – local de origem das primeiras casas - e uma parte mais recente (Xixazinho). O Xixazão se caracteriza como um centro histórico do município, com casas e construções tombadas pelo patrimônio histórico, um ritmo de vida e funcionalidades típicas de um pequeno centro urbano. O Xixazinho representa a parte mais dinâmica da cidade, concentra a maior parte da população, abriga os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; os bancos da cidade e os principais pontos de comércio e lazer.

Ao andar pelas ruas do Xixazão, nos deparamos com um ambiente que lembra uma cidade histórica, nas subidas e ladeiras do bairro, a vida é sentida e vivenciada de uma maneira singular, onde as ações dos moradores representam a maneira de agir e sentir desse povo. Em meio às brincadeiras das crianças no fim de tarde, os vizinhos sentam na frente de suas casas para conversar e trocar as experiências do dia. Os moradores mantêm uma relação

muito próxima entre si, as pessoas ao lado são muito mais que vizinhos; é como se todos fossem uma grande família, com momentos de alegria e proximidade e outros de brigas e desentendimentos.

Figura 02 – Centros de influência do município de Itapuranga em 2016.



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Os bairros que formam o Xixazão são praticamente residenciais, compostas por casas, em sua maioria, modestas; em sua maioria construída pelos próprios moradores, apenas algumas possuem construções mais arrojadas. Grande parte dos moradores trabalha e faz suas compras no Xixazinho. A principal rua da cidade, Rua 45, tem origem no Xixazão. A GO-429, que liga Itapuranga a Guaraíta e Cidade de Goiás, se torna a Rua 41 ao adentrar o perímetro urbano. Por sua vez, essa rua ao atingir a igreja Matriz (local de origem do município) se torna a Rua 45 (Figura 03). Essa rua é a principal via do Xixazão, os poucos pontos de comércio (drogaria, supermercado e bares) estão localizados nesse trecho. As ruas dos bairros são calmas, composta por ciclistas, motociclistas e carros pequenos; devido ao pouco fluxo, o Xixazão não possui semáforos, apenas demarcações nas ruas e placas de trânsito. Os moradores contam com uma escola da rede estadual, uma escola municipal e uma creche infantil; não possuem nenhuma escola, clínica e hospital particular. Há apenas um posto de saúde com atendimento clínico e odontológico, os demais serviços são feitos no

Hospital Municipal e clínicas particulares do Xixazinho. O Xixazão abriga a Indústria Café Canastra (torrefação e moagem) e a Indústria de Pneus Papa Légua. O Xixazão se constitui em um importante fornecedor de mão de obra e consumidores para o comércio de Itapuranga.

Figura 03 – Rua 45 localizada no Xixazão/Itapuranga em 2016.



Foto: Campos, K. 2016.

O Xixazinho está localizado em uma área mais plana, formado por uma área central e por vários bairros que cresceram ao seu entorno. No centro se concentra os principais pontos comerciais e de prestação de serviços; e os bairros do entorno, além de abrigar a maior parte da população, do mercado consumidor e da mão de obra do município, também possui funcionalidades próprias, como os supermercados, drogarias, bares e lanchonetes de cada localidade. As ruas são mais movimentadas e possuem um maior fluxo de pessoas e carros, principalmente nos horários mais críticos, como a hora de entrada e saída do trabalho e a escola das crianças; devido a isso, foram instalados semáforos em alguns pontos da cidade para orientar os motoristas e a população.

A Rua 45 (Figura 04) representa a referência da área central do Xixazinho, em toda a sua extensão se localiza os principais pontos comerciais, bancos e movimentação da cidade. Em seu entorno, bairros próximos, são entrelaçados um emaranhado de pontos comerciais que dão sustentação à rua principal. O comércio é bem diversificado, formado por lojas de roupas que vão desde moda íntima até acessórios para variados gostos, lojas de eletrodomésticos e eletrônicos, guloseimas, perfumes e produtos de beleza em geral. A maior parte das prestações de serviços também se concentra na área central; as lanchonetes,

restaurantes, bares, serviços de manutenção e assistência, advocacia, contabilidade, arquitetura e clínicas estão distribuídos pela Rua 45 e seu entorno. Os bancos da cidade (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú e Bradesco) estão todos localizados um próximo ao outro, justamente em torno da Rua 45. Seguem o padrão da Rede dos bancos, possuem caixas rápidos de atendimento e uma área interna para atendimento especializado.

Figura 04 – Rua 45 localizada no Xixazinho/Itapuranga em 2016.



Foto: Campos, K. 2016.

Logo abaixo à Rua 45, formou-se um subcentro em torno da Rua 49, que possui uma grande quantidade de comércios, lanchonetes e restaurantes. Nessa rua também se localiza a Rodoviária da cidade, que se transformou em uma importante área de comércio ambulante. Em toda a extensão de seu entorno (Figura 05), possui carros de milho verde, abacaxi, laranja e produtos rurais, como queijo, ovos e galinhas; produtos oriundos do próprio município e também de municípios vizinhos. No espaço da rodoviária também há uma prestação de serviços de “carroceiros” e carros de aluguel, que ficam à disposição para fretes e variados serviços.

Figura 05 – Comércio ambulante do entorno da Rodoviária de Itapuranga em 2016.



Foto: Campos, K. 2016

Ao percorrer as ruas da cidade de Itapuranga, percebemos a relação contraditória entre o antigo estabelecido e o novo que chega. Os objetos antigos foram produzidos em outra época, com outras normas; dando forma a uma determinada funcionalidade. Com o crescimento, a cidade vai incorporando os novos objetos implantados por ações de atores que visam promover mudanças na estrutura estabelecida e com isso, difundir uma nova lógica de produção. De acordo com Santos (2006), por estarmos vivendo em um “tempo dos objetos”, o espaço está sempre mudando, tanto em sua aparência como também em suas relações. As mudanças ocorrem quando novas forças incidem sobre os objetos, que são, segundo o autor, “trocados, revalorizado ou desvalorizados”.

O Xixazão conserva muito dos objetos antigos e também da funcionalidade estabelecida no passado. Não somente na arquitetura das casas, mas também, no modo de produzir a realidade, que é pouco dinâmica e ainda muito dependente. O comércio estabelecido no Xixazão é pouco diversificado, oferece apenas produtos básicos de alimentação e farmacêuticos; não possui oferta de outros produtos, como vestuários, calçados, acessórios e prestação de serviços. A carência desses produtos e serviços é suprida pelo Xixazinho. À medida que os novos objetos chegaram ao município, foram sendo inseridos

nessa área, devido atender aos interesses da nova classe capitalista e estar mais relacionados às novas funcionalidades. Enfim, Itapuranga possui uma funcionalidade permeada pela inserção do capital, fato que promove a modernização de seu território e a formação de uma centralidade local dentro da rede urbana a qual está inserida.

1.2 – Modernização: conceito, atores e sentidos

Tendo sua origem ligada aos processos ocorridos na Europa, Iluminismo e revoluções, como assinala Black (1971), o termo modernização se tornou muito utilizado em diversos meios, no cotidiano das pessoas, nas produções científicas, nos debates acadêmicos, em jornais e revistas, entre outros. Muitas vezes, o termo é utilizado sem a devida fundamentação a qual está envolvido, promovendo certa banalização e esvaziamento do conceito, com uma multiplicidade de sentidos. Diante disso, o olhar geográfico pode contribuir para compreender o processo de modernização, analisando as realidades espaciais a qual está inserido.

De acordo com Black (1971), o termo modernização possui uma origem recente, mas a expressão “moderno” é de origem latina do século VI. A palavra foi utilizada em diferentes línguas para diferenciar os conceitos e teóricos tradicionais dos contemporâneos. No século XVII, surgiram as expressões “modernidade” e “modernização” se referindo à origem técnica. Nos séculos XVII e XVIII, o termo passou a ter um sentido mais definido quando historiadores da Europa deixaram gradativamente de utilizar a classificação do tempo de acordo com a “Era Cristã” e segundo o autor, começaram a utilizar as expressões “períodos antigos, medievais e modernos”.

Desde quando surgiram as expressões “modernidade” e “modernização” já ganharam um significado diferenciado. Para Viana, a modernidade (2009, p. 26), “[...] pode ser compreendida como o período histórico marcado pelo predomínio do modo de produção capitalista e a modernização como o processo de desenvolvimento da modernidade.” Na visão de Black (1971, p. 15), “modernidade” se refere “[...] as características comuns aos países mais avançados no campo tecnológico, político, econômico e social [...]” Já a modernização era usada para “[...] qualificar o processo de aquisição dessas características.” Desse modo, a modernidade pode ser compreendida como um conjunto de ideias que representam as inovações dos países desenvolvidos, que chegam em variados lugares, mas de maneiras e intensidades diferenciadas. A incorporação dessas ideias aos territórios se constitui no processo de modernização, que não é oposto à modernidade, mas representa uma de suas

particularidades. Assim, a modernização seria a difusão do modo de produção capitalista e das relações sociais estabelecidas a partir desse processo.

No município de Itapuranga não foi diferente, a modernização foi implantada por seus atores segundo uma maneira diferenciada. A incorporação das novas ideias ocorreu de maneira mais intensa no Xixazinho, pois essa área era mais plana e atendia aos interesses políticos da nova classe que emergia, como corrobora Costa, 2012:

Deslocar os locais de tomadas de decisões políticas do Xixazão para o Xixazinho foi um ato de distanciar do poder os sujeitos tidos, no passado, como os senhores da política local, pois era desse lado da cidade que moravam os grandes fazendeiros da região, sujeitos que, por sua vez, comandavam as decisões políticas do lugar. (COSTA, 2012, p. 83)

O Xixazinho estava ligado à ideia de desenvolvimento e inovações, a cidade do novo; já o Xixazão representava os interesses da velha oligarquia rural. Os novos objetos foram sendo implantados no Xixazinho por atender mais a racionalidade das novas normas e intencionalidades. A lógica produzida no Xixazinho vai promovendo uma dinâmica que atende aos interesses do modo de produção capitalista, que por sua vez, implanta mais inovações para promover o crescimento econômico, estimular o consumo e difundir a reprodução do capital.

Desse modo, a modernização contemporânea é resultado da acumulação dos processos pelo qual o capitalismo passou, com todas contradições e ideologias difundidas pelos detentores do poder econômico e político. Na visão de Viana (2009), o consumo de mercadorias aumenta o acúmulo de capital, impulsionando as características e transformações da sociedade moderna. Para estimular o consumo, são implantados os meios para a difusão do capital, como novas tecnologias, urbanização, industrialização e racionalização da produção. A relação de produção gerada por esse processo repercute na vida social e forma o padrão de consumo da sociedade atual, que é marcado por inovações tecnológicas que potencializam a expansão de empresas e indústrias de bens de consumo, construindo as necessidades da sociedade atual, marcadas por uma infinidade de novos objetos que é posto à nossa disposição. Nesse sentido, contribui Santos (2006, p. 141) ao afirmar que “[...] antes os objetos eram pouco numerosos, viviam em comunhão conosco e nos eram subordinados. (...) Hoje, vivemos junto com os objetos técnicos, eles se apoderam do nosso cotidiano, mas com eles nossa interação é prática, mas não profunda.” Essas necessidades criadas pelo sistema capitalista geram uma dependência dos consumidores por adquirir produtos que são inovados constantemente, movimentando o mercado consumidor e fortalecendo a reprodução do capital.

O estímulo do consumo pode ser verificado nitidamente no Xixazinho, principalmente na área central. Os novos objetos vão sendo inseridos para estimular o consumo e aumentar os lucros do novo modo de produção. São implantadas lojas que seguem normas e o padrão de redes que se instalam em variados territórios. Como as lojas “Cacau Show” e “Bolos do Sítio” que se instalaram no centro de Itapuranga; filiais que seguem o padrão estabelecido por sua rede, proporcionando um ambiente propício ao consumo. O consumidor ao andar pelas ruas sente-se atraído a consumir os novos produtos, de variadas marcas, que são expostos nas vitrines das lojas. Todo esse conjunto de inovações que vão se instalando no território, fortalecem o consumo e contribuem para a formação das centralidades.

Mesmo diante de certo padrão, modernização não representa a uniformização dos territórios, apesar de difundir características comuns. Existem muitas formas de modernizações com profundas desigualdades. Há diferentes modernizações, como afirma Santos (2012), que devem ser abordadas levando em consideração o período em que ocorreram e o contexto histórico a que estão submetidas. Como Itapuranga possui bases estruturais mais dinâmicas, possibilita maior oferta e concentração de capital do que algumas cidades vizinhas, como o caso de Heitorai e Guaraita, que possuem uma funcionalidade menor. Assim, o capitalismo difunde seus ideais pelos variados territórios e implanta transformações que visam fortificar a difusão do capital. De acordo com Castilho (2016, p. 34): “Do ponto de vista da expansão territorial, a modernização possui dois sentidos principais: um que envolve a infraestrutura econômica, a base técnica e os meios de produção, e o outro que envolve os aspectos políticos e ideológicos.” A modernização ganha um sentido dinâmico e abrangente, pois envolve a difusão da técnica e das novas ideias que promovem uma transformação de toda a sociedade, com mudanças (muitas vezes impostas) na estrutura econômica, política, social e cultural.

A expansão dos conhecimentos provoca modificações que vêm ocorrendo na sociedade, pois as experiências são compartilhadas pela humanidade, dando vida ao moderno e suas transformações. O moderno representa inovação, movimento e contradição; as experiências pessoais e sociais desse processo são chamadas de “modernidade” por Berman (1986). Esse ambiente de renovação ao mesmo tempo em que oferece inovações, também provoca destruição, abalando as estabilidades e certezas. Isso, segundo o autor, gera o “turbilhão da vida moderna”, que vem sendo alimentado de variadas formas ao longo dos anos, como enfatiza Berman (1986):

Grandes descobertas nas ciências físicas, com a mudança da nossa imagem do universo e do lugar que ocupamos nele; a industrialização da produção, que

transforma conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes humanos e destrói os antigos, acelera o próprio ritmo de vida, gera novas formas de poder corporativo e de luta de classes; descomunal explosão demográfica, que penaliza milhões de pessoas arrancadas de seu habitat ancestral, empurrando-as pelos caminhos do mundo em direção a novas vidas; rápido e muitas vezes catastrófico crescimento urbano; sistemas de comunicação de massa, dinâmicos em seu desenvolvimento, que embrulham e amarram, no mesmo pacote, os mais variados indivíduos e sociedades; Estados nacionais cada vez mais poderosos, burocraticamente estruturados e geridos, que lutam com obstinação para expandir seu poder; movimentos sociais de massa e de nações, desafiando seus governantes políticos ou econômicos, lutando por obter algum controle sobre suas vidas; enfim, dirigindo e manipulando todas as pessoas e instituições, um mercado capitalista mundial, drasticamente flutuante, em permanente expansão. (BERMAN, 1986, p. 16)

Esses “processos sociais” que desencadeiam as transformações são chamados por Berman de “modernização”. Essas transformações promovidas pela modernização, na visão de Germani (1974), contribuiriam para a formação de uma “sociedade industrial”, composta por muitos tipos de grupos sociais, com alguns aspectos semelhantes e outros divergentes, mas todos dependentes das novas tecnologias, que vão criar diferentes realidades dependendo das circunstâncias históricas, políticas e sociais de cada território. De acordo com o autor, para atingir a atual fase de industrialização moderna é necessário passar por um processo de “secularização”:

O requisito universal mínimo para existência de qualquer sociedade “industrial moderna” consiste na “secularização” do conhecimento científico, da tecnologia e da economia, de modo tal que levem ao emprego cada vez maior de fontes energéticas de alto potencial e à maximização da eficiência na produção de bens e serviços. (GERMANI, 1974, p. 15-16)

Dessa forma, para que a sociedade possa ter uma indústria moderna é necessário passar por um intenso processo de transformação, com mudança de suas bases estruturais, emprego cada vez maior de tecnologia, o que propicia o melhoramento das fontes energéticas, eficiência do serviço e aumento da produção. Cada sociedade industrial construirá a industrialização de acordo com sua estrutura, economia e formação sociocultural, isso provocará ritmos industriais diferenciados. Mesmo com diferentes níveis, a transição industrial passa por três processos segundo Germani (1974, p. 17): “[...] desenvolvimento econômico, modernização social e modernização política.”

O “desenvolvimento econômico” seria uma profunda “transformação estrutural da economia”, onde todos os elementos caminhariam no sentido de se modernizarem com alta tecnologia, maximização da produção e dos lucros; como ocorre com as indústrias atuais, que cada dia mais, buscam novas tecnologias para atender o mercado consumidor e aumentar seus lucros. O “desenvolvimento político” ocorreria com uma “organização racional do Estado” de modo que possa promover políticas de desenvolvimento econômico e social, promovendo uma maior democratização política, adquirindo uma estabilidade e maturidade; nesse sentido,

tanto governos Municipais, Estaduais e Federais, promovem a divisão da administração em secretarias para dinamizar o processo de gestão pública. A “modernização social” ocorre com uma mudança nas bases familiares, primeiramente com a transferência do campo para a cidade e depois com a mobilidade social. A urbanização provocou uma diminuição das taxas de mortalidade e natalidade, mudanças nas estruturas e nas relações familiares, que se tornaram cada vez mais frias e imparciais, repercutindo também nas relações sociais. A mobilidade se dá tanto pela “ascensão e queda” entre as classes sociais, como pelo fluxo populacional entre os centros econômico e financeiro. Também ocorre uma melhoria da Educação, promovendo a expansão dos direitos civis e sociais.

A implantação da agroindústria sucroalcooleira Pite/Vale Verde em Itapuranga provocou grandes transformações no município. O novo chega, ocupa os espaços, mexe com as estruturas, abala as certezas, gera uma nova forma de agir e provoca o turbilhão moderno que desencadeia transformações em todas as estruturas econômicas, políticas e sociais do território. Com todas as transformações implantadas, um novo centro (mais integrado, funcional e dinâmico) passa a comandar o ritmo social, econômico e político do município, construindo uma nova forma para a cidade.

Enfim, a sociedade moderna passa por constantes mudanças em toda sua estrutura, o que requer esforços institucionais para absorver e legitimar tais transformações, de modo a promover a integração e o desenvolvimento do território. Por isso é muito importante a periodização para compreender as transformações que a sociedade passou, pois cada objeto instalado possui uma história e revela os eventos que ocorreram para que desencadeasse a realidade atual. De acordo com Deus, 2002:

Cada objeto carrega consigo o estágio específico, tecnológico refletindo o momento histórico de sua criação. Os novos objetos instalados no lugar relacionam-se contraditoriamente com os mais antigos, formando uma articulação entre o novo e o velho, tornando cada lugar único, com paisagens diferenciadas, que materializam a história do lugar, num processo constante de transformação. (DEUS, 2002, p. 59)

A inter-relação entre os elementos que constituem tais mudanças, como dito anteriormente, varia de acordo com as circunstâncias espaciais, históricas, econômicas, sociais e culturais do território. Essas circunstâncias não se referem apenas a fatores internos, mas também aos externos, que mantêm uma relação com outras localidades. Esses diferentes fatores são uma das causas que explicam as diferenças nos ritmos econômicos e de modernização em diversas sociedades, mesmo dentro de uma mesma localidade, acentuando as desigualdades internas, como ocorre em Itapuranga. Ao se difundir a modernização provoca uma transformação no modo de vida social, que passa a ser conduzido segundo uma lógica diferenciada, onde a humanidade convive com muitos paradoxos e contradições. Ao

mesmo tempo em que oferece inovação e crescimento, também provoca “destruição de tudo que é sólido”.

Diante de todas as transformações na atualidade, torna-se necessário ir além das causas e das conceituações, para chegar aos atores que desencadeiam tais mudanças. A ação dos atores provoca modificações no ambiente e nas estruturas, promovendo alterações econômicas e sociais em todo o território. Markusen (2005) define atores como:

[...] instituições que funcionam como agentes decisórios, empreendedores que decidem estabelecer ou criar formas em determinados locais. (...) Outros atores são também importantes – entidades de caráter não lucrativo, cooperativas, grupos comunitários, associações profissionais, organizações religiosas, indivíduos e, acima de tudo o Estado [...] (MARKUSEN, 2005, p. 58)

Enfim, os atores são todos aqueles agentes que por suas ações provocam modificações no espaço. Para Raffestin (1993), os atores agem no espaço e no tempo estruturando-os; assim, eles se tornam um “trunfo” a serem apropriados pelos atores. Esses elementos (espaço e tempo) fazem parte da estratégia dos atores, que combinam energia e informação em um processo dinâmico e permeado por relações de poder. O poder faz parte de toda relação e está em todo lugar; na relação que se estabelece forma-se o “campo de poder”:

O poder se manifesta por ocasião da relação. É um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois pólos fazem face um ao outro ou se confrontam. As forças de que dispõem os dois parceiros (caso mais simples) criam um campo: o campo do poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 53)

A relação que se estabelece é marcada por intencionalidades e resistências, que dinamizam as relações de poder e dão forma à sua “multidimensionalidade”. Segundo o referido autor, o poder busca controlar e dominar os “homens e as coisas”; ou seja, o poder busca a dominação de um dos “trunfos do poder: população, território e recursos”. Assim, o poder é utilizado pelos atores para exercer sua dominação e aumentar sua área de influência sobre esses trunfos.

No início da formação do município de Itapuranga, o poder estava concentrado no Xixazão e era exercido pela elite agrária local, que comandava os “trunfos” segundo seus interesses. Com a expansão do processo de modernização, criou-se uma nova classe dominante, ligada aos ideais capitalistas e a manutenção das novas tecnologias. Assim, houve a necessidade de deslocar o centro econômico e político para uma nova área (Xixazinho), que atendesse à nova lógica dominante e proporcionasse livre curso às transformações criadas pelo capital.

O processo de modernização está estritamente ligado a esses trunfos e ao poder exercido pelos atores para atingi-los. Para isso, houve modificações profundas em toda a estrutura física, social e política dos territórios; essas transformações se deram por meio de

ações de atores que promoveram a expansão dos ideais capitalistas pelo espaço. Um dos grandes responsáveis por essa expansão foi a burguesia que revolucionou todos os meios de produção e ao mesmo tempo, as relações sociais. Essa classe hegemônica, para satisfazer o interesse do capital, busca, por diferentes meios, o acúmulo de excedentes. Nessa busca são desafiados a cada vez mais inovar, transformar e renovar toda a produção, para atingir o mercado e conseqüentemente, o lucro. Ao renovar as forças produtivas, provoca modificações nas relações sociais, que são forçadas a enfrentar novas condições, como enfatiza Marx e Engels, 1998:

O constante revolucionar da produção, a ininterrupta perturbação de todas as relações sociais, a interminável incerteza e agitação distinguem a época burguesa de todas as épocas anteriores. Todas as relações fixas, imobilizadas, com sua aura de ideias e opiniões veneráveis, são descartadas; todas as novas relações, recém-formadas, se tornam obsoletas antes que se ossifiquem. Tudo o que é sólido desmancha no ar, tudo o que é sagrado é profanado, e os homens são finalmente forçados a enfrentar com sentidos mais sóbrios suas reais condições de vida e sua relação com outros homens. (MARX; ENGELS, 1998, p. 338)

Conduzidos pela classe dominante, que subordina todos meios e relações aos interesses do capital, enfrentamos constantemente transformações e crises que abalam a sociedade, mas fortalece o capital transformando as tempestades em campo propício à expansão dos lucros. Nesse sentido corrobora Berman, 1986:

Crises podem aniquilar pessoas e companhias que são, por definição do mercado, relativamente fracas e ineficientes; podem abrir espaço para novos investimentos e redesevolvimentos; podem forçar a burguesia a inovar, expandir e combinar seus instrumentos de maneira mais engenhosa que antes: crises podem, portanto, atuar como inesperadas fontes de força e resistência do capitalismo. (BERMAN, 1986, p. 101)

A constante inovação burguesa é repassada à sociedade moderna, as classes sociais são forçadas a se renovarem para manterem-se atuantes no mercado de trabalho e em consequência, na sociedade como um todo. Tudo que é de interesse do mercado capitalista é estimulado a se desenvolver plenamente, já o que não interessa, fica subjogado e reprimido e acaba se esvaindo antes de se desenvolver.

A instabilidade é colocada como carro chefe da burguesia, tudo que é construído logo será “posto abaixo”, para ser refeito novamente e produzir mais lucros, movendo um ciclo incessante e destruidor. Para atingir seus objetivos, a burguesia supera todas as barreiras, apenas a “estabilidade”, segundo Berman (1986), pode amedrontar a classe dominante. Essa classe se alimenta das crises e instabilidades, para a partir daí, criar novos meios para se tornar mais forte e superar as adversidades. O dinamismo da economia moderna transforma tudo que está posto – instituições, valores, ideias, visões de mundo – para continuar criando novidades e movimentar ainda mais, as instabilidades do mundo moderno.

Nesse sentido contribui Giddens (1991, p. 58): “Toda reprodução econômica no capitalismo é ‘reprodução expandida’, porque a ordem econômica não pode permanecer num equilíbrio mais ou menos estático [...]”

O desequilíbrio e a crise promove o crescimento, pois obriga os atores econômicos a saírem de sua zona de conforto, a experimentarem o novo e a buscar oferecer produtos cada vez mais competitivos e inovadores. O comércio de Itapuranga passa por muitas crises, devido às instabilidades da economia moderna. Para chamar a atenção do consumidor e incentivar a consumir os produtos, os lojistas incrementam a exposição das vitrines com as melhores peças da loja, utilizam de luzes, faixas e balões; fazem variadas promoções, como “Liquida: 30 a 50% de desconto”, “compre três peças e leve a quarta”, “compre com desconto e pague no carnê”, “compre agora e pague daqui a sessenta dias” ou “compre, estoure o balão e ganha um brinde”; assim, são criados variados meios para superar as crises e estimular o crescimento econômico.

De acordo com Raffestin (1993), existem dois tipos de atores coletivos: os sintagmáticos – os que realizam as articulações em um complexo processo de relações políticas, como o Estado, família, empresas, igrejas, entre outros – e os paradigmáticos – aqueles que podem ser englobados em uma classificação de acordo com certas características em comum, como a população de determinado país ou região. O autor considera o Estado por excelência sintagmático quando realiza suas funções, como a organização e produção do território. Para ele, o Estado é uma das formas políticas mais bem acabadas; permeado por relações políticas e estratégicas de poder que envolvem a tríade: território/população/autoridade. Essa tríade, impulsionada por relações de poder, caracteriza o Estado.

Assim, um ator que desempenhou um importante papel no processo de modernização foi o Estado-nação, pois suas ações contribuíram com a implantação de medidas para promover a integração e o desenvolvimento dos territórios. De acordo com Santos (1994, p. 81): “[...] a lógica da dominação política e as exigências da acumulação de capital, ao longo do século XIX, concretiza-se e fortalece-se por meio de múltiplas e sucessivamente mais profundas intervenções do Estado.” Por meio de sua política de desenvolvimento, criam-se meios (infraestruturas, redes, isenção de impostos) para estimular o crescimento da economia e com isso, atrair investimentos, novas empresas e indústrias. De acordo com Markusen (2005), com a integração econômica nos dias atuais, o Estado desempenha um papel muito mais importante que desempenhou em toda sua história.

Com a ação do Estado em implantar as infraestruturas e criar políticas de incentivo para a integração e crescimento econômico, variadas empresas se beneficiaram dessas práticas para montarem suas indústrias em territórios que ofertassem maiores vantagens. Dessa maneira, a indústria de álcool Pite/Vale Verde se beneficiou dos incentivos oferecidos pelo Programa Proálcool do Governo Federal, da abundância de terras para o plantio da cana, disponibilidade de mão-de-obra, infraestruturas e incentivos municipais para implantar a indústria no município de Itapuranga. Com a implantação da indústria em Itapuranga novas empresas e investimentos foram atraídos para o município, impulsionando o crescimento e a necessidade de novas práticas estatais.

Dentro desse jogo geopolítico, surgem grandes corporações que cada vez mais aumenta sua área de influência e seu domínio territorial. As corporações que se formam, principalmente as mundiais, possuem uma grande capacidade de influência econômica, interferindo de forma significativa sobre os sistemas políticos de vários estados existentes. De acordo com o Markusen (2005), as corporações são “entidades legais” que possuem responsabilidades com seus membros. Os responsáveis fazem a regulação de normas que englobam direitos e deveres dos integrantes; mas essas normas e responsabilidades são limitadas, pois os membros possuem liberdade de tomada de decisões referentes às suas empresas, como a produção, gerência dos funcionários e medidas internas.

As corporações exercem um grande poder econômico e financeiro, pois suas organizações movimentam o mercado de várias localidades no mundo, influenciando diretamente sobre os sistemas políticos de vários estados-nação existentes. Mas apesar de possuírem um poder econômico muitas vezes superior a desses estados; as corporações multinacionais não possuem o poder de violência que os estados exercem, porque, na visão de Giddens (1991), não são “organizações militares”. Mas apesar de não exercer seu poder pela força, o fazem por meio de parcerias políticas; com isso, agem em variados setores da economia, como os comerciais, industriais e financeiros. A tomada de decisão dos atores dessas corporações influi no comportamento das economias nacionais e internacionais, promovendo um aumento das vendas, crescimento de suas empresas e em consequência, acúmulo de capital. Tais ações provocam alterações na dinâmica socioeconômica de diferentes localidades, pois causam modificações estruturais, como melhoramento de infraestruturas; no comportamento dos grupos sociais, como incentivo ao consumismo. A ação de grupos políticos também é influenciada, pois as decisões podem adotar diferentes caminhos, conforme as características e capacidade de inovação de cada corporação.

A São Salvador Alimentos S.A/Super Frango (empresa do estado de Goiás – localizada em Itaberá – que exporta para várias regiões brasileiras e também para o exterior) tem uma grande representatividade em Itapuranga, toda a produção das granjas do município é destinada a essa entidade. Os proprietários das granjas recebem apoio da indústria para a implantação da infraestrutura e manutenção, porém precisam manter um contrato de exclusividade com a empresa por vários anos. Como a indústria tem uma atuação no município (produção nas granjas e captação de mão de obra), possui uma influência política e econômica no município, como o financiamento pelos bancos para a implantação das granjas.

Outro ator que promove importantes transformações no território são os movimentos sociais, que contribuem de forma significativa para que ocorram modificações socioeconômicas. Entre os movimentos sociais existentes, o movimento trabalhista assume um papel preponderante na sociedade capitalista; pois a luta de classes contribui para amenizar as consequências da dominação do capital e, a partir daí, conseguir uma maior participação no sistema produtivo. De acordo com Giddens (1991, p. 140): “Os movimentos trabalhistas são associações contestatórias cujas origens de campo de ação estão ligadas à difusão do empreendimento capitalista”. Geralmente os movimentos trabalhistas são representados por sindicatos, que normalmente possuem estruturas bem organizadas e construídas de forma democrática, com o presidente eleito pelos seus membros.

A cooperativa dos trabalhadores em Agricultura Familiar de Itapuranga (COOPERAFI) sempre desempenhou um papel importante para amenizar as desigualdades impostas pelo sistema capitalista. Desde a sua formação, lutou para manter o trabalhador no campo e proporcionar melhores condições de vida para os produtores rurais. Atualmente, por meio de variados programas, fornece capacitação aos produtores, liberação de maquinários e assistência técnica de profissionais capacitados. A cooperativa contribui para a organização dos trabalhadores, pois representa os interesses dos cooperados, promovendo o crescimento econômico dos membros e em consequência, da sociedade onde é implantada.

As cooperativas e sindicatos exercem um importante papel como mediador, pois agem como uma ponte entre trabalhadores e sistemas econômicos. Além de reivindicar melhores salários, condições de trabalho e carga horária compatível com a condição do trabalho; também contribuem com a organização e crescimento do setor econômico ao qual fazem parte. Por isso funcionam como um contraponto ao processo de expansão do capital, pois ajudam a torná-lo menos desigual e traumático, agem de modo a amenizar as duras condições de trabalho impostas e proporcionar uma maior participação dos trabalhadores.

1.3 – Do espaço produzido à modernização territorial em Goiás

Com a difusão das técnicas, o espaço passa a ser articulado e fluído, devido a grande circulação de ideias, mercadorias e informações. O processo de modernização promove uma conexão entre as diferentes extensões do espaço, transformando-o segundo a lógica das relações sociais de produção. O espaço produzido é interconectado por meio de redes e fluxos que atendem aos interesses políticos da classe burguesa e da reprodução do capital. Dessa forma, o espaço se torna fruto das relações sociais de produção e um importante meio de expansão da modernização.

As técnicas são importantes para a compreensão dessa relação, pois por meio delas os homens produzem suas vidas, ao mesmo tempo, constroem o espaço, como corrobora Santos (2006, p. 16): “As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço.” Ao utilizar as técnicas em seu trabalho, os homens fazem a união entre o espaço e o tempo, pois criam seus espaços em diferentes temporalidades, construindo o processo histórico.

Nesse sentido, o espaço para Santos (2006, p. 39): “[...] é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.” As interações entre os objetos e ações produzem a dinâmica do espaço. Os objetos podem ser variados, formam tudo que existe na Terra; dependem da condição técnica e social de determinado momento, mas sempre articulado com o passado. A ação se constitui um processo de intervenção e transformação, onde os seres humanos, ao mudarem as coisas, transforma o espaço e conseqüentemente a si mesmos.

Para o referido autor, o espaço constitui um “híbrido”, formado por um misto indissociável e dinâmico entre o físico e o social; essa relação cria o movimento e a realidade do espaço. A relação entre objetos, técnicas e ações é muito importante para compreender a totalidade do espaço. Na visão de Haesbaert (2014), o espaço geográfico deve ser entendido como um processo que envolve objetos, sujeitos e ações em uma relação dinâmica. O espaço representa esse todo, em um sentido mais geral, em constante movimento - onde a interação entre seus elementos, o passado e o presente - constitui a realidade atual, que é permeada por relações de poder, que se projetam sobre o espaço por meio do trabalho. Assim, ao produzir seu trabalho o homem constrói seu território, que se constitui parte do espaço, marcado por relações sociais.

As relações sociais constroem o território e lhe confere vida e movimento em um processo político. O uso que fazemos do território é que lhe proporciona dinamismo, pois

é construído a partir de relações de poder que se estabelecem em uma dada porção do espaço. O território para Souza (1995, p. 78) se constitui em: “[...] um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder.” Segundo o autor, o poder não emana da violência, mas sim das relações políticas de um grupo. Os grupos sociais se apropriam de uma parte do espaço, estabelecem relações sociais por meio de seus trabalhos e a dinâmica social, com suas forças e relações de poder, confere vida ao território.

A discussão do espaço e do território permite compreender todo o dinamismo da modernização, pois ela atinge e interliga os vários espaços existentes, conferindo a totalização do processo, mas ela não ocorre da mesma maneira, porque depende das condições políticas e das relações de poder de cada território, formando as várias modernizações existentes. O estudo do território nos ajuda a compreender a modernização como um processo, permitindo analisar os elementos técnicos, ideológicos e, sobretudo, políticos que permeiam as relações sociais. Por isso, a modernização envolve os elementos do território, evidenciando seu caráter espacial, como corrobora Castilho (2016, p. 45): “[...] dizer que a modernização é territorial significa evidenciar o caráter espacial desse fenômeno, qualificar os atores e ressaltar a determinação política moldada pelas relações sociais de produção.” A modernização territorial constitui-se um “processo territorial” que articula dialeticamente os elementos ideológicos, políticos, técnicos e sociais existentes no espaço. Assim, a modernização é resultado de um processo de inovações e transformações impostas pelas hegemonias do capital, mas desenvolvidos segundo o contexto e realidade de cada localidade. As ações de classes dominantes existentes em cada território permitem, conforme seus interesses, a intervenção de grupos externos em suas localidades.

A modernização implantada em Goiás é resultado de um processo histórico que articula diferentes temporalidades, englobando as modernas descobertas atuais e as modernizações ocorridas no passado. Assim, a modernização se torna mais dinâmica, pois envolve os espaços em uma articulação de redes e fluxos, que promovem interdependência entre os diferentes territórios. O Espaço articulado em redes torna-se um importante instrumento de expansão dos ideais capitalistas, que promove a inserção dos processos produtivos dos territórios à lógica do sistema capitalista.

Estabelecer uma data precisa para o início da modernização em Goiás, segundo Castilho (2016), é complicado porque a modernização não se refere somente aos aspectos técnicos, como a implantação dos sistemas de transporte, energia elétrica e industrialização; mas envolve também a ideologia política do processo de modernização, que antecede a criação das infraestruturas. O Estado e os grupos sociais locais tiveram um papel importante

nesse processo, pois promoveram o desenvolvimento dos ideais modernos pela relação com os atores externos e a imposição de um espírito inovador, promoveram a expansão do capital pelo território goiano.

Até o início do século XX, o Estado de Goiás possuía uma estrutura dominada pelas elites agrárias tradicionais, que comandavam a política econômica do Estado, segundo seus interesses. Esse cenário começa a mudar com a Crise de 1929 e a Revolução de 1930, que provocaram mudanças políticas em Goiás. De acordo com Estevam (2004, p. 99): “[...] era grande o descontentamento das elites econômicas sulistas com relação ao estilo de governo perpetrado pelas oligarquias tradicionais.” Segundo o autor, as novas oligarquias instalaram um governo provisório em Goiás e perduraram no poder por quase vinte anos. Esse governo propunha resolver os problemas regionais e promover o desenvolvimento de Goiás. Estevam (2004, p. 99/100) completa que: “Lemas como ‘novo tempo’ e ‘modernismo’ foram frequentemente arrolados nos documentos oficiais dos anos trinta e a construção de uma nova capital representava o empreendimento sintetizador do afã de desenvolver o estado.” A nova capital desvincula o centro político das velhas oligarquias, vinculava aos novos líderes políticos e ao centro econômico no Sul e Sudoeste de Goiás, comandado pelos líderes capitalistas de São Paulo; também contribui para o povoamento do centro-sul por atrair grande quantidade de migrantes. Assim, a modernização construída no território goiano estava ligada aos interesses dos líderes dominantes locais, mas subordinada aos imperativos políticos e econômicos da classe capitalista estruturada no Sudeste brasileiro. A modernização desenvolvida foi resultado de um longo processo e fruto de relações que se estabeleceram em diferentes porções do território. As implantações das redes técnicas, políticas de desenvolvimento e criação dos centros urbanos, promoveram crescimento econômico, integração aos grandes centros do país e expansão da modernização goiana.

Implantado nas primeiras décadas do século XX, o sistema de transporte ferroviário teve um papel muito importante nesse processo, pois era necessário abrir caminhos para os portos brasileiros e integrar as áreas do próprio território, assim, a modernização poderia se desenvolver em Goiás. Essas transformações territoriais foram conduzidas pelo Estado e comandadas pelos interesses comerciais dos grandes centros do país, por isso, a modernização de Goiás foi imposta de “fora para dentro”, uma “modernização exógena”; mas influenciada por ações de grupos internos que estipulavam seu “ritmo e a espacialização”, como afirma Castilho (2016). Desde a construção dos primeiros trilhos em Anhanguera em 1911, até a sua chegada em Goiânia em 1952, as ferrovias davam condições para a reprodução do capital no território goiano. Os trilhos promoviam a inserção de Goiás aos grandes centros

econômicos, tirava-o da condição de isolamento e fornecia meios para o desenvolvimento do território, como pontua Borges, 2011:

A melhoria das comunicações inter-regionais despertaria a economia goiana do isolamento em que se encontrava há séculos e proporcionava a sua inserção à dinâmica capitalista do Sudeste. A Estrada de Ferro Goiás foi à primeira porta que se abriu para a modernização da sociedade agrária local. A via férrea transformou-se em numa importante artéria por onde fluíam pessoas, mercadorias e novas ideias. (Borges, 2011, p. 32)

Com a construção das ferrovias houve um desenvolvimento urbano, principalmente em volta delas, como Catalão, Ipameri e Pires do Rio; também provocou o crescimento das relações comerciais inter-regionais. Mas, mesmo com a implantação dos trilhos, muitas áreas do território goiano ainda permaneciam despovoadas. Esses vazios começaram a ser ocupados com as políticas de povoamento promovidas pelo governo de Getúlio Vargas, que criou a “Marcha para o Oeste”. Segundo Estevam (2004, p. 94) essa política significava bem mais que o povoamento do território, pois representava: “[...] concreta ocupação do Planalto Central e, a partir deste, do desbravamento da Amazônia.” Diante disso, no ano de 1940, foi implantada a Colônia Agrícola Nacional de Goiás – CANG¹ na região de Ceres. A colônia tinha o objetivo de promover a ocupação dos espaços vazios com a vinda de famílias migrantes, estimular o crescimento econômico e promover uma integração nacional. Com a vinda das famílias, principalmente de Minas Gerais e estados vizinhos, as cidades próximas a Ceres, como Itapuranga, foram sendo ocupadas. De acordo com Arrais, 2004:

A partir do século XIX cresceu o movimento migratório para Goiás. A disponibilidade de terras para a criação de gado e agricultura no sul do estado estimulou esse movimento. A colonização do governo federal também colaborou com o fluxo de migrantes, especialmente para a região da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Cang), no atual município de Ceres, no Vale do Rio São Patrício, a partir da década de 1940. (ARRAIS, 2004, p.73)

A implantação da Colônia Agrícola de Ceres promoveu o surgimento de muitos núcleos de povoamento, ligados à atividade agropastoril. As cidades passam a movimentar a economia goiana, como corrobora Neto, 2006:

[...] as cidades surgidas em meio rural que vão desempenhar o papel de principal agente mobilizador de populações, recrutando habitantes, atraindo e desenvolvendo o tráfego e com ele as estradas, ampliando as trocas e intercâmbios comerciais, expandindo fronteiras agrícolas, incorporando à economia de mercado novas áreas de produção, enfim, introduzindo movimento em uma região até então marcada pela pouca ou quase nenhuma mobilidade e articulação espaciais. (NETO, 2006, p. 18)

Atividade agrícola trouxe um maior dinamismo para Goiás, estimulou o crescimento das cidades, o desenvolvimento do comércio e da indústria. As áreas interioranas

¹ Foi a primeira de oito colônias criadas pelo Governo Getúlio Vargas na década de 40, considerada uma das primeiras formas de reforma agrária implantadas no país.

foram interligadas aos centros maiores pela construção de várias rodovias que cortavam o interior, possibilitando uma maior integração do território e desenvolvimento da importação e exportação. As rodovias promoveram a integração em diferentes escalas, como aponta Castilho, 2016:

As rodovias tanto em Goiás como no restante do Brasil atenderam demandas em três escalas principais: das ligações de longa distância entre os principais centros urbanos por meio dos eixos troncais; das ligações de média distância entre regiões interioranas e eixos troncais ou centros mais importantes, das ligações locais, que atendem demandas internas dos municípios. (CASTILHO, 2016, p. 180)

Com o incremento das vias de escoamento, houve um crescimento da produção agropecuária e um maior dinamismo para a economia goiana. As rodovias provocaram mudanças na estrutura agrária goiana, pois diversas áreas interioranas (como o município de Itapuranga) passaram a ser ligadas aos grandes centros econômicos, favorecendo o escoamento da produção, aumento da margem de lucro e o desenvolvimento das propriedades rurais. Também promoveram o surgimento de núcleos urbanos e cidades; estimularam o desenvolvimento do comércio e prestações de serviços de cidades menores situadas no interior do estado. As cidades passaram a se organizar em redes de circulação – ideias, mercadorias, pessoas e informações - promovendo uma maior integração entre cidades maiores e menores.

A difusão desse modelo de produção capitalista influenciou na organização do espaço e em consequência, no processo de urbanização. No estado de Goiás, o processo de urbanização ocorreu de forma concentrada, desigual e descontínua, devido à concentração populacional em determinadas áreas. Vários fatores contribuíram para a urbanização do território goiano, mas na visão de Teixeira Neto (2006), a mineração, as estradas e principalmente a agricultura, foram os principais responsáveis pela implantação do espaço urbano. De acordo com o autor, as cidades podem ser consideradas “filhas do ouro”, “filhos da agricultura” e “filhos das estradas”.

Os primeiros centros de povoamento surgiram junto à atividade de mineração, no século XVIII, como a Cidade de Goiás (Villa Boa), Pirenópolis (Meia Ponte), Formosa (Couros), entre outros. Os núcleos populacionais eram muito dependentes da economia mineradora; segundo Neto (2006), os núcleos urbanos nasceram “para ter vida curta”. A maioria dos núcleos permanecia em determinado lugar apenas enquanto duravam as jazidas de ouro, depois a população se locomovia em direção a novas fontes. Apenas alguns núcleos sobreviveram ao fim da mineração, se dedicando a novas atividades econômicas, como a agropecuária.

Assim, a construção de Goiânia (1933) e Brasília (1957) promoveu o crescimento dos índices de urbanização em Goiás. Esses centros urbanos atraíram grande quantidade de migrantes, empresas e capitais; isso favoreceu uma maior integração entre esses centros e os municípios vizinhos. O crescimento urbano de Goiânia gerou o processo de conurbação entre a capital e o município de Aparecida de Goiânia, que juntamente com outras 20 cidades deram origem a Região Metropolitana de Goiânia. De acordo com Neto e Salgado (2015), em 2010 essa região possui um grande contingente de população urbana, com 36,2% da população do estado; e se apresenta como um grande centro econômico. Nesse sentido contribui Arrais, 2003:

A cidade de Goiânia, por exemplo, em 2000, apresentou uma população urbana maior que 99%. Essa mesorregião é uma das mais dinâmicas do Estado devido à concentração de serviços públicos e privados, instituições financeiras, unidades de ensino superior, serviços de lazer (cinemas, shopping centers, parques etc.), órgãos de planejamento (...). (Arrais, 2003, p. 13)

A capital estadual além de se constituir em uma das cidades com maior taxa de urbanização de Goiás, ainda concentra o poder político, financeiro e administrativo do estado, também comanda o comércio e a prestação de serviço, por meio de uma vasta rede de influência estabelecida nas áreas goianas e em algumas regiões brasileiras. Assim, quando a lógica da Divisão Internacional do Trabalho penetra em um território, provoca uma divisão territorial do trabalho, distribuindo as funções de acordo com a intencionalidade do modo de produção dominante. A estrutura estabelecida é resultado das ações dos atores que comandam o modo de produção e o movimento da sociedade, como corrobora Santos, 2012:

A divisão internacional do trabalho explica a seletividade espacial na realização das funções, mediante critérios como a necessidade, a rentabilidade e a segurança de uma dada produção. A divisão interna do trabalho nos mostra o movimento da sociedade, a criação e os reclamos de novas funções, e a maneira como essas funções são abrigadas pelas formas preexistentes ou novas. (SANTOS, 2012, p. 61)

Os interesses dos atores hegemônicos tendem a transformar o território em instrumento de ampliação do capital, que busca por diferenciados meios aumentar sua área de influência e implantar os novos instrumentos para reafirmar sua dominação. Essas ações não são acompanhadas por políticas sociais que visam à melhoria da qualidade de vida da população, em consequência, muitas áreas sofrem com o agravamento de seus problemas sociais, como ocorreu com os municípios do Entorno de Brasília. Segundo Arrais, 2007:

Em 2003, a região do Entorno de Brasília abrigava mais de 16% da população total do território goiano, sendo uma das regiões com os maiores desafios sociais e institucionais, especialmente pela complexidade dos arranjos políticos, que exigem políticas comuns entre os municípios, o Distrito Federal, Governo Goiás e o Governo Federal, dado o grau de mobilidade pendular da população daquela região. (ARRAIS, 2007, p. 05)

Com o aumento da quantidade de população, as políticas públicas que eram insuficientes, se tornam escassas, fato que agrava as condições sociais, submetendo boa parte dos moradores a condições subumanas. Esse cenário gera graves problemas para os governos locais, pois não conseguem fornecer serviços de saúde, transporte, infraestruturas e assistências básicas ao número crescente da população, promovendo a marginalização e o aumento dos índices de criminalidade.

Desse modo, o processo de modernização provocou transformações no campo e na cidade, pois o campo passou a produzir de maneira intensiva, com uso de tecnologias cada vez mais inovadoras; e a cidade passou a ser o centro de controle de todo processo, dando suporte ao campo, produzindo insumos e equipamentos e reafirmando-se como centro financeiro e econômico. Para isso, foi implantada uma vasta rede de novas tecnologias para atender os interesses do processo de modernização do território goiano. A rede de energia elétrica foi muito importante nesse processo, pois a sua implantação favoreceu o melhoramento das infraestruturas, desenvolvimento de todos os setores econômicos, manutenção do consumo – a maioria dos aparelhos utilizados é eletrônica - e expansão de outras redes, como a de comunicações. Grande parte da energia elétrica utilizada é fornecida por hidrelétricas que foram sendo construídas ao longo dos principais rios e em grandes áreas inundadas por barragens. A expansão desse sistema elétrico pelo território tem provocado muitas discussões e conflitos, devido às consequências sociais e ambientais de tais projetos. O controle e distribuição das redes elétricas são estabelecidos segundo ações políticas e estratégicas dos grandes conglomerados, que direcionam os principais fluxos para o atendimento aos grandes centros consumidores, aos setores industriais e grandes propriedades rurais exportadoras de *commodities*.

Essa forma de organização espacial ilustra a maneira que os grupos hegemônicos promovem a expansão dos interesses capitalistas pelo território, em detrimento da imensa maioria da população que convive com as consequências de tais processos. As estratégias capitalistas visam abastecer o mercado industrial e o agronegócio, que necessitam cada vez mais de energia para produzir em larga escala, a fim de desonerar custos de sua produção e aumentar seus dividendos. A ação de grupos sociais que promove a modernização territorial utiliza dos suportes técnicos, como os transportes, energia elétrica e telecomunicações, para estimular a difusão de fluxos e redes, aumentando por um lado à integração entre diferentes localidades e por outro, a concentração de renda e a dominação desses grupos sociais.

1.4 – A formação e difusão de redes urbanas

A fim de compreender a dinâmica de grupos socioeconômicos e políticos sobre o território, bem como as transformações promovidas, torna-se necessário uma análise de como a ação desses grupos constroem a integração entre os diferentes territórios e promovem a formação e difusão das redes urbanas. Diante de tais ações, dinâmicas e transformações, temos vivenciado nos últimos anos, uma expansão do processo de urbanização, que promove novas articulações socioespaciais. Esse sistema gera uma urbanização desigual e contraditória, com níveis diferenciados, mas ao mesmo tempo, integrados, pois as novas tecnologias promovem integração, mobilidade e fluidez no território. Muitas podem ser as explicações para esse fenômeno que, segundo Santos (2012), giram em torno de:

[...] fatores como o comportamento demográfico, o grau de modernização e organização dos transportes, o nível da industrialização, os tipos de atividades e relações que mantêm com os grupos sociais envolvidos, a criação e retenção local do valor agregado, a capacidade local para guardar uma maior ou menor parcela da mais-valia gerada, o grau de redistribuição da renda entre os produtores, os efeitos diretos ou indiretos da modernização sobre a política, a sociedade, a cultura e a ideologia. (SANTOS, 2012, p. 57)

O autor completa que a combinação desses elementos com o momento histórico fornece o nível de urbanização. Esse fato associado a uma leitura geográfica permite fazer uma análise do padrão urbano de um território, abordando a forma, a função e a distribuição das cidades dentro da rede urbana; enfim, compreender a estrutura e o funcionamento de toda rede.

A ação dos atores internos e externos promovem transformações no espaço, ocasionando a produção de territórios e a formação de tessitura, nó e rede, como contribui Raffestin (1993, p. 150): “Toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma ‘produção territorial’ que faz intervir tessitura, nó e rede.” Os indivíduos ao produzirem o território promovem interações entre diferentes localidades, isso gera sistemas de malhas e redes que dinamizam os territórios ao mesmo tempo em que imprimem uma diferenciação hierárquica entre eles. Essa diferenciação promove um controle sobre os bens, estabelece as ordens, promovem a integração e conexão entre os territórios; nesse sistema todos os elementos estão envolvidos por relações de poder. De acordo com o referido autor, o sistema de tessituras, nós e redes está presente em todos os territórios, desde os menores aos mais complexos; isso forma diferentes modelos de redes urbanas que dão origem a uma “única e mesma estrutura”, que é comandada por diferentes ações e intenções. Para ele, as tessituras representam a área de influência dos poderes, “se sobrepõe, cortam e recortam” constantemente. As malhas das tessituras são formadas pelos pontos ou nodosidades do território, locais de poderes e

referências, que se interagem; os pontos diferenciam o outro e a posição de cada ator, que mantem relações e criam as redes entre os pontos. Os atores usam de variadas estratégias para fazerem a ligação entre os pontos e formar as redes, promovendo, assim, o domínio de determinado território.

As redes são formadas por pontos contínuos (horizontalidades) e também descontínuos (verticalidades), mas eles são interligados por meios dos fluxos que se estabelecem entre esses pontos. De acordo com Santos (2006), a horizontalidade se constitui na produção em si; já a verticalidade é responsável pelas outras etapas da produção, como a distribuição e consumo. As interdependências são estabelecidas de uma forma hierárquica, organizada segundo a lógica dos atores hegemônicos. As forças estabelecidas (interna e externa) articulam as cidades hierarquicamente e produzem o arranjo espacial das redes urbanas.

A rede urbana para Corrêa (1997, p. 93): “[...] constitui-se no conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si.” Segundo o autor, essa rede é estruturada pelas funções urbanas que os diferentes centros (vértices ou nós) exercem, formando uma hierarquia urbana e uma corrente de variados fluxos. A rede urbana constitui-se em um “produto social” construído historicamente, onde as relações sociais produzem a dinâmica, articulação e interação dos espaços urbanos. Santos (2012, p. 68) contribui ao afirmar que: “A rede urbana é um conjunto de aglomerações produzindo bens e serviços junto com uma rede de infra-estrutura de suporte e com os fluxos que, através desses instrumentos de intercâmbio, circulam entre as aglomerações.” Para o autor, as diferenciações entre esses centros urbanos depende dos “estágios da economia”, que varia de acordo com os períodos históricos. A dinâmica social organiza o espaço de acordo com a produção, distribuição e consumo de mercadorias.

A rede urbana é um produto histórico e social fruto das articulações e espacializações sociais. Sendo assim, há vários tipos de redes urbanas, que dependem da diferenciação dos processos sociais no tempo e no espaço, da complexidade e articulação de cada rede. De acordo com Corrêa (1997) para que haja rede urbana precisa haver três condições mínimas: ter uma sociedade com economia de mercado, onde haja transações comerciais de produtos locais e externos, formando uma “divisão territorial do trabalho”; existência de pontos fixos para que as transações possam ocorrer; interações hierárquicas entre os pontos fixos. Assim, formam-se as diferentes redes urbanas, cada uma com características próprias, dependendo de sua organização espacial.

Com a organização e expansão capitalista, pela modernização e globalização, os centros urbanos podem participar de muitas redes urbanas, promovendo maior dinâmica e complexidade funcional. Em uma mesma rede articulam-se cidades com formação recente e cidades formadas em outros séculos; essas diferentes temporalidades dos centros urbanos, juntamente com diferentes agentes e propósitos, formam, segundo Corrêa (1992), a “complexidade genética da rede urbana brasileira”. A criação dos núcleos urbanos podem ter propósitos diferenciados, ou até mesmo terem posição estratégica ou mais comum, o surgimento do núcleo próximo a uma atividade econômica. Segundo o referido autor, entre os principais agentes criadores dos núcleos urbanos estão o Estado, indústrias, mineradoras, fazendeiros e ordens religiosas.

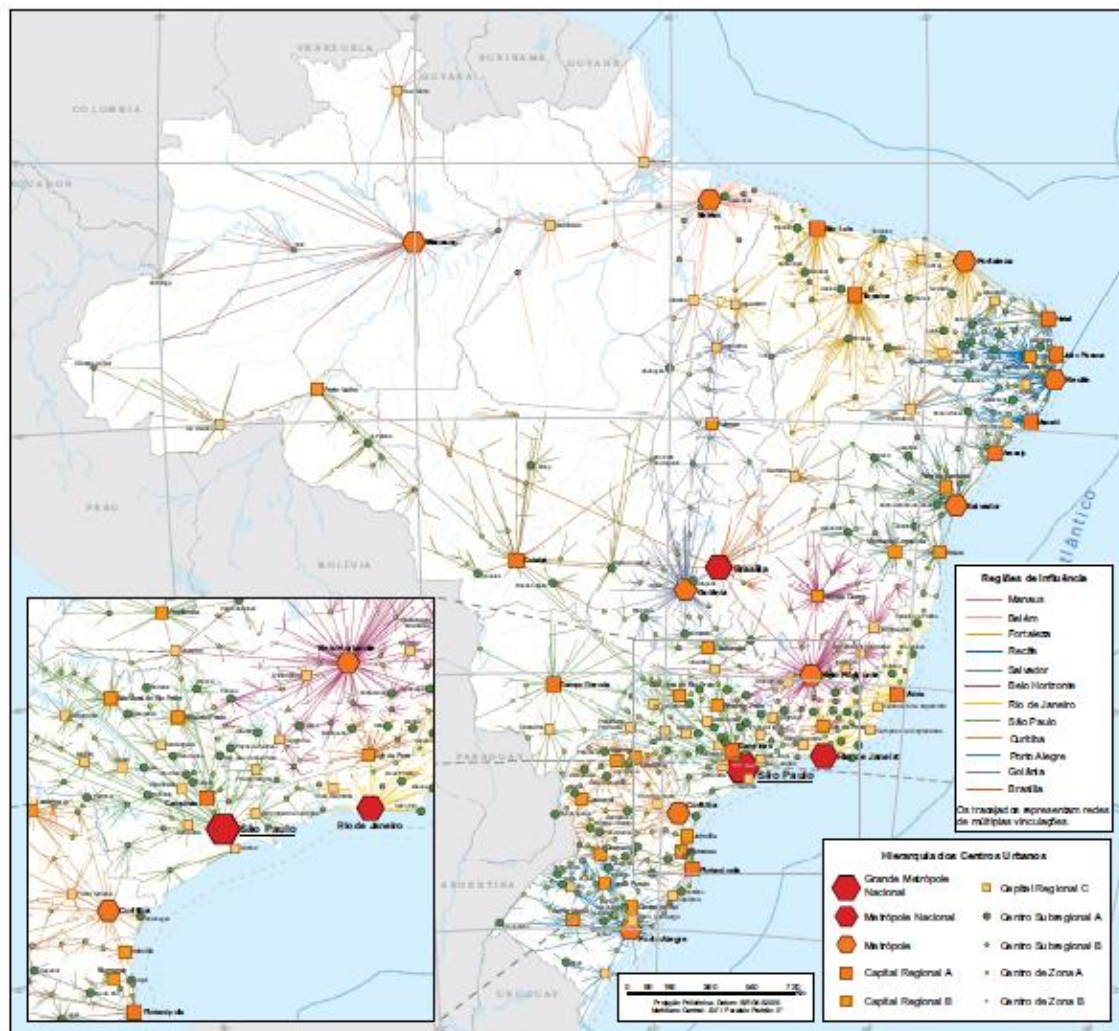
A rede urbana brasileira é extremamente complexa, formada por diferentes temporalidades e padrões espaciais, que revelam a espacialização das classes sociais. A primeira rede urbana foi a dendrítica, com a criação de cidades litorâneas (localização estratégica e meio para o ingresso no interior) e ramificações de núcleos urbanos hierarquizados. Posteriormente foi criada a rede urbana ligada à industrialização do Sudeste brasileiro, formando uma integração com os outros núcleos que foram surgindo. A rede urbana do Brasil, até a Segunda Guerra Mundial, tinha uma diversificação funcional muito limitada; se diferenciavam pelo desempenho na comercialização e beneficiamento da produção. Essa limitação passa a se transformar com as mudanças estruturais e econômicas promovidas no território brasileiro como pondera Corrêa, 1997:

A industrialização, a melhoria geral da circulação, o desenvolvimento de uma estratificação social mais complexa, criando níveis de demanda mais diferenciados, a modernização do campo e a incorporação de novas áreas, levaram a uma complexificação funcional dos centros urbanos brasileiros. A posição de cada centro na hierarquia urbana não é mais suficiente para descrever e explicar a sua importância na rede das cidades. É necessário que se considere suas espacializações funcionais, sejam industriais ou vinculadas aos serviços, muitos dos quais criados recentemente. (CORRÊA, 1997, p.99)

Com as transformações promovidas, ocorreu um aumento da divisão territorial do trabalho, com novas potencialidades funcionais criadas. Com essa complexidade um centro participa de mais de uma rede: ocupa uma posição na rede de localidades centrais e uma atividade complementar em outro centro. Um centro pode se interagir de várias maneiras com os outros centros, tanto de maneira interna como externa. Assim, a rede urbana brasileira se torna mais integrada e abrangente (Figura 06), inclusive entre regiões não contíguas, devido à expansão dos meios de transportes e comunicações. Mas essa integração é desigual, algumas redes urbanas possuem uma maior integração e intensidade como a do Sudeste brasileiro; e

até mesmo dentro desta rede também há desigualdades, com algumas áreas mais integradas e outras menos.

Figura 06: Rede Urbana Brasileira – Regic, 2007.



Fonte: Regic, 2007.

Na atual fase de expansão do capitalismo, estamos inseridos em muitos tipos de redes que se estabelecem com os novos meios técnicos implantados; ao mesmo tempo, também estamos excluídos de uma grande variedade de redes que se formam. Assim as redes se tornam numerosas, complexas e desiguais. Conforme Corrêa, 1997:

A desigual integração da rede urbana brasileira, que foi ampliadamente ratificada nos últimos 20 anos, revela claramente os resultados de um processo de desenvolvimento capitalista que, longe de gerar uma tendência a homogeneização social e da organização espacial, acentua diferenças entre os diversos segmentos da rede urbana brasileira, revelando, através da rede urbana, uma efetiva integração de parte da população ao sistema social e, simultaneamente, uma menor integração, senão exclusão, de parcela importante da população. (CORRÊA, 1997, p.104)

Desse modo, as redes urbanas possuem arranjos espaciais diversos, geralmente com supremacia de uma determinada cidade central, como corrobora Santos (2012, p. 70): “O

fato de que as grandes cidades se hajam tornado os centros, por excelência, da produção e do consumo, faz delas também os grandes centros de distribuição e os grandes nós de circulação.” Essas diferenças são organizadas de acordo com o avanço do capitalismo, que estrutura uma conexão entre as localidades da rede e produz um desenvolvimento diferenciado. Segundo Corrêa, 1992:

O desenvolvimento diferenciado da produção sobre o espaço, maximizando vantagens locacionais específicas a cada produção, gera uma divisão territorial do trabalho a qual suscita a expansão da circulação de mercadorias e o aparecimento de um sistema viário que se sobrepõe ao antigo ou é criado do nada, bem como outros elementos da infra-estrutura.. (CORRÊA, 1992, p. 26)

Essas mudanças provocam uma reestruturação das classes sociais, privilegiando a classe média e transforma a força de trabalho em mercadoria; isso estimula o comércio e a prestação de serviços, favorecendo um maior dinamismo para a economia e a geração de um poder diferenciado, que cria uma “divisão territorial do poder” de acordo com a capacidade de cada localidade central. Essa relação hierárquica deriva da fusão dos interesses da classe dominante e do capital externo; assim, essa classe consegue reproduzir seu domínio e aumentar seu poder.

A dinâmica socioeconômica possui muitas facetas e uma delas passa pela distribuição dos bens e serviços, ou seja, sua organização espacial. A distribuição espacial de bens e serviços impulsionada pela acumulação capitalista proporcionada pela Revolução Industrial forma uma rede organizada e integrada em localidades centrais. No sistema capitalista a distribuição se constitui um elemento central na hierarquização espacial, isso gera uma articulação e interligação entre as áreas urbanas produtoras e receptoras de bens, movimentando o comércio e a prestação de serviços. Essa dinâmica produz uma diferenciação hierárquica complexa entre as várias localidades centrais de uma rede, que é organizada segundo a lógica capitalista. Entre essas localidades se formam fluxos entre a cidade e o campo; entre esses com a área de influência de cada localidade e estas com outras localidades, constituindo uma complexa estrutura territorial, que expressa à reprodução das classes sociais. Segundo Corrêa (1992, p. 22) essa reprodução ocorre: “[...] através do consumo diferenciado de bens e serviços oferecidos pelas localidades centrais [...]”. Assim, a rede de localidades centrais constitui um meio de reprodução do sistema capitalista.

De acordo com Corrêa (1992), a teoria das localidades centrais foi criada por Walter Christaller, em 1933. Essa teoria trata da diferenciação hierárquica dos núcleos urbanos segundo a importância que exercem na distribuição de bens e serviços, se tornando localidades centrais. Segundo o autor, a rede de localidades centrais nos países subdesenvolvidos pode ser organizada por três maneiras: “rede dendríticas de localidades

centrais, mercados periódicos e desdobramento da rede em dois circuitos”. As redes dendríticas são organizadas em torno da “cidade primaz” que concentra grande parte do comércio, da renda, do mercado de trabalho; se constitui em um centro de atração migratória. Possui grande quantidade de pequenos centros de venda e inexistência de centros intermediários. À medida que se distancia da “cidade primaz”, os centros vão se tornando menores em população, comércio e poder político. As localidades centrais se constituem em típicas redes dendríticas. Os mercados periódicos exercem o papel de localidades centrais apenas em determinados períodos, depois voltam a serem núcleos pacatos, geralmente ligados a atividades primárias. Eles podem existir sozinhos ou concomitantemente com os mercados fixos.

As localidades centrais também podem ser desenvolvidas de acordo com os dois circuitos na economia, o superior e o inferior. Segundo Santos (2012), os dois circuitos são resultados da modernização tecnológica ocorrida nos países subdesenvolvidos. O processo de modernização não gera um número suficiente de empregos para atender à demanda, pois a indústria e até mesmo a agricultura, oferecem poucas vagas devido à tecnologia empregada. Isso leva a uma migração da zona rural, crescimento da urbanização, inchaço do setor terciário, precarização do mercado de trabalho e crescente número de pessoas sem renda fixa. Com isso, cresce o número de indivíduos com rendimentos baixos e, portanto, com limitado poder de compra e a supremacia de uma classe com altos salários e detentora do acesso aos bens e serviços ofertados. Essa diferenciação promove diferenças de consumo e cria nas cidades dois sistemas de fluxos que comandam o processo produtivo. De acordo com Corrêa, 1992:

[...] considera-se que o circuito superior é constituído pelos bancos, comércio e indústria voltados para a exportação, pela indústria moderna vinculada ao mercado interno, pelos serviços modernos e empresas atacadistas e de transportes. Sua clientela, urbana ou regional, é formada pelas classes ricas, satisfazendo, entretanto, parcela expressiva das demandas da classe média. Por sua vez, o circuito inferior é constituído por atividades que não utilizam capitais de modo intenso, possuindo ainda uma organização primitiva: a fabricação de bens, certas formas de comércio e serviços compõem a ampla gama do circuito inferior, que atende, sobretudo, às classes pobres. (CORRÊA, 1992, p. 73)

Os dois circuitos são resultados do processo de modernização, mas o circuito superior é composto pela população que se beneficia do progresso tecnológico; já o circuito inferior, não se beneficia desses avanços ou o fazem de maneira insatisfatória. Apesar das diferenças, os dois circuitos estão interligados, “imbricados”, formando uma hierarquia urbana estruturada em “metrópole, cidade intermediária e cidade local”. De acordo com Santos (2012), as grandes cidades concentram as atividades terciárias, se constituindo em

centros de produção, consumo e distribuição. Já as cidades intermediárias oferecem produtos de médio nível, porém mais diversificado do que as cidades locais. Estas estão na periferia do sistema; possui uma atividade funcional, mas não dinâmica. Geralmente a cidade local atua no circuito inferior e a metrópole no superior. As cidades intermediárias atuam nos dois setores, alternando a importância entre eles. Nos países subdesenvolvidos, a rede de localidades centrais é uma forma de espacialização dos dois circuitos da economia urbana, reflete a complexidade das relações existentes nesses circuitos por meio de várias cadeias de comercialização e fluxos que se formam. Nessa rede, as pessoas com maior poder aquisitivo se deslocam para as localidades centrais ou capitais à procura de bens e serviços que não são oferecidos em suas localidades ou são ofertados com baixa qualidade e variedade.

A parcela da população que possui menor poder aquisitivo tem acesso apenas a uma parte dos bens e serviços oferecidos, geralmente os mais necessários à sobrevivência, como pondera Corrêa, 1997:

A população de baixo *status* possui limitada mobilidade espacial. Para ela, não existe de fato uma hierarquia urbana, utilizando apenas os centros locais para satisfação de sua reduzida demanda: na realidade, a hierarquia de localidades centrais existe apenas em função da população de médio e alto *status*. (CORREA, 1997, p.80)

Os estudos realizados por Corrêa demonstraram que, dependendo do nível de renda a população tem um comportamento espacial diferente. A população menos favorecida financeiramente, por não possuir os meios necessários para usufruir do mercado dos centros maiores, faz suas compras no seu próprio espaço urbano, já a população com maior renda, além de consumir alguns produtos básicos de sua localidade, também usufrui dos produtos e serviços adicionais dos centros maiores e capitais de sua rede. Assim, os centros urbanos se articulam e formam uma complexa rede urbana.

No estado de Goiás, alguns centros urbanos exercem uma posição de centralidade na rede urbana a qual está inserido, desempenhando um papel de articulação e controle, como a rede de Goiânia e Brasília. A posição de centralidade de Goiânia é exercida de várias maneiras, Neto e Salgado (2015) destacam a polarização de serviços médicos especializados, complexo têxtil e ensino superior. Os principais hospitais públicos de Goiás se localizam na capital, contam com modernos equipamentos e equipe qualificada. Goiânia também concentra os principais polos atacadistas e varejistas de vestuários e acessórios; recebe diariamente uma grande quantidade de consumidores de diversos municípios goianos e também de outros estados brasileiros. A multiplicidade de cursos de graduação e pós-graduação oferecidos pelas instituições de ensino particulares – com destaque para Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC) – e pública – Universidade Federal de Goiás (UFG) –

atraem grande porção de estudantes de muitas localidades do estado, colocando o município de Goiânia em uma posição de centralidade. Nesse sentido contribui Arrais (2004) ao afirmar que Goiânia é um polo de referência nacional nas áreas têxtil, médica e educacional.

A cidade de Anápolis desempenha um papel de destaque dentro da rede metropolitana de Goiânia, como importante centro comercial e principalmente como um grande centro industrial. Anápolis é a segunda maior cidade do estado de Goiás em importância econômica, possui o maior Distrito Industrial do estado – Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA). O Distrito Agroindustrial concentra grandes indústrias do estado e está aumentando sua área de influência com a construção de um “Porto Seco” – Estação Aduaneira do Interior (EADI). A instalação desse Porto, objetiva promover uma maior integração através do aumento das importações e exportações dentro do Centro-Oeste e também com o mercado internacional.

Outro fator de integração e desenvolvimento da rede urbana foi a construção de Brasília. A Capital Federal atraiu uma grande quantidade de imigrantes de várias partes do país; a população ocupava as regiões do entorno, promovendo um grande crescimento urbano da região do entorno de Brasília. De acordo com Arrais (2003, p. 15): “[...] o Entorno de Brasília é a segunda microrregião com maior população, em 2000, com 812.877 habitantes, ficando atrás apenas da microrregião de Goiânia.” Nessa área, foi construído, em 1998, a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF). A RIDE tem o objetivo de articular as ações do governo federal, estadual e municipal, bem como promover a construção de infraestruturas que visem o desenvolvimento dessa região, proporcionando uma maior dinamização econômica. Por meio de vultosos recursos governamentais, políticas de desenvolvimento e integração, desenvolveram-se muitas malhas viárias e eixos de conexão entre a Capital Federal e as demais regiões brasileiras.

Esses três centros urbanos goianos (Brasília, Goiânia e Anápolis), desde os primeiros estudos sobre rede urbana e polarizações realizado pelo IBGE – Esboço Preliminar da Divisão do Brasil em Espaços Polarizados – em 1967, já eram destaques na rede urbana goiana e também brasileira. Os estudos demonstravam a importância de se indicar os centros de polarização, bem como, a delimitação de sua área de influência, estabelecendo uma hierarquia entre os centros urbanos. Para delimitar a área de influência eram utilizados alguns indicadores como:

[...] comércios de produtos finos; b) comercio geral de produtos não encontrados nas outras localidades da área de influência; c) abastecimento dos varejistas; d) abastecimento dos atacadistas; e) distribuição de artigos para as atividades rurais; f) proveniência dos doentes dos hospitais; g) proveniência dos clientes dos médicos especialistas; h) transações bancárias; i) proveniência de alunos do curso secundário. (CORREA; DAVIDOVICH, p. 05, 1967)

Por meio desses indicadores foram delimitadas as áreas de influência dos principais centros de polarização do país. O estudo de 1967 considerou como centros de alta hierarquia aqueles que abrangessem maior extensão espacial com outros centros de polarização de menor importância, sendo chamados de “metrópoles regionais”. Os centros intermediários (2ª categoria) eram aqueles que tinham uma considerável área de atuação, mas sem a presença de outros centros intermediários, apenas a atuação da metrópole a qual estava subordinada. Foi utilizado o mesmo critério para estabelecer os centros inferiores (3ª categoria) na hierarquia urbana. Segundo o estudo, era pouco frequente a presença dos três níveis, a maioria das regiões era polarizada apenas pela primeira e terceira categorias, pois em algumas áreas havia ausência de centros de polarização mais significativos. Também existiam consideráveis diferenças (equipamentos, intensidade de relações) tanto entre as metrópoles como entre os demais centros, formando uma estrutura polarizadora muito desigual.

A classificação dos centros urbanos foi realizada em duas etapas. Na primeira, os centros foram classificados segundo a disponibilidade de “equipamento terciário polarizado” (comércio e prestação de serviços). De acordo com Corrêa e Davidovich (1967, p. 09): “[...] trata-se de comparar o nível de equipamento com a população urbana e a atividade industrial (...)” Na segunda parte, amplia a classificação considerando os “fluxos de passageiros e mercadorias” e as relações políticas dos centros – “poder de decisão”.

De acordo com o cartograma do Esboço, praticamente toda a porção centro/sul de Goiás era polarizada por São Paulo e apenas a porção norte era polarizada, em sua maioria, por Belém. Não existiam centros de segunda categoria (polarização intermediária) em Goiás, havia apenas três centros de terceira categoria (Goiânia, Anápolis e Brasília) que polarizavam praticamente quase todo o estado de Goiás e parte do Mato Grosso.

A área de influência de Brasília, segundo o Esboço de Polarização (1967. P. 96), se deu: “[...] graças à implantação de uma quantidade de serviços voltados originalmente para os construtores e para a população fixada na nova capital.” Para o estudo, o setor terciário de Brasília possuía um alto nível devido parte da população ser oriunda de locais mais desenvolvidos do Brasil. Em consequência da ausência de centros concorrentes, Brasília polarizava toda a parte leste e norte de Goiás.

Outra grande influência em Goiás era a “Região de Anápolis e Goiânia”, que exerciam a polarização dos principais centros econômicos goianos e parte do noroeste de Minas Gerais. Esses dois centros se diferenciavam segundo a função exercida, como contribui o estudo do IBGE, 1967:

Anápolis é grande centro comercial, um entreposto que drena o norte goiano, uma ponta de lança da economia do Sudeste, com intenso comércio atacadista e numerosos estabelecimentos varejistas. É o ponto terminal da Viação Férrea Centro-Oeste e local de conexão de rodovias que chegam do Sudeste e partem para o norte. Algumas indústrias de transformação de produtos alimentares se instalaram na cidade, ligadas à presença da matéria-prima. (...) Goiânia também é ponta de trilho de ramal que parte do eixo da Viação Férrea Centro-Oeste e, igualmente, nó de ligações rodoviárias. Embora tenha desenvolvido a atividade comercial completando a atuação de Anápolis, Goiânia se destaca mais pela função político-administrativa. Ela não possui setor de indústria de produtos alimentares importantes como Anápolis, sobressaindo os estabelecimentos de transformação de minerais não metálicos. (ESBOÇO, 1967, p. 169)

Na região de Anápolis/Goiânia os maiores municípios em extensão territorial são Barra do Garças – MT (172.066 km²), Cristalândia – GO (30.045 km²) e Araguacema – GO (24.029 km²). A maioria dos municípios possui uma pequena extensão, abaixo de 15 km². Os municípios mais populosos eram os maiores centros econômicos – Goiânia (153.505 hab.) e Anápolis (68.732 hab.) – e o município que foi sede da colônia agrícola – Ceres (42.803 hab.). A maior porcentagem de população urbana também estava entre esses municípios, com exceção de Palmelo (84,7%) e Jandaia (81,7%). Nessa região de polarização, a grande maioria dos municípios possuía uma pequena taxa de urbanização, apenas onze municípios tinham mais de 50% da população urbana; alguns municípios - Amaro Leite (2,4%), Barro Alto (4,6%), Crixás (4,8%) e Lizarda (4,1%) – eram praticamente rurais.

Apesar do baixo índice de urbanização na região de Anápolis e Goiânia, a polarização exercida por esses dois centros constituía um importante fator de integração dos centros urbanos de Goiás e deste com outros centros do Brasil. Essa região era a maior em número de municípios polarizados (150 municípios) superando importantes centros como São Paulo e Rio de Janeiro (tabela 01). Um dos motivos que podem explicar tal fato é a região Sudeste possuir mais centros polarizadores que a região Centro-Oeste. Em número de área abrangida ficava atrás somente de Belém (939.248 km²) e Manaus (2.326.832 km²). Considerando a quantidade populacional, a região de Anápolis/Goiânia era a quarta mais populosa (1.646.768 habitantes), superada apenas por São Paulo (5.704.258 habitantes), Rio de Janeiro (4.805.148 habitantes) e Porto Alegre (2.029.825 habitantes).

Tabela 01 - Principais de centros de polarização do Esboço Preliminar de 1967.

Centro Urbano	Área (km²)	População	Nº de Municípios
Belém	939.248	1.416.412	58
Manaus	2.326.832	972.999	56
Rio de Janeiro	13.124	4.805.148	22
São Paulo	27.846	5.704.258	74

Porto Alegre	46.394	2.029.825	42
Anápolis/Goiânia	747.376	1.646.768	150

Fonte: Esboço Preliminar do IBGE, 1967.

No ano de 1972, o IBGE publicou um novo modelo de divisão regional do Brasil, intitulado de “Divisão do Brasil em Regiões Funcionais urbanas”. No novo modelo há uma maior ramificação hierárquica, pois dividiu os 718 centros urbanos brasileiros em quatro níveis: Centros Metropolitanos (nível mais elevado), centro regionais (possuía uma ligação direta com o nível 1 com destaque na produção de bens e serviços a economia, bem como serviços especializados a população – 2º nível), Centro Sub-regionais (cidades menores que faziam a intermediação entre o centro regional e as localidades menores, com destaque para a produção agrícola e prestação de serviços à população – 3º nível) e centros locais (pequenas cidades locais que forneciam alguns serviços a pequeno número de localidades próximas e possuía uma certa concentração de produção agrícola – 4º nível). Para estabelecer essa divisão e suas subdivisões, o IBGE utilizou o método de contar os “relacionamentos ou vínculos” entre os centros urbanos, considerando os fluxos agrícolas e a distribuição de bens e serviços.

Essa nova divisão considerava os centros urbanos como uma estrutura capaz de englobar as relações estabelecidas no próprio território (campo/cidade) e os laços econômicos entre os centros e suas regiões. Conforme Keller, 1972:

Se a economia urbana básica estrutura a cidade, os fluxos e relacionamentos têm importância fundamental na organização da região funcional urbana. Parte-se, assim, na elaboração deste modelo da hipótese de que pontos (cidades) e linhas (fluxos) tem capacidade de organizar uma estruturação específica do espaço. (KELLER, 1972, p. 10)

A divisão proposta levava em conta a complexidade existente entre os centros urbanos, considerando os fixos (cidades) e os fluxos que estruturam o espaço. Para Keller (1972) alguns relacionamentos urbanos se dão por movimentos invisíveis, mas podem ser verificados por dois indicadores: por meio da rede viária e fluxo de passageiros – quanto maior o centro, mais densa é a rede de transportes e fluxos estabelecidos – e um sistema de relações entre os centros urbanos, como distribuição de bens e serviços. A autora enfatiza que a pesquisa revelou uma atuação superior de São Paulo (9.274 relacionamentos) sobre o Rio de Janeiro (3.157 relacionamentos) – por isso é considerada a metrópole nacional; uma desigualdade regional do Brasil, que era refletida na organização estrutural da rede urbana, dividida em duas áreas: o centro-sul (possuía as metrópoles nacionais e importantes metrópoles regionais, mais urbanizado, industrializado e dinâmico) e o norte e nordeste (menor organização estrutural e funcional, com poucos centros regionais – “hipertrofiados e

centralizadores” – grande quantidade de pequenos centros locais – ligados a atividades rurais tradicionais – e fluxos irregulares entre os centros). Por fim, constatou-se um alto crescimento demográfico das grandes cidades, com concentração de população e graves problemas socioeconômicos.

Dentre as dez regiões funcionais do Brasil, a região de influência de Goiânia se destacava por ter o maior aumento percentual de população (150%), saltando de 1.646.768 habitantes (1967) para 3.226.500 habitantes em 1972. A rede urbana de Goiânia abrangia praticamente quase todo território de Goiás, Leste do Mato Grosso e juntamente com Brasília, estava adentrando o território de Salvador. Possuía dois centros regionais: Anápolis (centro comercial, principalmente produção agrícola) e Brasília (Capital Federal com destaque para o setor terciário). Na visão de Kelller, 1972:

Goiânia e seus dois centros regionais têm posição periférica em relação a suas áreas de influência, as quais se estendem a grande distância para o norte. Essa posição de cometa reflete sua posição de centros dinâmicos de uma interlândia que se povoa e se valoriza à retaguarda, sendo eles os pontos avançados da “core area” de São Paulo – Rio de Janeiro. (KELLER, 1972, p. 23)

Comparando o estudo de 1967 (divisão em espaços polarizados) com o de 1972 (divisão em regiões funcionais) podemos observar que as relações externas em 1967 eram muito limitadas, a polarização dos centros era exercida praticamente dentro do Estado a qual pertencia o centro urbano. Poucos centros polarizavam cidades localizadas na área de influência de outro centro polarizador, como o caso da região de Anápolis/Goiânia que polarizavam algumas cidades do Mato Grosso e Maranhão; do mesmo modo, algumas cidades de Goiás eram polarizadas por São Paulo, Uberaba e Uberlândia. No estudo de 1972, podemos observar um aumento das ligações externas, Goiânia polarizava cidades de quatro estados brasileiros (Mato Grosso, Maranhão, Bahia e Minas Gerais), no total 31 municípios. Já os municípios de Goiás, eram polarizados por São Paulo, Pará, Maranhão, Mato Grosso e Minas Gerais.

Outro ponto importante a destacar é o crescimento econômico e político de alguns municípios goianos, principalmente Goiânia. No estudo de 1967, os municípios de Goiânia, Anápolis e Brasília eram considerados centros de terceira categoria. No estudo de 1972, a polarização de Goiânia é separada da de Anápolis. Devido ao grande crescimento, Goiânia passa a integrar os dez centros polarizadores de primeiro nível, polarizando um total de 222 municípios (Tabela 02). Os municípios de Anápolis e Brasília passam a ser centros de segundo nível, polarizados por Goiânia. Enfim, houve um crescimento de alguns municípios, um aumento das relações internas e externas, maior integração dos municípios brasileiros.

Tabela 02 – Região urbana de Goiânia em 1972.

Centros							Municípios	Total
1º Nível	2º Nível		3º Nível		4º Nível			
	2 ^a	2b	3 ^a	3b	4 ^a	4b		
1	1	1	5	3	11	20	180	222

Fonte: Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas, 1972.

Há uma alteração desse quadro no estudo publicado em 1987, Região de Influência das Cidades – coordenado por Roberto Lobato Azevedo Corrêa. O estudo limitava a área de influência dos centros urbanos centrais tendo como referência a Teoria de Localidades Centrais, formulada por Christaller. Segundo a teoria, a delimitação da área de influência é feita de acordo com a oferta de bens e serviços dos centros urbanos, como contribui Corrêa, 1987:

[...] a localização da oferta de bens e serviços traduz-se em uma diferenciação entre as localidades centrais, diferenciação essa que é de natureza hierárquica, com níveis hierárquicos de centros. A hierarquia dos centros se processa de modo que as localidades centrais de baixo nível hierárquico distribuam bens e serviços procurados muito frequentemente, possuindo área de influência espacialmente restrita; as de nível imediatamente superior, distribuem além daqueles bens e serviços distribuídos pelos centros inferiores, bens e serviços menos procurados, possuindo uma área de influência maior que incluem os centros menores e suas respectivas áreas de influência. O centro de mais alto nível distribui, finalmente, todos os bens e serviços já distribuídos pelos centros inferiores, distribuindo, ainda, alguns para os quais se constitui num único centro distribuidor para uma ampla região do país. (CORRÊA, 1987, p. 11)

Assim, os centros seriam organizados em uma rede hierarquizada de localidades centrais interligadas pela economia de mercado, construindo uma complexa divisão territorial do trabalho. De acordo com Corrêa (1987, p. 20), para definir a subordinação de uma cidade a uma localidade central, o estudo utilizou o critério: “[...] uma unidade está subordinada a um centro quando com este mantiver um relacionamento de intensidade igual ou superior ao dobro dos relacionamentos com centros alternativos de mesmo nível hierárquico.” Assim, dependendo da oferta de bens e serviços, os centros urbanos foram classificados em quatro níveis hierárquicos: Centro Metropolitano, Capital Regional, Centro Sub-regional e Centro de Zona. O estudo verificou que a rede de localidades centrais constituía em um “todo integrado”, controlado e coordenado pelas metrópoles nacionais – São Paulo (principal centro de distribuição) e Rio de Janeiro – que possuía uma influência em todo o território brasileiro. A rede também contava com onze metrópoles

regionais (uma a mais que no estudo de 1972) – centros de distribuição de bens e serviços com atuação regional. As áreas das metrópoles não eram exclusivas, em um mesmo território se verificava a competição de mais de duas metrópoles regionais. Os centros sub-metropolitanos possuíam uma atuação intermediária entre a capital regional e a metrópole regional. Já a capital regional atuava como distribuidora de bens e serviços em um nível inferior ao da metrópole regional. O centro de zona era o menor nível da hierarquia urbana, considerado por Corrêa (1987, p. 21) como: “[...] uma localidade central cuja área de influência se estende, pelo menos, há um outro município que não aquele do qual a localidade central é a sede municipal.” O referido estudo não englobava os centros de nível mais periférico, como os centros locais e centros elementares, e também os mercados periódicos.

Entre as metrópoles regionais, a região de Goiânia era uma das metrópoles que aumentaram sua região de influência em seu próprio território, como também em outros estados brasileiros. O total de municípios polarizados por Goiânia saltou de 222 municípios no estudo de 1972, para 362 municípios no ano de 1987 (Tabela 03). Surgiram outros centros polarizadores além de Anápolis e Brasília, a região de influência de Goiânia passou a ter quatro capitais regionais (Anápolis, Brasília, Rondonópolis e Imperatriz). A região de Goiânia também aumentou sua influência externa, passando de quatro estados com municípios polarizados para seis estados (MT, MG, PA, BA, MA e PI), com um total de 74 municípios polarizados em outros estados. Já em relação à polarização exercida por outros centros nos municípios goianos continuou praticamente a mesma, com um total de cinco estados (PA, MA, SP, MG E MS); porém, o estado de Mato Grosso perdeu sua influência nos municípios da região de Goiânia, que passaram a ser polarizados por um novo centro, o Sub-Regional de Paranaíba (MS).

Tabela 03 – Região de Influência de Goiânia em 1987.

Metrópole Regional	Centro Submetropolitano	Capital Regional	Centro Sub-regional	Centro de Zona	Municípios Subordinados	Total
1	-	4	5	59	293	362

Fonte: Regic, 1987.

Com o estudo realizado em 1993 (Região de Influência das Cidades – REGIC), houve um novo incremento da estrutura urbana brasileira. O documento dá continuidade ao estudo da rede urbana e a delimitação das regiões de influências das cidades brasileiras, classificadas e hierarquizadas segundo os níveis de centralidade que exercem, mas englobando a formação de “redes espaciais ou geográficas”. Segundo o Regic, 1993:

Goiânia	1	-	5	3	9	20	19	399	455
Brasília	-	1	-	1	-	3	3	48	56

Fonte: Regic, 1993.

No último estudo realizado pelo IBGE – Regic 2007 – transformações promovidas pelas novas tecnologias, inovações nas redes técnicas, intensificação do processo de globalização e ocupação dos espaços vazios, provocaram alterações na estrutura urbana brasileira, na divisão técnica e territorial do trabalho, nas regiões de influências das cidades; construindo uma rede urbana mais complexa. Segundo o Regic, 2007:

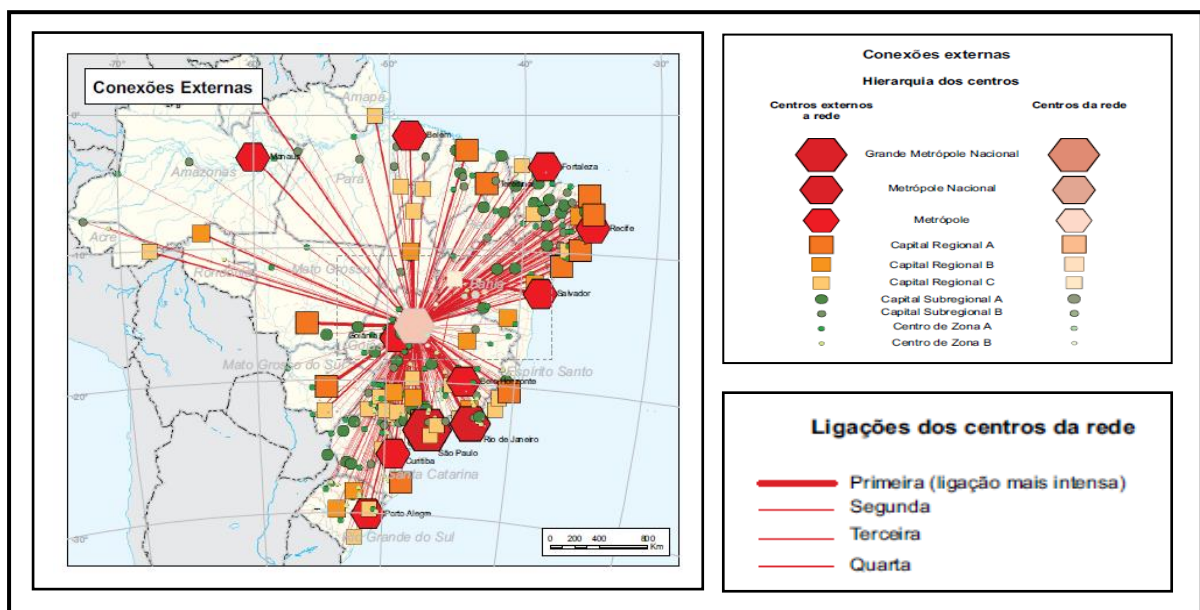
Assim, na conformação da rede urbana, coexistem redes hierárquicas e redes não-hierárquicas. A gestão – pública e empresarial – mantém relações de controle e comando entre centros urbanos, propagando decisões, definindo relações e destinando investimentos. As cidades, contudo, mantêm também relações horizontais, de complementaridade, que podem ser definidas pela especialização produtiva, pela divisão funcional de atividades, e pela oferta diferencial de serviços. (REGIC, 2007, p. 09)

Para estabelecer uma hierarquia entre os centros urbanos, o estudo considerou a gestão do território, o dinamismo dos relacionamentos, as diferenciações regionais e a extensão da influência dos centros urbanos. Conforme a intensidade de ligações entre os centros delimitou-se 12 redes de influências principais e suas subdivisões. As metrópoles são subdivididas em: grande metrópole nacional – São Paulo (Nível máximo da gestão territorial), metrópole nacional – Rio de Janeiro e Brasília (Nível elevado de gestão territorial), metrópole – Goiânia e os grandes centros urbanos (segundo nível da gestão territorial). Os demais centros urbanos foram divididos em: 70 capitais regionais (nível inferior às metrópoles, com área de influência regional) – dependendo do número de habitantes e relacionamentos podem ser subdivididos em capital regional A, B ou C; 169 centros sub-regionais (gestão menos complexas com área de influência menor) – se subdividem em centro sub-regional A e B; 556 centros de zona (cidades pequenas, gestão elementar restrita a sua área) – subdividem-se em centro de zona A e B; 4473 centros locais (influência interna ao município e população inferior a 10.000 habitantes).

Mesmo com a difusão das redes técnicas, urbanização e modernização do território ainda existem diferenças significativas entre as redes urbanas brasileiras, algumas são muito complexas com todos os níveis hierárquicos, outras não possuem níveis intermediários, apresentando um sistema mais simples. Porém, mesmo as redes com menores ligações apresentaram um adensamento e fortalecimento de suas estruturas. Desse modo, há diferentes redes de complexidades e ligações variadas, onde os centros podem fazer de duas ou mais redes. A rede de Brasília possui número populacional e extensão territorial reduzida,

porém se destaca por concentrar renda (90,3% do PIB da rede) e população (72,7%) no centro da rede; possui o PIB per capita mais alto de todas as redes brasileiras (R\$ 25,3 mil). Essa rede também se destaca por ser o grande centro de gestão e coordenação, pois concentra as principais instituições públicas do país. A região de influência de Brasília polariza municípios de oito estados brasileiros: RO, AC, MT, GO, MG, BA, AM e TO; com um total de 320 municípios (Tabela 05). O Distrito Federal desempenha um importante papel administrativo e político, pois ocupa uma posição de centralidade no país, sendo considerado uma Metrôpole Nacional (Regic 2007), devido manter conexões com várias regiões brasileiras (Figura 07).

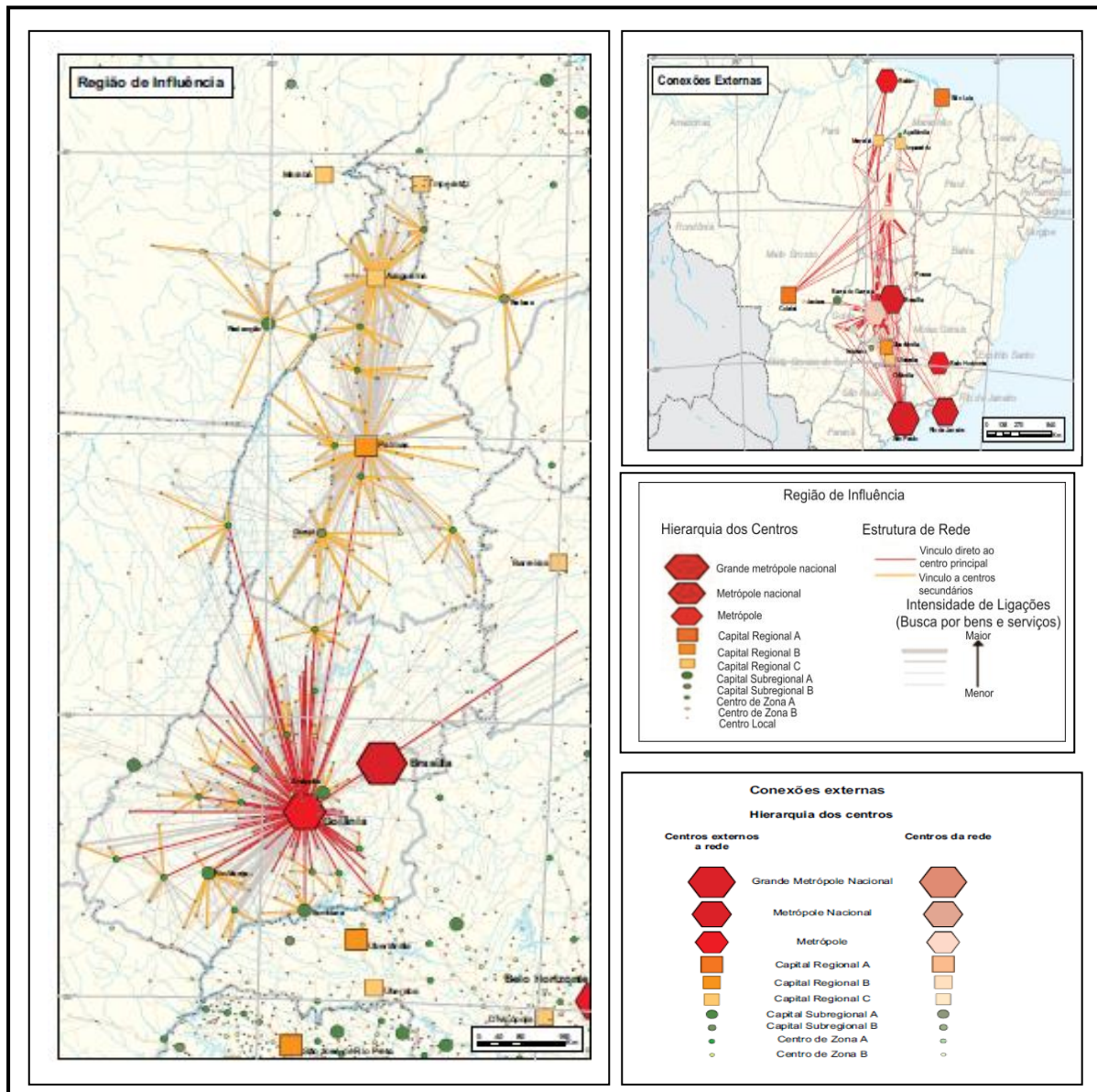
Figura 07: Conexões externas de Brasília – Go em 2007.



Fonte: Regic (2007), adaptado pela autora em 2016.

Na rede de influência de Goiânia, a distribuição de renda e população é menos concentrada que a de Brasília, com um total de 30,2% de população e 29,7% do PIB da rede concentrada em Goiânia. Essa rede polariza municípios de sete estados brasileiros: GO, BA, MT, MG, TO, PA e MA; polarizando um total de 366 municípios. Desse modo, Goiânia exerce uma grande influência sobre municípios do estado de Goiás e também de outros estados (Figura 08). Através desse polo e a articulação com outros centros urbanos, cria uma divisão do trabalho e uma estrutura hierarquizada de rede urbana.

Figura 08: Região de Influência e Conexões Externas de Goiânia – Go em 2007.



Fonte: Regic (2007), adaptado pela autora em 2016.

Comparando as duas redes, podemos perceber que apesar de Goiânia polarizar um número maior de municípios, possui menor quantidade de centros intermediários, com ausência de municípios no primeiro nível abaixo da metrópole – capital regional A (Tabela 05). A rede de Brasília possui mais capitais regionais que Goiânia, inclusive a capital regional A de Cuiabá.

Tabela 05 – Região de Influência de Goiânia e Brasília em 2007.

Região	Centro										
	Metrópole Nacional	Metrópole	Capital Regional A	Capital Regional B	Capital Regional C	Centro Sub-reg. A	Centro Sub-reg. B	Centro de Zona A	Centro de Zona B	Centro Local	Total
Goiânia	-	1	-	1	1	4	2	21	24	309	366
Brasília	1	-	1	1	2	6	6	14	34	253	320

Fonte: Regic, 2007.

A região formada por Goiânia/Brasília concentra grande parte dos fluxos e interações da rede urbana de Goiás e também com outras redes do Brasil. De acordo com Arrais (2003), o centro goiano em conjunto com Brasília, concentra os “principais eixos rodoviários” interligando essa região. Essa rede possui uma Metrópole Nacional (Brasília) e uma Metrópole Regional (Goiânia), juntos exercem o controle dos centros urbanos subordinadas a elas e também núcleos de outras redes, se constituindo em polos administrativos, econômicos e políticos; formando segundo o autor, uma “área multipolarizada”.

Devido essa região receber uma maior quantidade de investimentos governamentais e promover uma maior dinamização de sua economia, faz com que receba também um grande fluxo migratório, formando uma “urbanização concentrada”. Nesse sentido contribui Moysés e Silva, 2007:

Essa dinâmica resultou num processo de “urbanização concentrada”, o que implicou a existência de poucas cidades com população elevada, ou seja, apenas 2,6 dos municípios possuem população superior a 100 mil habitantes, no entanto estes juntos detêm metade do contingente populacional da região (49,9%), lembrando que nesse quantitativo existem duas capitais: Brasília, capital nacional, e Goiânia, capital regional, ambas com população acima de 1 milhão de habitantes. No outro extremo, encontram-se 32,1% dos municípios com população de até 3 mil habitantes, residindo apenas 4,2% da população. Se, por um lado, esses números revelam a força de atração das médias e grandes cidades, de outro, fica evidente a incapacidade das políticas locais e regionais no sentido de reter nos municípios menores sua população. (MOYSÉS E SILVA, 2007, p. 16)

Essa desigualdade no padrão urbano de Goiás é reforçada pela impossibilidade de cidades médias e pequenas em segurar e reforçar seu contingente populacional. Assim, a economia dos governos locais fica enfraquecida, com reais limitações para desenvolver plenamente a economia dessas regiões. Esse fato é agravado ainda mais nos municípios pequenos, a falta de oportunidades e melhores condições de vida levam muitos moradores a migrarem para regiões com maiores possibilidades de desenvolvimento.

Mesmo com maiores dificuldades para promover um dinamismo de suas economias, dentro da rede urbana polarizada pelas metrópoles, existem alguns municípios que exercem, em uma escala menor, a polarização de suas regiões. Com a disponibilidade de produtos e serviços, esses centros urbanos exercem uma influência econômica e política sobre os municípios que formam sua rede, desempenhando um papel secundário, mais integrado, na produção e circulação da rede a qual está subordinado. Essa polarização secundária é exercida pela cidade de Itapuranga, que por meio da oferta de bens e prestação de serviços, se torna um importante centro urbano em sua área de influência. Para compreender a dinâmica dessa polarização, torna-se necessário entender o processo de formação e desenvolvimento dos eventos que propiciaram a formação de uma centralidade.

2 – A FORMAÇÃO TERRITORIAL DE ITAPURANGA NO CONTEXTO DA REDE URBANA

A constituição do território de Itapuranga, bem como dos demais municípios, ocorre por meio de ações sociais desenvolvidas em diferentes temporalidades e intensidades. A sociedade ao realizar o trabalho, vai implantando uma série de transformações no espaço e moldando os elementos que promovem a dinâmica de cada território. As necessidades impostas pelo desenvolvimento da sociedade capitalista vão implantando uma série de transformações estruturais para promover o atendimento da demanda social e o fortalecimento econômico do município. Esse processo gera o surgimento de centros urbanos capazes de atender às necessidades de sua população e ao mesmo tempo, oferecer serviços que alguns centros não disponibilizam. Desse modo, as cidades passam a ser organizadas em uma rede urbana hierarquizada, onde os centros maiores e com funcionalidades mais complexas, passam a atender às necessidades de centros menores. Para compreender como ocorrem essas centralidades, se torna necessário fazer uma leitura do processo histórico do município.

2.1 – Temporalidade e espacialização: constituição do processo histórico

Com o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, a sociedade atual amplia suas atividades e constrói novos arranjos por meio da articulação de elementos antigos com os novos. Os objetos antigos refletem o momento histórico que foi criado, daí a importância de sua análise para a compreensão da sociedade atual. Aqueles objetos que melhor se adaptam a realidade social são englobados em sua dinâmica, através da relação contraditória entre o novo e o velho. Nesse sentido, contribui Deus (2002), ao afirmar que a articulação contraditória dos objetos antigos e novos formam as paisagens de determinado lugar, “tornando cada lugar único”, através da materialização das transformações construídas ao longo da história.

A introdução de novos objetos produz novas relações sociais, que molda e dá forma à estrutura socioespacial urbana, evidenciando toda a sua complexidade. Segundo Santos (2012), as aglomerações dentro do sistema urbano, são “formas”, ou seja, conjunto de “objetos geográficos”. As divisões de trabalho estabelecidas permitem fazer uma leitura mais aprofundada da dinâmica das formas. As formas para o autor:

[...] não são o envoltório inerte dos instantes que marcam a evolução da sociedade global, mas, igualmente, a condição para que a História se faça. As formas antigas permanecem como a herança das divisões do trabalho no passado e as formas novas surgem como exigência funcional da divisão do trabalho atual ou recente. Elas são

também uma condição, e não das menores, de realização de uma nova divisão do trabalho. (SANTOS, 2012, p. 62)

As formas expressam, ao longo da história, como o espaço foi organizado. Novas formas são criadas e outras, mudam de função devido às necessidades atuais. Assim, as formas representam o movimento e evolução da sociedade no espaço ao longo do tempo. Nesse movimento contraditório, o espaço é organizado continuamente pelas várias evoluções e transformações da sociedade e conseqüentemente da paisagem.

Para a compreensão do espaço, o tempo é de suma importância, não uma única “medida de tempo” para toda a sociedade, mas considerar “escalas de tempo”, com diferentes periodizações. Assim, é necessário considerar as particularidades presentes no modo de produção de cada território, fatos que interferem em sua história sem mudar a lógica do modo de produção capitalista. Cada território possui sua própria temporalidade, “tempo interno”, mas subordinado a temporalidade do modo de produção dominante, “tempo externo”.

As periodizações contribuem muito nesse sentido, pois permitem refletir sobre as transformações do espaço em cada período que ocorrem, promovendo uma análise de seu processo histórico, pela união do tempo e do espaço. Na visão de Santos (2006), para que ocorra essa união, o tempo, assim como o espaço, também deve ser empiricizado pelas técnicas. De acordo com o autor:

As técnicas, de um lado, dão-nos a possibilidade de empiricização do tempo e, de outro lado, a possibilidade de uma qualificação precisa da materialidade sobre a qual as sociedades humanas trabalham. Então, essa empiricização pode ser a base de uma sistematização, solidária com as características de cada época. Ao longo da história, as técnicas se dão como sistemas, diferentemente caracterizadas. (SANTOS, 2006, p. 33)

Por meio das técnicas inseridas ao longo dos anos, a sociedade transforma e dinamiza o espaço com seu trabalho, sistematizando a produção social. As técnicas nos fornecem uma visão do trabalho e da circulação, pois por meio delas podemos perceber a produção do espaço ao longo do tempo. Assim, o espaço é produto do conjunto de técnicas implantadas e do trabalho realizado pela sociedade ao longo de seu processo histórico. Nesse sentido, contribui Deus (2002, p. 60) ao afirmar que: “O tempo, visto como ordem de sucessão dos objetos técnicos, indica a correlação destes com o processo de desenvolvimento do lugar.”

Para compreender esse processo, os eventos são muito importantes, pois segundo Santos (2006, p. 93) o evento: “[...] trata-se de um instante do tempo dando-se em um ponto do espaço.” Os eventos construídos pela ação humana em um dado momento, vão construindo a história de determinada porção do espaço. Ele é “novo”, “único” e “não se repete”; por isso, forma a singularidade de cada realidade. Quando um evento ocorre provoca

transformações na estrutura pré-existente, promovendo novas características e significações. Assim, um conjunto de eventos sociais dão vida e movimento à estrutura socioespacial. Na visão de Santos (1994), o tempo, o espaço e o inundo² constroem a realidade histórica:

Tempo, espaço e inundo são realidades históricas, que devem ser intelectualmente reconstruídas em termos de sistema, isto é, como mutuamente conversíveis, se a nossa preocupação epistemológica é totalizadora. Em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana realizando-se. Essa realização dá-se sobre uma base material: o espaço e seu uso, o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas, as ações e suas diversas feições. (SANTOS, 1994, p. 19)

Desse modo, a participação do município de Itapuranga na rede urbana regional requer uma análise de sua estrutura socioespacial, resultante da interação dos eventos técnicos implantados em diferentes momentos históricos e da ação social ao organizar e realizar o trabalho; juntos, formam a dinâmica socioeconômica e espacial do município.

2.2 – Do “Xixá” a Itapuranga – o passado e o presente na cidade.

No início do processo de formação do povoado do Xixá³, o território possuía um grande número de áreas cobertas por matas, reduzidas áreas habitadas e agricultáveis. O povoado foi criado às margens do Rio Canastra, no ano de 1934. Era composto por poucas casas e uma infraestrutura incipiente; aos poucos foi aumentando o número de moradores e promovendo melhorias na qualidade de vida (Figura 09). De acordo com Lemos (1990, p. 01): “[...] nos idos de 1935 a 1937, já contava com mais de 20 casas rústicas, uma escola e a Capela de São Sebastião.” O número de habitantes do povoado começou a crescer com a implantação da Colônia Agrícola de Goiás, no município de Ceres, pois devido à abundância de terras férteis migraram muitas famílias para a região

² Para Santos (1994, p. 19), o tempo indica “transcurso, sucessão de eventos e sua trama.” O espaço constitui-se no “lugar material” onde ocorre os eventos. E o inundo seria a “soma dos eventos e lugares”.

³ Segundo Lemos (1990), no ano de 1933, o Capitão de Folia, Sr. Braz Camilo, percorria as terras banhadas pelo Rio Canastra com o objetivo de conseguir donativos para aquisição de um território para a construção de um povoado. O engenheiro Humberto Rizo, ao descansar a sombra de uma árvore típica da região, terminava de rascunhar o mapa do novo povoado. Ao perguntar o nome daquela árvore abundante na região, escreveu o seu nome (Xixá) no mapa e assim, passou a se chamar o novo povoado.

Figura 09 – Povoado do Xixá na década de 1930.



Fonte: <http://www.itapuranga.go.gov.br/site/images/stories/ita3.jpg>, acessado em 24 de junho de 2016.

As famílias migrantes ajudaram no crescimento econômico e promoveram a diversificação da agropecuária na região, com a produção de muitos gêneros alimentícios. Produziam variados produtos tanto para o sustento de suas famílias, como para comercializar o excedente; também criavam animais domésticos, para a complementação da alimentação e renda familiar. De acordo com Matos, 2007:

O sistema de produção desenvolvido pelos agricultores familiares que se estabeleceram em Itapuranga esteve orientado para a diversificação produtiva, visando atender as necessidades alimentares do grupo familiar e a comercialização de excedentes. Assim, de acordo com os relatos históricos, os sistemas de cultivo consideravam a produção de arroz, milho, feijão, mandioca, café, cana-de-açúcar, algodão, amendoim, 35 frutas nos quintais, como também as hortas. Esses cultivos diversificados de gêneros alimentícios já eram conhecidos dos agricultores, uma vez que as técnicas de produção eram passadas entre as gerações. Os sistemas de criação de animais domésticos, para uso nos serviços, na alimentação ou na complementação da renda familiar, também fazia parte da composição dos sistemas de produção. (MATOS, 2007, p. 34-35)

Os proprietários rurais vendiam os produtos excedentes de suas propriedades para a cidade de “Vila Boa” (capital do estado na época e atual Cidade de Goiás) e compravam os produtos industrializados – sal, tecidos, querosene. Nesse período, o povoado recebia uma forte polarização de Vila Boa, pois necessitava dos bens e serviços desse centro urbano e este, como todo o território de Goiás, estava subordinado a Capitania de São Paulo. Mas essas relações de influências eram muito deficientes, pois os meios de transportes da época eram muito precários, dificultando uma maior integração entre esses núcleos urbanos.

A realidade dos moradores era muito difícil, o transporte era feito por trilhas abertas nas matas do Cerrado, geralmente no lombo de animais ou em carros de boi. A vinda

das famílias ajudou no crescimento do povoado, mas não resolveu o problema do acesso democrático à terra. Boa parte das terras ainda estava sob o controle de alguns fazendeiros, por isso, muitos migrantes tiveram que trabalhar como meeiros, arrendatários ou agregados. Em decorrência das dificuldades encontradas, os trabalhadores rurais tiveram que se organizar para promover melhores condições de vida.

Os atores sociais que vieram para Itapuranga são responsáveis por construírem a sua história e conseqüentemente, o processo de desenvolvimento do município. Dessa forma, os trabalhadores que chegaram ao Xixá organizaram-se em torno de suas vivências, passaram a reivindicar melhorias para suas vidas e para o crescimento da economia local. Com a troca de experiências surgem os movimentos rurais que buscam o desenvolvimento por meio da união e da partilha do trabalho rural. De acordo com Silva, 2008:

[...] o cotidiano parece evidenciar-se na vida dos sujeitos sociais como *arte de fazer*, como pensava Certeau (2001). Arte de fazer que (des)vela espaços da casa, do quintal, da roça, do mutirão, das reuniões, e que se expressa na forma de ações construídas historicamente no dia-a-dia, capazes de levá-los a refletir sobre sua vida e a criar mecanismos novos nesse fazer-se.” (SILVA, 2008, p. 43)

Com base na vivência de seu cotidiano, os trabalhadores rurais formaram parcerias para melhorar a dura realidade que era imposta pela estrutura agrária dominante, promovendo uma distribuição mais igualitária. Em um movimento criado em 1956, por arrendatários, pedreiros, diaristas, meeiros; ou seja, tanto trabalhadores do campo como da cidade, cria-se a Associação dos Lavradores do Xixá (ALX). Esse movimento tinha o objetivo de promover o acesso à terra, lutar contra a violência e exploração do trabalho promovida pelos patrões. Os ideais promovidos pela associação incomodavam os fazendeiros da região, pois as medidas eram contrárias aos interesses da oligarquia local. Durante a ditadura militar, os fazendeiros e políticos locais pressionaram os dirigentes a pôr fim às atividades e destruir todos os registros da associação. Assim, a associação foi desativada em 1960 e não existe documentação dessa época, apenas relatos dos participantes dessa entidade. Diante de tantas batalhas, muitos trabalhadores rurais foram obrigados a deixarem o campo e irem morar e trabalhar nos centros urbanos. Esses trabalhadores, por não conseguirem outros empregos, vão trabalhar como boias-frias ou diaristas, com um salário baixo e com péssimas condições de trabalho.

Por outro lado, mesmo diante de tantas dificuldades e com o fim da associação, muitos trabalhadores rurais continuaram na luta contra a expropriação dos trabalhadores e a exploração do trabalho; dando origem a um processo histórico de luta e resistência pela terra. De acordo com Silva (2008), muitas mobilizações e resistências foram desenvolvidas em Itapuranga; além da Associação dos Lavradores do Xixá, tiveram várias outras: Associação da

Fazenda Córrego da Onça, Associação da Sociedade da Vaca, Associação dos Consumidores de Baixa Renda (ACBR), Associação do Adubo, Associação da Escola Popular do Laranjal, Associação dos Pequenos Agricultores de Itapuranga e Associação de Mobilização por um Hospital dos Trabalhadores Rurais. Muitos foram os desafios e embates para um acesso mais democrático à terra e melhores condições de vida; um enfrentamento de muitas famílias que ainda hoje lutam pelo acesso à terra.

Por meio das cooperativas e associações, muitos trabalhadores rurais conseguiram manterem-se na terra e desenvolver uma prática agrícola que melhorou a economia local. A organização em torno do campo promoveu o crescimento do povoado, pois o movimento realizado no campo contribuiu para o fortalecimento da estrutura urbana. Com a produção e renda gerada no campo, desenvolveram-se as primeiras formas de comércio e prestações de serviços para atender à demanda, diversificando e estruturando a economia local. Assim, surge no povoado os primeiros pontos de comércio, as chamadas “vendas”, que ofereciam variados produtos para atender às necessidades locais. Segundo Sousa e Jesus (2013, p. 35): “[...] os primeiros comércios que surgiram no Xixá eram de grande variedade de produtos, vendiam desde pregos, ferragens até tecidos mais finos, alimentos, ração, entre outras curiosidades.” As autoras completam que a maioria dos estabelecimentos eram comércios de secos e molhados. Os primeiros comércios foram registrados na cidade de Goiás; depois, com a criação do Cartório de Títulos e Documentos em 1955, os comércios passaram a ser registrados no povoado. O primeiro comércio a ser registrado no cartório foi um açougue, em 1956, pelo Sr. José Araújo Parreira. Com o crescimento e diversificação do comércio, o povoado deixa de ser tão dependente de Vila Boa, passa a fortalecer a economia local e provocar modificações no arranjo estrutural da rede urbana a qual estava submetido.

Devido ao crescimento e ao aumento da população, um grupo de moradores se organizou e reivindicou mais participação na vida política do povoado; com isso, conseguiram em 1956 a emancipação política, passando a se chamar Itapuranga. Depois da emancipação, ocorreu um aumento da qualidade de vida dos moradores (Figura 10), novos estabelecimentos foram construídos, houve a melhoria das infraestruturas, com a pavimentação das ruas, expansão do fornecimento de energia e água tratada, construção de vias internas e externas, novas formas de transportes e maior assistência à população. Nesse período, foram registradas no cartório local variadas firmas de prestação de serviços, gêneros alimentícios e bens industrializados. De acordo com Sousa e Jesus (2013, p. 441): “Segundo o Livro de Registros e Firms Comerciais, entre os anos de 1955 e 1968 foram realizadas 449 registros de comércios na cidade de Itapuranga.” Desse modo, o comércio que é tão importante para a

polarização que Itapuranga exerce hoje sobre cidades vizinhas, foi estruturado e desenvolvido a partir da produção e movimentação gerados no campo.

Figura 10 – Desenvolvimento das infraestruturas de Itapuranga na década de 1960.



Fonte: <http://www.itapuranga.go.gov.br/site/images/stories/ita.jpg>, acessado em 2016.

Com o fortalecimento da economia local e o apoio de importantes cidadãos de Itapuranga, instalou-se na cidade uma Agência do Banco do Brasil, em 1964. O funcionário da Agência de Goiás, Sr. Osmar Ribeiro Camelo, juntamente com lideranças políticas de Itapuranga, fizeram um acordo com a diretoria do Banco do Estado de Goiás, para a instalação da agência em Itapuranga, trazendo mais dinamismo para a região. Com a efetivação da agência, o município deixou de ser dependente dos serviços bancários da Cidade de Goiás, pois o capital produzido passa a circular no próprio município, proporcionando um maior dinamismo para a economia local. Esse fato também provocou transformações nas relações de Itapuranga com as cidades vizinhas, o município deixa de ser um centro tão dependente da cidade de Goiás e passa a se constituir em um centro de polarização das cidades próximas que desejavam utilizar os serviços bancários. Em consequência, a economia local se beneficiava, pois os clientes do banco que se deslocavam para utilizar os serviços acabavam comprando no comércio local e utilizando os serviços disponíveis.

A produção rural também cresceu com a instalação da agência no município, por meio de melhorias nas estruturas rurais. Lemos (1990, p. 13/14) contribui nesse sentido ao

afirmar que: “[...] a Agência do Banco do Brasil, transformou-se na alavanca propulsora do nosso progresso e do desenvolvimento da agropecuária no município.” O banco passou a atender às necessidades de créditos tanto dos proprietários rurais do município, como também dos vilarejos e cidades vizinhas, que não dispunham de tais serviços. Isso era feito por meio de concessão de linhas de crédito para financiar melhorias nas infraestruturas das propriedades e promover um aumento da produção, com a compra de maquinários e suplementos necessários ao desenvolvimento da agropecuária. No entendimento de Corrêa, 2006:

A modernização da agricultura insere-se como parte integrante das relações cidade/região, produzindo vários efeitos sobre o mundo rural, envolvendo a rede urbana. Um deles é a drenagem, realizada pelas agências bancárias da pequena cidade, filiais dos grandes conglomerados financeiros metropolitanos. O financiamento da agricultura constitui-se em uma fonte de drenagem, via juros, de uma parcela da renda produzida no campo. (CORRÊA, 2006, p. 34)

Dessa forma, os incrementos na agropecuária proporcionada pelas agências bancárias se constituem em um instrumento de transformação do campo, com diversificação e aumento de produção, e ao mesmo tempo, um instrumento de drenagem do capital produzido no campo para a cidade e também para os centros de comando das filiais. Por meio das agências, o capital produzido em outros municípios também é drenado para o centro urbano que possui a filial e depois, para as metrópoles. Com esse mecanismo, aumenta a dependência do campo pela cidade e também, das cidades menores pelas maiores; provocando modificações no arranjo espacial das redes urbanas.

Segundo o estudo do IBGE “Esboço Preliminar da Divisão do Brasil em Espaços Polarizados” – 1967, o município de Itapuranga recebia a polarização da Região de Anápolis e Goiânia, juntamente com outros 150 municípios. De acordo com o Esboço, Itapuranga possuía uma população de 20.428 habitantes (um pouco menor que a de Goiás – 33.962 habitantes), sendo um dos poucos municípios a apresentar população superior a 20.000 habitantes; a maioria dos municípios, nesse período, era pouco povoada. Porém, grande parte da população concentrava-se na zona rural, apenas 4.514 habitantes residiam na cidade, perfazendo um total de 22,1% da população total. No estudo publicado em 1972, mesmo com as melhorias construídas no município, Itapuranga se situava na periferia da rede urbana (5º nível), sendo polarizado por um centro de 1º nível – Goiânia, e também por Goiás, centro de 4º nível.

Nesse período, a área da saúde era muito negligenciada pelas autoridades locais, não existia tratamento médico e hospitalar no município. Segundo Silva, 2008:

No cotidiano das famílias, os tratamentos médicos, além de serem todos particulares, em muitos dos casos, eram feitos em cidades próximas como Ceres e Goiás, que

ficam aproximadamente 60 km de Itapuranga, ou em Goiânia, distante 169 km, o que tornava o tratamento ainda mais dispendioso. (SILVA, 2008, p. 98)

A população local dependia da assistência médica prestada por outras cidades, muitas vezes, inacessível para a população mais carente. Somente no ano de 1977, as deficiências na área da saúde começam a melhorar com a inauguração do Hospital do Funrural/INAMPS em Itapuranga. A verba para a construção foi liberada pelo Governo Federal e o terreno cedido pelo Sindicato dos trabalhadores Rurais. O Sindicato administrava o hospital com muitas dificuldades, pois as verbas governamentais não eram suficientes para a gestão do hospital; com isso, os dirigentes tinham que fazer retiradas do caixa do sindicato para custear as despesas. A retirada das verbas levou ao endividamento do sindicato e em consequência, a desvinculação do hospital a essa entidade. Assim, em 1987 foi criada a Associação Popular de Saúde de Itapuranga (APSI) para assumir a administração do hospital, que passa a se chamar Hospital Santa Casa do Povo. Mesmo com a criação da associação e o ingresso como hospital filantrópico, a instituição continuava com problemas para manter-se; sobreviveu ao longo dos anos devido às manifestações, campanhas e donativos da comunidade local. Em meio a tantas dificuldades, o hospital significou muito para a população e também para o fortalecimento do município dentro da rede a que pertence, pois deixa de ser totalmente dependente dos hospitais de outros municípios e passa a ser um centro de oferta de serviços médicos e hospitalares, não só para a população local, mas também para os municípios menores que não dispunham de tais serviços.

Durante o mandato do prefeito Warner Carlos Prestes (1976 – 1979), o então candidato a deputado Ângelo Rosa Ribeiro, juntamente com o candidato a prefeito do município Tito Coelho Cardoso, reuniram-se com jovens estudantes de Itapuranga. O objetivo era pedir ao deputado apoio para a criação de uma faculdade no município. Em um relato em seu blog, Ribeiro (2012) comenta sobre a jogada política de Warner Prestes:

Era uma jogada esperta, daquela velha raposa política, para agradar a juventude. Ora, ninguém poderia pensar em ensino superior fora do eixo Goiânia-Anápolis. Muito menos, lá em Itapuranga, aonde, nem asfalto tinha chegado. Aquela promessa me causou uma enorme dificuldade. Daquele dia em diante, em toda concentração pública, sempre se dava corda àquele assunto, até porque outros oradores aprenderam, com o prefeito, que o mesmo agradava o povo. (RIBEIRO, 2012)

O candidato a deputado foi eleito, recebendo 4.000 votos em Itapuranga. Em agradecimento aos votos recebidos, o deputado pediu ao governador Íris Rezende para agraciar o município com uma faculdade. Com a demora do governador em atender o pedido, Ângelo Rosa, juntamente com lideranças locais, elaboraram um Projeto de Lei (1985) para a criação da FECLITA – Faculdade de Ciências e Letras de Itapuranga. O projeto foi

sancionado pelo governador Íris Rezende, mas não se efetivou durante seu mandato (1983-1986). No governo posterior (1986-1987), o governador Onofre Quinan, nomeou a primeira dama e professora do município, Edna Maria Trindade, ao cargo de diretora da FECLITA. Foi somente no governo de Henrique Santillo que a faculdade se concretizou, depois de muita pressão das autoridades locais. O primeiro vestibular ocorreu em 27 de agosto de 1988. Por não possuir prédio próprio, a faculdade se instalou no prédio do Colégio Estadual de Itapuranga (CEITA), oferecendo os cursos de Licenciatura em Letras, História e Geografia.

No período em que a Faculdade estava sendo implantada, o IBGE publicou outro estudo sobre rede urbana (Regiões de Influência das Cidades – Regic) em 1987. Para fazer a classificação dos centros urbanos, o estudo considerou o número de relacionamentos e a oferta de bens e serviços. Com todas as melhorias implantadas no município (bancos, hospitais e Ensino Superior), Itapuranga passa a ofertar bens e serviços que os municípios vizinhos não contavam, aumentando seu número de relacionamentos com outros municípios. Desse modo, no Regic de 1987, Itapuranga passa a se constituir em um “Centro de Zona”, polarizando os municípios de Carmo do Rio Verde e Heitorai.

Para se tornar um “Centro de Zona”, Itapuranga teve que melhorar suas estruturas e promover um maior dinamismo para o município; esse processo foi lento e gradual. Para que o Ensino Superior se concretizasse no município, a faculdade enfrentou muitas dificuldades: o reconhecimento dos cursos só ocorreu com a mobilização da sociedade local; falta de estrutura, como biblioteca e laboratórios; pouca disponibilidade de professores qualificados e cursos de capacitação; reduzidos recursos financeiros para gerir a instituição. Diante das dificuldades, o prédio da faculdade só foi inaugurado em 1993, com muita pressão e mobilizações dos estudantes e professores. A criação da faculdade foi muito importante para a população de Itapuranga e cidades vizinhas, pois os estudantes tinham que estudar e morar em outros municípios como a Cidade de Goiás, Ceres e Goiânia. Com a implantação da faculdade os moradores passam a ter acesso a um ensino superior público, contribuindo para a formação dos professores que atuam na região; melhorando a disponibilidade e qualidade do ensino ofertado. A instituição representa também a oportunidade de muitas famílias carentes em poder formar seus filhos e proporcioná-los uma vida com melhores oportunidades; pois até então, não tinha condições financeiras para os estudos dos filhos em outro município. Com a construção da faculdade, o município passa a ser um centro de oferta de Ensino Superior, pois passa a oferecer cursos superiores até então não disponíveis em Itapuranga e cidades vizinhas. Diante da estrutura implementada no município, no Regic de 1993, Itapuranga deixa de ser um centro polarizado por Goiás e passa a ser polarizada apenas por Goiânia. Porém, as

interações espaciais e os níveis de centralidade do município ainda eram considerados muito fracos, comparados aos grandes centros de Goiás, devido exercer uma atuação mais restrita.

No ano de 1999, no mandato de Marconi Perillo, a FECLITA se transforma em UEG (Universidade Estadual de Goiás). Segundo a Lei 13.456 de 16/04/1999, as instituições de ensino superior do estado de Goiás passam a se constituir em Unidades Universitárias da UEG. A mudança não representou significativas transformações nas unidades, pois as estruturas e o ensino/aprendizagem continuavam o mesmo das antigas instituições. A mudança estava mais relacionada à ideologia política do então governador, que se apoderou das infraestruturas das faculdades já em funcionamento, com o objetivo de criar uma imagem de desenvolvimento e progresso no Estado, amplamente divulgado em diversas mídias.

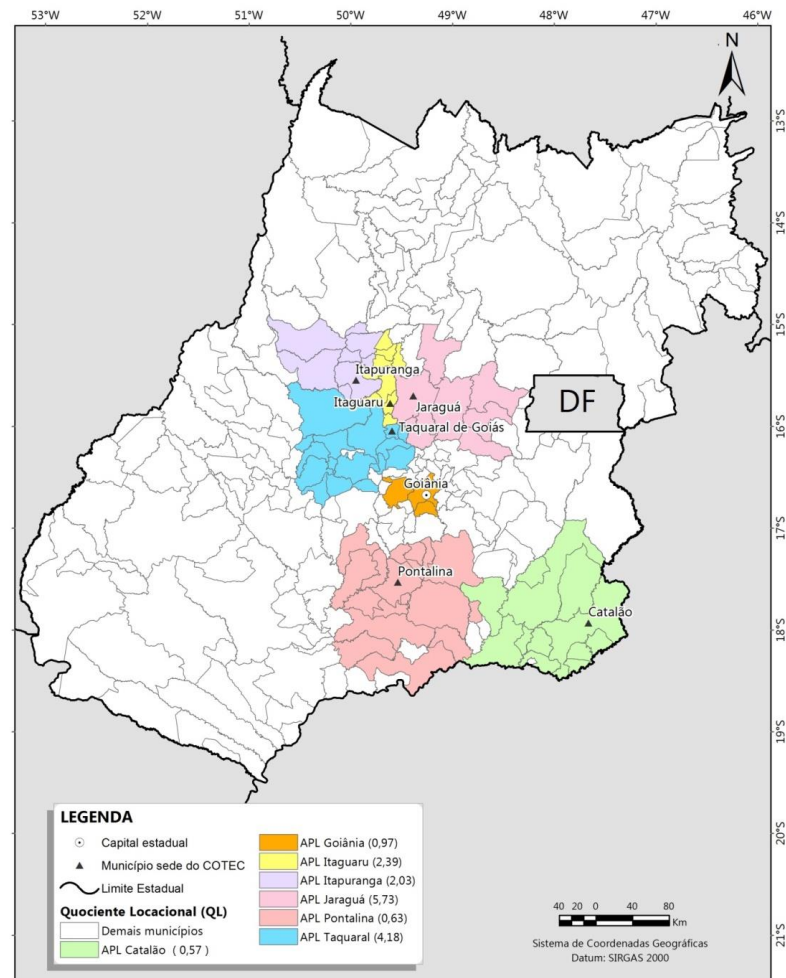
No último estudo sobre redes urbanas, realizado pelo IBGE – Regic 2007, o município de Itapuranga, ainda polarizado por Goiânia, apresentava-se na rede urbana como um “Centro de Zona B”; sob sua polarização estava apenas o município de Guaraíta. Hoje, considerando os mesmos indicadores utilizados no estudo de 2007 – gestão do território, dinamismo de relacionamentos, diferenciações regionais e extensão da influência sobre os centros urbanos – o município de Itapuranga tem se destacado entre os centros vizinhos por apresentar crescimento sua economia, aumentando os relacionamentos com os municípios próximos; apresenta alguns órgãos de gestão e maior disponibilidade de bens e serviços.

Em meio a tantos dilemas e enfrentamentos, o município vem tentando estruturar a economia de seu território. O setor de confecções tem contribuído com a geração de emprego de Itapuranga, pois possui uma grande quantidade de confecções de variados segmentos, são 400 confecções cadastradas. A atividade confeccionista emprega uma considerável parcela de trabalhadores do município, proporcionando maior dinamismo para a economia local. Com o crescimento do setor de confecções, foi criada em 2010, a AICONFI (Associação das Indústrias de Confecção de Itapuranga), implantada por meio de uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Itapuranga, o SEBRAE e o Programa de Desenvolvimento da Indústria e Confecção Oeste. A associação tem o objetivo de organizar e estruturar as várias áreas do setor de confecções, promovendo a competitividade das empresas participantes, com a implantação de cursos de capacitação, aquisição de maquinário e construção de infraestrutura; enfim, gerar o fortalecimento e crescimento do setor de confecções no município.

A associação inaugurou em 2010 a Escola Profissionalizante Alfaiate Lázaro Ramos, em parceria com a Prefeitura Municipal de Itapuranga. Também conseguiu a extensão da Escola do Serviço Nacional da Indústria SENAI. Com a implantação das escolas no

município, a associação promove a capacitação de mão-de-obra para atender as variadas áreas do setor. No ano de 2013, a associação integrou-se à Rede Goiana de Arranjos Produtivos Locais – APL, com a finalidade de conceder apoio econômico e tecnológico aos arranjos produtivos do município, promovendo maior dinamização e inovação as confecções integrantes. As APLs são formadas por associações de um mesmo ramo produtivo em uma determinada região. A APL de Itapuranga é constituída por empresas de confecções situadas nos municípios de Itapuranga, Faina, Araguapaz, Morro Agudo de Goiás, São Patrício, Rubiataba e Nova América (Figura 11). A APL de Itapuranga foi contemplada pela SECTEC em 2013, com a implantação de um COTEC (Colégios Tecnológicos). O Colégio oferece serviços tecnológicos e cursos de capacitação aos empresários do ramo, como administração, gestão, empreendedorismo, marketing, entre outros. Com a integração a rede, a associação foi agraciada com uma máquina de corte industrial (no valor de 1.200.000,00) pelo governo de Goiás, através da SECTEC (Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia). Também receberam do mesmo órgão, 40 máquinas modernas (600 mil reais) para equipar a Escola Profissionalizante Alfaiate Lázaro Ramos.

Figura 11 - Localização das APLs de confecção e Colégios Tecnológicos de Goiás em 2014.



Segundo o Termo de Referência do Arranjo Produtivo Local APL de Confecções de Itapuranga (2013, p. 08), a APL de confecções do município possui os seguintes pontos fracos: “Falta marketing de comercialização para alcance de novos mercados, baixa qualificação de mão de obra e dos empresários, escassez de trabalhadores, especialmente qualificados, baixa escolaridade da comunidade local.” Os pontos fortes são: “Existência de grande quantidade de empresas ligadas ao ramo, existência de Escola Profissionalizante de Costura Alfaiate Lázaro Alves Miranda, cursos de Educação continuada e Superior na região, capacidade empreendedora, baixo custo da mão-de-obra, capacidade elevada de produção, alta demanda de clientes, presença da Associação das Indústrias de Confecções nas reuniões que deliberam sobre o polo têxtil.” Ameaças ao setor: “Alto índice de Informalidade, baixo índice de escolaridade, importação de confecções prontas.” Percebe-se que alguns pontos fracos como deficiência em marketing e falta de mão-de-obra qualificada podem ser solucionados com as escolas profissionalizantes e os Colégios implantados no município; mas ainda há muitos problemas a serem enfrentados, principalmente quanto à informalidade no setor e a concorrência com os produtos importados.

De acordo com o Termo de Referência, o setor de confecções do município já foi muito beneficiado com a adesão à Rede Goiana, mas as próximas metas a serem alcançadas é a concretização definitiva do Centro Tecnológico Têxtil de Itapuranga e a criação do Curso Superior em Design de Moda na UEG de Itapuranga. Essas metas ajudarão a combater algumas fragilidades e contribuirão com o fortalecimento do setor têxtil do município e cidades vizinhas.

Todos os eventos desenvolvidos no município contribuíram para o fortalecimento e crescimento da economia local, bem como, promoveram mudanças na estrutura da rede urbana a qual o município está inserido. Com as transformações implantadas em Itapuranga, o município passa a desempenhar uma posição de centralidade perante as cidades vizinhas, principalmente na oferta de bens e serviços.

2.3 - O processo de apropriação e uso do território de Itapuranga pela agroindústria canavieira

O território se torna a cada dia, um conceito muito utilizado em diversas áreas e campos do conhecimento, se constituindo um importante instrumento para analisar o espaço geográfico e compreender como o homem constrói sua história e suas vivências, pois todos os indivíduos pertencem a um determinado território e nele desenvolvem sua existência. Segundo Santos (2002, p. 9): “O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência.” As existências são marcadas por relações de poder, pois os atores ao construírem suas histórias por meio de seu trabalho, também constroem múltiplas realidades que se completam ou se contrapõem, provocando constantes conflitos. Para Raffestin (1993, p.143/144): “O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder.” As relações de poder moldam e formam a dinâmica atual dos diferentes territórios.

As transformações promovidas pela inserção do capitalismo no território, que vão desde o povoamento até a construção das infraestruturas necessárias para a reprodução do capital, criam as condições ideais para a propagação da rede moderna. Assim, no contexto do Proálcool – Programa Nacional do Álcool, surge em Itapuranga no ano de 1979, a primeira agroindústria canavieira da microrregião de Ceres - Pite/S.A, uma usina destinada a transformação de cana-de-açúcar em álcool. Na época, o prefeito Warner Carlos Prestes doou um terreno de sete alqueires para a instalação da usina sucroalcooleira no município. O

empreendimento foi implantado por Exedito Stival Sobrinho – conhecido como “Pite” – em parceria com a Central Energética de Itapuranga Ltda (Ceil), em nome de Carlos Eduardo Alves Basile. O crescimento econômico e a geração de empregos são as principais justificativas para a implantação do empreendimento, pois as indústrias canavieiras promovem a geração de empregos diretos e indiretos. Além dos postos de trabalho no corte da cana e no funcionamento diário da indústria; também geram renda no trabalho terceirizado, como firmas de transporte e alimentação; movimentam a economia do comércio local e dinamizam o setor imobiliário.

Para que a usina fosse implantada, era preciso que o município tivesse a infraestrutura necessária, como rede de energia e comunicações, uma racionalidade que atendesse às exigências capitalistas, inclusive, isenção de impostos. Para isso, o governo promoveu uma série de políticas públicas destinada a racionalizar o território por meio das infraestruturas necessárias. Segundo Ferreira (2010, p. 41): “Os investimentos do Estado em infraestrutura foram decisivos e responsáveis pela modernização das vias de transporte, de base energética e de telecomunicações.” Era muito importante a construção de um sistema viário adequado, não só vias entre os municípios, mas também vias internas, para que a produção escoasse facilmente, possibilitando a circulação e distribuição do produto, dando mais fluidez ao mercado. De acordo com Arrais (2002, p. 20): “Produzir não basta. Foi preciso dar fluidez à produção, construir estradas e ferrovias; dar crédito, investir em energia elétrica, nas telecomunicações [...]”

A usina se beneficiou com as infraestruturas promovidas pelo município, além de incentivos e benefícios concedidos pela prefeitura local. Por outro lado, a instalação da agroindústria em Itapuranga, promoveu novos postos de trabalho e em consequência, aumento da população e maior circulação de capital, enfim, um maior dinamismo para economia local. Deus (2002, p. 178) contribui ao afirmar que as agroindústrias: “[...] empregam maior quantidade de mão-de-obra, dinamizando a produção agropecuária com investimentos e transferência de tecnologia.” Após a instalação da agroindústria, o comércio de Itapuranga cresceu significativamente seus lucros, houve uma maior circulação de dinheiro no município, valorização dos imóveis, melhoramento do sistema viário e de comunicações. Muitos agricultores locais arrendaram suas terras para o cultivo da cana-de-açúcar, com isso, houve um crescimento das áreas destinadas à produção da cana e modificações na estrutura produtiva do município. Os agricultores familiares, antes acostumados com o sistema familiar

de produção e as parcerias feitas com outros agricultores, como os “mutirões”⁴ e “trocas de dias”⁵, ficaram subjugados a um sistema que não os incluía no crescimento econômico. De acordo com Silva (2008, p. 119): “Os trabalhadores rurais e pequenos proprietários, pouco a pouco, perceberam que o discurso de progresso e desenvolvimento não garantia um processo econômico capaz de incluí-los, levando-os cada vez mais para a margem do modelo que representava.” Muitos desses produtores ficaram dependentes da renda e do trabalho gerado pela agroindústria, isso provocou alguns impasses como aponta Carvalho, 2008:

Os impasses referiam-se, principalmente aos atrasos no pagamento dos fornecedores e aos descontos de até 85% sobre o preço bruto da cana entregue pelos produtores – descumprindo assim, as determinações do Instituto do Açúcar e do Alcool. Esse foi o saldo negativo da primeira safra de cana colhida em Itapuranga. Em consequência, entre as safras 1983/84 e 1984/85, houve uma redução significativa, na participação dos fornecedores na produção de cana para referida agroindústria, sendo que a área plantada por estes passou de 3.014 ha para 1.514 ha [...]. (CARVALHO, 2008, p. 64)

A apropriação do território pela lógica capitalista busca, por meio de variadas estratégias, aumentar a produção e consequentemente, seus lucros. Mas essa lógica não considera os riscos ambientais, tão pouco os danos causados aos trabalhadores, como corrobora Mesquita (2009, p. 06): “[...] aprofundam-se as desigualdades no campo e na cidade, enquanto o desemprego, o subemprego e os salários aviltantes tiram do trabalhador a possibilidade de acesso aos alimentos em quantidade e qualidade desejável.” Os saberes dos trabalhadores rurais são postos de lado, como se nada pudessem contribuir, a não ser com sua mão-de-obra, que na maioria das vezes, é extremamente exaurida a serviço do capital. Essa mão-de-obra é absorvida pelas atividades capitalistas da cidade, como pontua Corrêa, 2006:

As atividades capitalistas da cidade, entre elas especialmente as indústrias, necessitam de trabalhadores livres, que dispõem apenas de sua força de trabalho e nenhum ou muito pouco vínculo com o campo. Estes trabalhadores constituem a massa de onde será extraído o valor excedente, fonte de acumulação de capital. (CORRÊA, 2006, p. 31)

Assim, as cidades participam como fontes de criação e drenagem do valor excedente, que é investido em novas atividades e movimentam as relações dos centros urbanos e cria novos valores excedentes. Esse processo estimula a acumulação de capital, que busca, cada vez mais, avançar sobre novos territórios. A cidade e o campo ficam subjugados a produção do capital, se tornam centros de produção, comercialização e consumo; enfim, meios de drenagem de capital. Esse processo é impulsionado pela modernização agrícola, que avança sem precedentes nas áreas do Cerrado, provocando a devastação desse rico

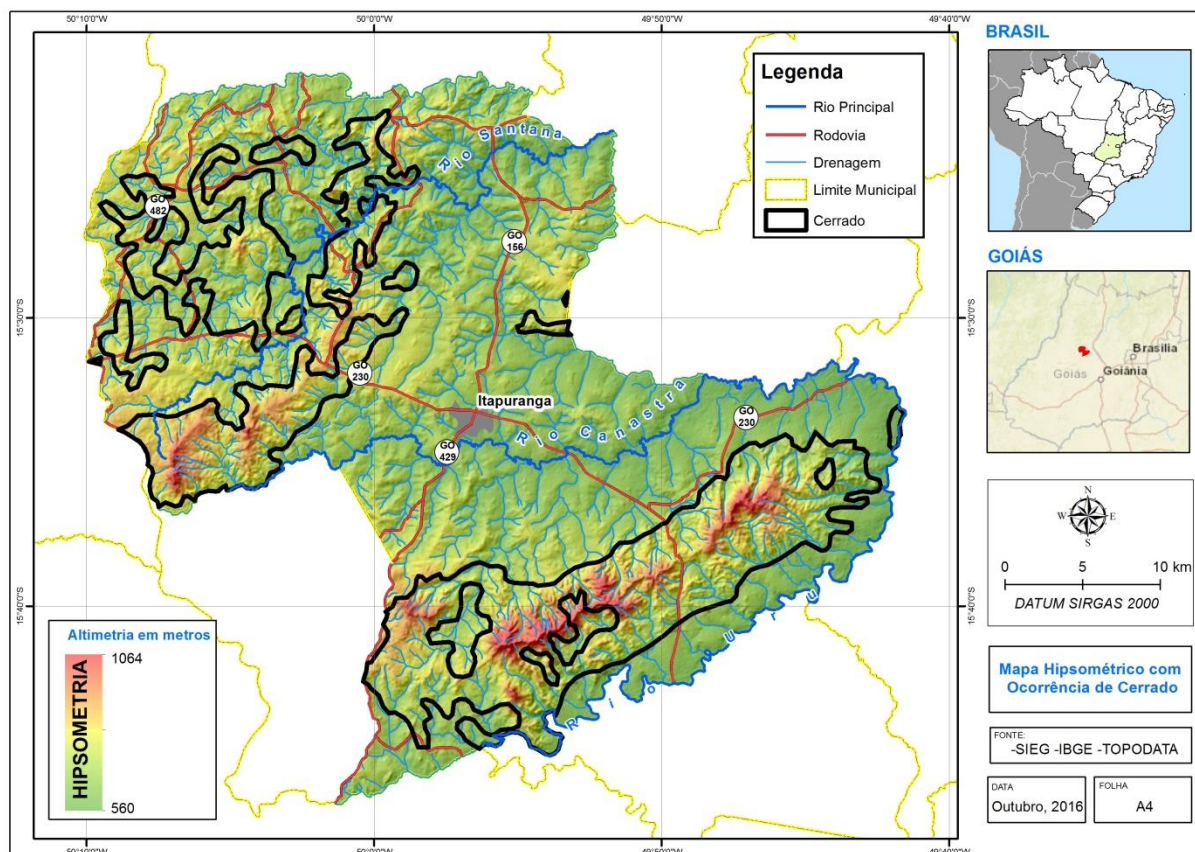
⁴ Os mutirões são entendidos como ajuda gratuita prestada pelos amigos e moradores próximos em benefício de uma pessoa.

⁵ As trocas de dias são realizadas pelos produtores rurais na produção de suas propriedades, ficando a pessoa que ajudou com dia de haver quando necessitar de auxílio.

ecossistema, que envolve uma profunda riqueza natural e também cultural, e em consequência, a desestabilização dos trabalhadores e danos ambientais irreversíveis.

De acordo com Castilho e Chaveiro (2010) o Cerrado é um território em disputa, apropriado e movido por relações econômicas, sociais, políticas e culturais. Relações essas que promovem transformações profundas e ao mesmo tempo geram os movimentos de resistências, que buscam manterem-se em seus modos de vida. Por ser o território o espaço onde os homens constroem suas vivências e resistências, ele também se torna um importante instrumento para implantação de políticas públicas e privadas promovidas por diferentes sujeitos sociais. No município de Itapuranga, a apropriação do Cerrado se deu primeiramente pela prática da agropecuária e depois pela expansão das lavouras de cana-de-açúcar, como evidenciado por Ferreira e Camargos (2016). Com o intuito de aumentar a quantidade dos rebanhos e áreas agricultáveis, os proprietários desmataram boa parte de suas propriedades para a formação de pastagens e também, para a produção de alimentos. Com a implantação das práticas monocultoras, a devastação do território do Cerrado se tornou mais intensa. Com isso, as áreas de Cerrado, que cobriam originalmente todo o território do município, foram diminuindo e ficando limitadas às áreas de reserva natural das propriedades e as áreas de relevo mais acidentado, como evidenciado na figura 12. Os problemas ambientais no território de Itapuranga se agravaram ainda mais com a expansão das lavouras de cana-de-açúcar, que após a abertura da agroindústria de álcool, passa a ocupar boa parte das terras agricultáveis das propriedades rurais do município.

Figura 12 – Hipsometria do Município de Itapuranga – GO no ano de 2016.



Fonte: SIEG/IBGE, 2016.

Assim, apesar da geração de melhorias econômicas e estruturais, a implantação da agroindústria canavieira trouxe consigo graves problemas ambientais e sociais. Na visão de Corrêa (2006, p. 35): “As pequenas cidades, e às vezes o próprio campo, transformam-se em locais de implantação de indústrias poluentes, que não podem, por forças de interesses urbanos, permanecer na grande cidade.” Como as pequenas cidades possuem normas mais flexíveis e mão-de-obra mais barata, as indústrias buscam esses lugares que proporcionam o aumento dos valores excedentes. Com a implantação dessas práticas, o território dessas cidades sofre grandes transformações, pois grandes áreas rurais são “desnudas” para o cultivo das lavouras de cana-de-açúcar; as queimadas no canavial destroem as formas de vida existentes, provocam danos ao solo e também causam vários danos à saúde da população. A vinhaça⁶ provoca um odor muito forte e se usada de maneira inadequada pode causar a contaminação do solo e dos recursos hídricos. O arrendamento das propriedades rurais para a produção da cana intensifica o processo de migração do campo para a cidade. Segundo Ferreira (2010, p. 92): “Na destilaria Vale Verde, em Itapuranga, existem terras arrendadas e terras fornecidas por terceiros, não havendo terras próprias. Destas, cerca de 90% são de terras arrendadas e os restantes 10%, terras de fornecedores.” Com isso, as propriedades rurais que

⁶ Resíduo da destilação do caldo de cana-de-açúcar na produção do etanol.

eram destinadas à produção de gêneros alimentícios para o consumo da família e para abastecer o comércio local, passam a destinar as áreas agricultáveis à produção da monocultura.

A implantação da agroindústria gera uma dependência do município em relação ao setor sucroalcooleiro, quando a usina paralisa a produção durante a entressafra, há uma redução do número de empregos e da renda gerada pelo setor. De acordo com Ferreira (2010, p. 113): “Na Vale Verde de Itapuranga, são contratadas cerca de 1.385 pessoas na safra, destas 70 na administração, 299 na indústria e 1.016 na área agrícola. Durante a entressafra, continuam contratadas somente 368 pessoas [...]” Dessa forma, durante a entressafra o município tem um redução de 1.017 postos de trabalho e conseqüentemente um enfraquecimento da economia local. Desse modo, a economia rural/urbana fica dependente da produção gerada pela agroindústria, que exerce um controle territorial (produção agrícola, postos de trabalho, circulação de capital) sobre o município.

As opiniões no município sobre a agroindústria são contraditórias, uma parte do segmento social vê com bons olhos a implantação da usina, alegando que traz dinamismo para a economia do município; outra parte da sociedade entende que os benefícios advindos com a cana são menores que os malefícios, pois esse tipo de cultura provoca danos ao ambiente, prejudica o desenvolvimento da agricultura familiar e traz muitos danos à saúde da população, como corrobora Carvalho, 2008:

[...] no estudo de caso realizado no município de Itapuranga, foi possível notar as diversidades e contradições de pontos de vista. Um grupo engloba os agricultores familiares que se integraram diretamente à agroindústria, os representantes da agroindústria, os representantes do poder público municipal, a Organização dos Amigos de Itapuranga (OAI), bem como o Sindicato dos Empregadores Rurais. O outro grupo engloba os agricultores que não estabeleceram nenhum tipo de relação com a agroindústria e os grupos de representação dos agricultores familiares, a saber, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Cooperativa dos Agricultores Familiares de Itapuranga e a Igreja Católica. Os primeiros são mais favoráveis à atuação da agroindústria e apontam várias melhorias para o município. Já os pertencentes ao segundo grupo – mais críticos –, destacam mais os aspectos negativos decorrentes da atuação da agroindústria canaveira no município e denunciam com mais veemência os possíveis crimes ambientais, como os inconvenientes decorrentes das queimadas, e temem o aumento da violência. (CARVALHO, 2008, p. 76)

A implantação das lavouras de cana trouxeram transformações econômicas, sociais e ambientais; isso repercute nas diferentes opiniões da sociedade. Até dentro de um mesmo segmento social há contradições, como o caso dos agricultores familiares que são contra as lavouras monoculturas devido os prejuízos que causam; e aqueles produtores que são a favor, por se beneficiar de alguma maneira da agroindústria. Dessa forma, a usina é permeada por muitas contradições e conflitos, simbolizando por um lado o progresso e o

desenvolvimento e por outro, a desestruturação da agricultura familiar e destruição dos recursos naturais.

No dia 02 de dezembro de 1998, em decorrência de uma crise financeira enfrentada pela agroindústria, associada a uma crise econômica brasileira e a estabilização do preço do petróleo, a empresa ingressou em juízo com pedido de falência. No ano de 1999, o juizado da Comarca de Itapuranga decretou a falência da usina sucroalcooleira. Nos anos seguintes, a massa falida teve outros administradores, como a empresa Rio Negro da cidade de Inhumas, mas não conseguiu a permanência da produção. Durante o período em que a agroindústria permaneceu fechada, Itapuranga passou por uma redução populacional e crise nos setores econômicos do município. Segundo dados do IBGE (2010), a população de Itapuranga no ano do fechamento da usina era de 26.740 habitantes, nos anos seguintes teve uma queda no número populacional, chegando a 24.832 habitantes em 2007. Somente no ano de 2007, a empresa Vale Verde do Grupo Farias, arrendou a massa falida e conseguiu manter a produção no município. A antiga Pite/AS passou a se chamar Vale Verde Empreendimentos Agrícolas (Figura 13). No ano de 2008, com a volta da produção de álcool, houve um novo aumento da população, com 25.337 habitantes.

Figura 13 - Vale Verde Empreendimentos Agrícolas no Município de Itapuranga – GO no ano de 2016



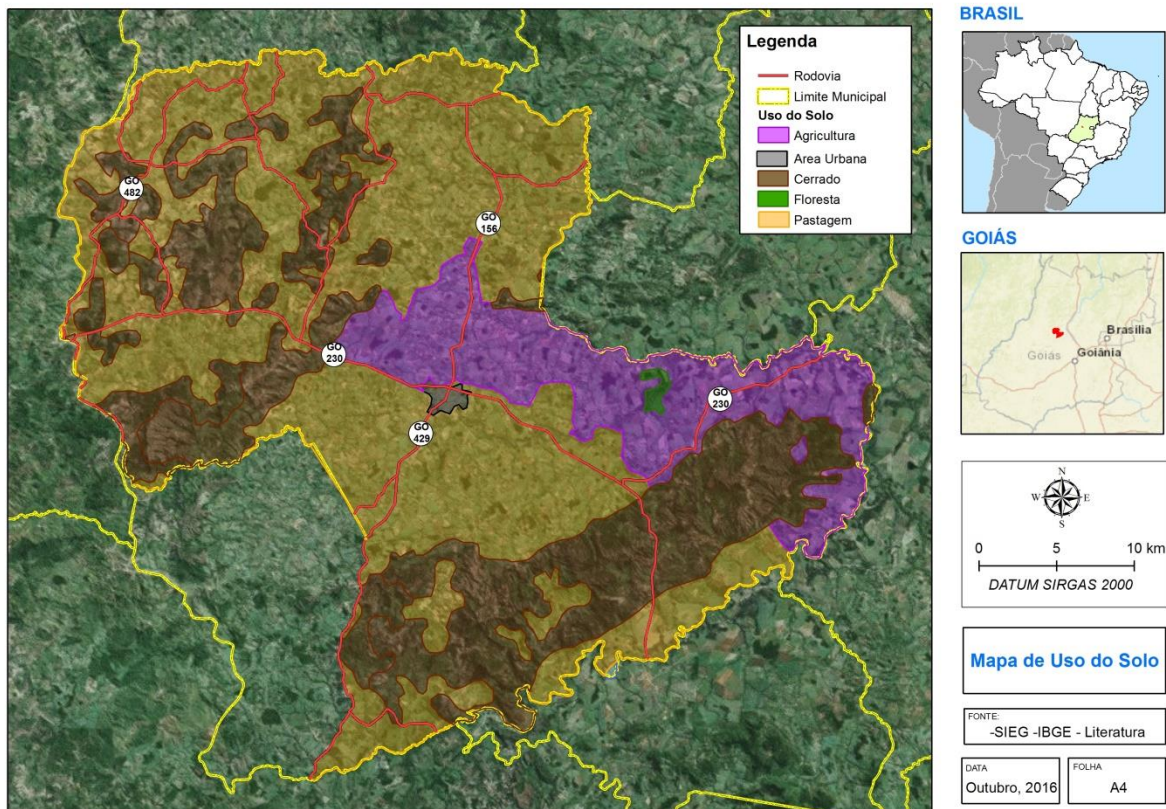
Foto: Campos, K. 2016.

O arrendamento da usina sucroalcooleira gerou um processo jurídico na Comarca de Itapuranga, pois os proprietários da massa falida Pite S/A não concordaram com a medida. De acordo com o Jornal Impacto Xixá (2016, p. 13): “A empresa Pite S/A, entretanto, recorreu da medida, alegando ser proprietária do parque industrial da CEIL, mas

acabou tendo o pedido negado pela Justiça goiana.” Mesmo tendo o pedido negado, a Pite continuou na justiça contra o arrendamento da empresa Vale Verde, requerendo seus direitos sobre a usina.

Dessa forma, na realização de trabalho por diferentes sujeitos, permeado por conflitos e relações de poder, o território se torna alvo de constantes transformações, que criam as condições ideais para a estruturação de uma nova relação de poder, pautada pela lógica dos grandes conglomerados monocultores. As lavouras de cana-de-açúcar avançaram sobre o território do município (Figura 14), transformaram a estrutura produtiva e as relações econômicas e políticas de Itapuranga.

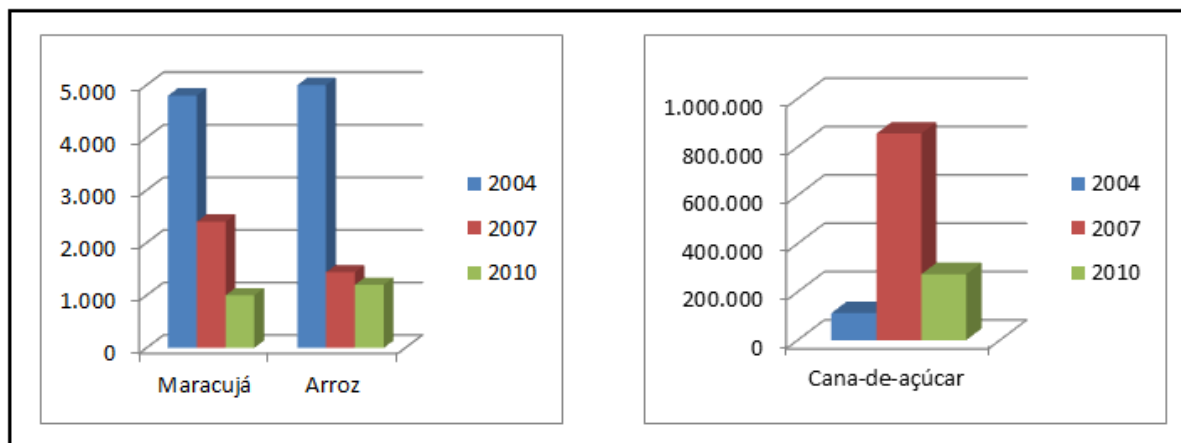
Figura 14 – Uso da terra no Município de Itapuranga – GO no ano de 2016.



O uso da terra em Itapuranga é dominado pelas pastagens e também pela produção de cana-de-açúcar, como evidenciado na figura acima. Na pecuária predomina a criação de gado leiteiro, com uma produção em 2015 de 33.273 litros de leite, segundo o IBGE. Algumas propriedades do município utilizam a ordenha mecânica, com um total de 29.800 cabeças de gado (IBGE, 2015). As lavouras de cana-de-açúcar foram avançando sobre as terras que produziam alguns produtos agrícolas de destaque do município, como o maracujá (que deu o nome de Capital do Maracujá para o município). Segundo o IBGE, a produção do maracujá no ano de 2004 era de 4.800 toneladas e a de arroz era de 5.000 toneladas; já no ano da reabertura da Vale Verde no município (2007), a produção caiu

drasticamente, maracujá (2.400 t) e arroz (1.440), em detrimento do aumento da produção da cana-de-açúcar, que no ano de 2004 era de 112.000 t e no ano da reabertura deu um salto para 855.000 toneladas, como evidenciado na figura 15.

Figura 15 – Produção de Maracujá, arroz e cana-de-açúcar no Município de Itapuranga – GO, entre os anos 2004 a 2010.



Fonte: IBGE, 2016.

Mesmo com uma queda nos últimos anos da produção de cana, esse cultivo ainda representa muito para a economia do município, pois a produção em 2010 (272.541 toneladas) é muito superior a dos outros gêneros agrícolas. A produção de etanol oriunda da cana-de-açúcar do município é destinada a abastecer o mercado de Goiás e também os vários outros centros consumidores do Brasil. De acordo com Ferreira (2010, p. 45): “A Vale Verde de Itapuranga vende o álcool produzido para os Estados das regiões brasileiras centro-oeste, norte, nordeste e sudeste.” No ano de 2010, a produção do município atingiu quase todo o mercado brasileiro, com exceção da porção Sul do Brasil (Figura 16). A produção de Itapuranga fortalece o município enquanto centro econômico, colocando-o como um importante fornecedor dentro da rede urbana a que pertence. Para isso, as malhas viárias são fundamentais para a integração entre os centros econômicos, a formação das redes de circulação e distribuição dos produtos. O sistema viário construído no município é responsável por escoar a produção da usina canavieira e promover a interligação do município aos principais mercados consumidores.

Figura 16 – Espacialização da circulação de etanol produzido em Itapuranga no ano de 2010.



Fonte: Ferreira, 2010.

Em contraponto ao crescimento econômico e integração promovida pela produção de etanol em Itapuranga, o município vem sofrendo com a redução da produção de alimentos destinada a abastecer o mercado interno. O que se vê nas terras do município de Itapuranga, é o avanço das plantações de cana-de-açúcar sobre as áreas anteriormente destinadas a produção de gêneros alimentícios. Para Corrêa, 2006:

O campo se adapta, se metamorfoseia com relativa facilidade às demandas da formação espacial da qual faz parte. Fala-se em “urbanização do campo” e “industrialização da agricultura”, como expressões do papel da cidade, sobretudo das grandes metrópoles, na transformação do campo. (CORRÊA, 2006, p. 280)

Isso ocorre por meio da política da modernização que busca cada vez mais vincular a produção agrícola ao setor industrial, criando uma vasta rede agroindustrial, comandada pela lógica do capital. Na tabela 06, podemos observar uma redução significativa dos produtos básicos da alimentação da população (arroz, feijão, banana e maracujá) e um aumento da produção de produtos destinados à indústria, como a cana-de-açúcar. Assim, a

população mais uma vez fica prejudicada com a lógica do capital, que promove uma verdadeira destruição da variedade do Cerrado, a expropriação dos camponeses e a implantação de uma monocultura destinada a satisfazer os interesses externos em detrimento aos internos. Em decorrência de tal fato, os preços dos produtos básicos são aumentados, gerando mais miséria e marginalização de boa parte da população.

Tabela 06 – Produção Agrícola de Itapuranga entre os anos de 2004 a 2015.

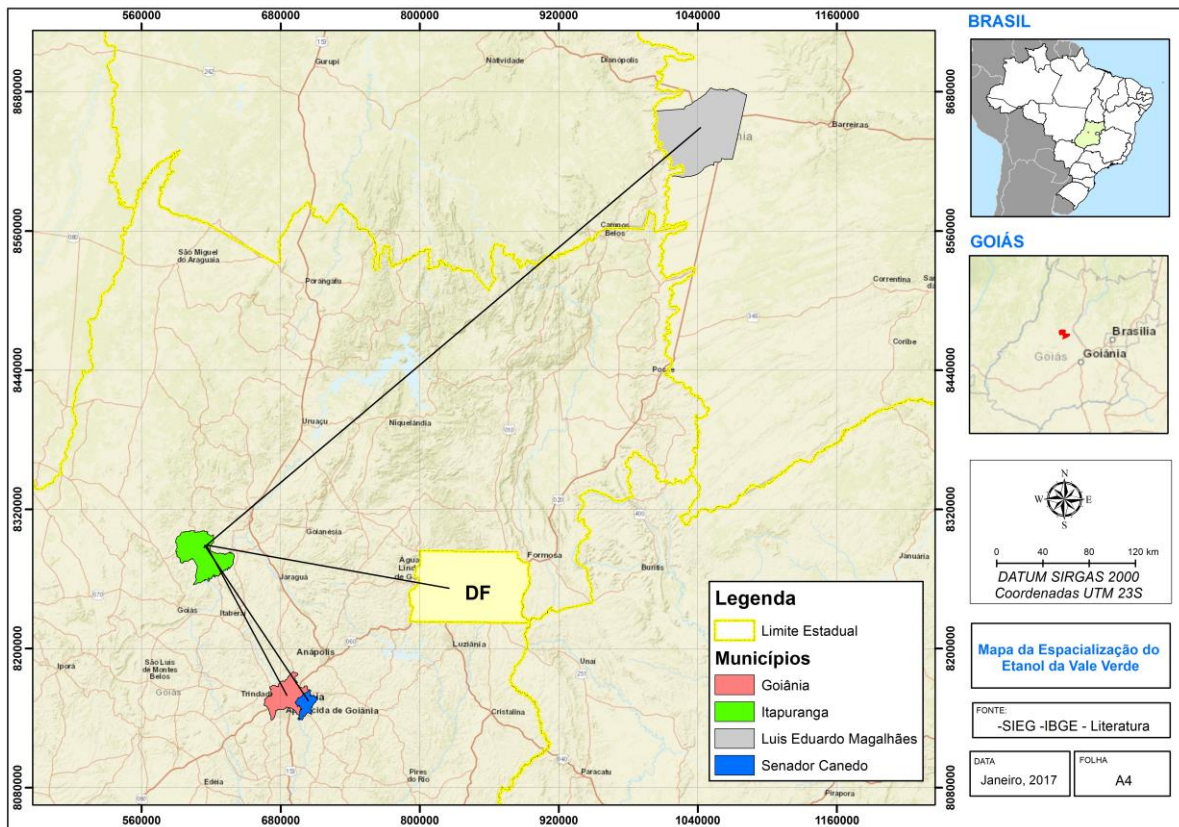
Produto	2010 (Ton)	2012 (Ton)	2014 (Ton)	2015 (Ton)
Arroz	1.200	720	144	72
Banana	640	960	-	-
Cana-de-açúcar	272.541	570.125	449.749	302.801
Maracujá	1.000	2.492	2.000	1.980
Melancia	17.800	-	6.000	17.500
Palmito	2.600	4.000	3.000	7.282
Soja	-	-	288	720

Fonte: IBGE, 2016.

Como pode ser observado na tabela 06, alguns produtos deixaram de ser produzidos, como ocorreu com a banana. A produção de cana-de-açúcar, apesar de ser bem superior aos outros produtos, vem sofrendo uma redução nos últimos anos. A crise econômica agravada recentemente no Brasil vem prejudicando o setor sucroalcooleiro, fato que levou a paralisação da produção da agroindústria no ano de 2016. A cana colhida está sendo levada para a usina do Grupo Farias de Anicuns – Go; em consequência, grande parte dos lucros estão sendo drenados para a cidade de Anicuns. Em paralelo a queda da produção de cana em Itapuranga, podemos observar uma tímida, mais presente, produção de soja nos últimos anos. Esse início de produção pode significar uma reestruturação da lógica capitalista em Itapuranga, promovendo a expansão da soja pelo território do município.

Segundo o setor de produção da Vale Verde, mesmo com o fim da produção de etanol em Itapuranga, em 2016 a agroindústria colheu a cana-de-açúcar dos municípios de Itapuranga, Guaraíta, Carmo do Rio Verde, Heitorai e Itaberaí; e manteve um total de 900 trabalhadores empregados. No ano de 2015, a produção do etanol foi destinada aos municípios de Goiânia, Senador Canedo, Brasília e o município de Luiz Eduardo na Bahia, como evidenciado na figura 17.

Figura 17 – Espacialização da circulação de etanol produzido em Itapuranga no ano de 2016.



Fonte: Vale Verde, 2016.

A espacialização da produção de 2015 comparada com a de 2010 (Figura 16) foi irrisória, a agroindústria fornecia etanol para quase todo o mercado brasileiro e no último ano de produção, ficou limitada há alguns municípios de Goiás e apenas uma cidade de outros estados. O funcionário da Vale Verde não soube explicar o motivo dessa retração do mercado da agroindústria. Porém, há alguns indícios que podem esclarecer tal fato: a produção da cana vem diminuindo a cada ano, o setor sucroalcooleiro tem passado por constantes crises financeiras, desde 2013 a Vale Verde vem atrasando pagamentos e nos últimos anos, deixou de honrar os compromissos contratuais com os proprietários rurais. Segundo a Faeg – Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás, o Grupo Farias entrou com pedido de recuperação judicial em 4 de maio de 2016. Diante deste pedido, terá que apresentar um plano de recuperação, incluindo o pagamento das inadimplências do setor.

Em uma audiência de conciliação realizada em setembro de 2016, no juizado da Comarca de Itapuranga, ficou firmado um acordo entre a Pite S/A e a Companhia Energética de Itapuranga (Ceil), extinguindo o impasse que vem se arrastando na justiça há anos. Segundo o Jornal Impacto Xixá, 2016:

No acordo firmado entre as partes ficou definido que 100% do parque industrial localizado no município de Itapuranga passaria a pertencer à Companhia Energética de Itapuranga LTDA. (Ceil), sendo o capital da empresa dividido da seguinte forma:

25% com Expedito Stival Sobrinho, 25% com o Frigorífico Araguaia LTDA; e 50% com Carlos Eduardo Alves Basíle, que será substituído pela Vale Verde Empreendimentos Agrícolas. (XIXÁ, 2016, p.13)

Em uma entrevista realizada na usina, o coordenador de produção João Paulo afirmou que resolvida a pendência judicial, a usina sucroalcooleira vai recomeçar o plantio da cana de açúcar no município em 2017 e no ano seguinte (2018), a agroindústria Vale Verde volta a produzir o etanol em Itapuranga. Com a volta da produção no município, o capital produzido deixa de ser drenado para a sede da usina (Anicuns), volta a estimular o crescimento econômico de Itapuranga e fortalece a centralidade que o município exerce na região.

3 – O MUNICÍPIO DE ITAPURANGA NA REDE URBANA REGIONAL

Os municípios atuais participam de várias redes que são implantadas no território pela modernização, tornando-se mais dinâmicos e interligados. Esse processo organiza os centros urbanos em uma estrutura espacial complexa, onde um centro mantém várias relações com outros centros urbanos, criando fluxos constantes de mercadorias, pessoas e informações. Dentro dessa dinâmica, o município de Itapuranga desenvolve uma série de infraestruturas que permite a formação de uma centralidade, os relacionamentos dentro da rede urbana e a constituição de sua área de influência.

3.1 – A infraestrutura urbana e a constituição de uma centralidade

Alguns estudos urbanos classificam as cidades pelo seu número de população, mas as cidades atualmente expressam fatores muito mais abrangentes, englobando o ponto de vista funcional e qualitativo. Assim, a cidade se forma quando há junção das funções que a aglomeração exige. Nas cidades há uma interação entre as atividades exercidas, tanto rurais como urbanas, para atender às necessidades da população. Desse modo, surgem as cidades locais, que atendem às necessidades mínimas da população. Santos (1992, p.71) define cidade local como: “[...] a aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função essa que implica uma vida de relações.”

Para atender a essas necessidades, o centro urbano necessita de um conjunto de infraestruturas capaz de promover o suprimento das demandas de sua população. Alguns centros vão além, pois atendem às demandas de seu município e também complementam a demanda de outros municípios. Ao estudar o município de Catalão, Deus (2002, p. 49) evidencia que: “A estrutura urbana montada, a partir dos anos 70, produziu condições para que o consumo coletivo urbano de Catalão que fosse estendido a diversos municípios [...]”. Desse modo, a estrutura que alguns centros urbanos criam supre a carência de outros centros menores e o transforma em um importante polo urbano.

A rede urbana de Goiás articula hierarquicamente os vários centros urbanos, desde os pequenos povoados até os grandes centros econômicos. Por isso, para analisar um centro urbano não podemos considerá-lo isoladamente, é preciso analisá-lo dentro da rede urbana ao qual está inserido. De acordo com Arrais (2004), as cidades mantêm relações de integração, subordinação e complementariedade com outros centros. Dessa forma, são construídas as “polarizações dos centros urbanos”, ou “zona de influência”, como é chamado por Santos (2012). Os diferentes estágios econômicos organizam o espaço e a relação entre as

cidades; com isso, formam o “sistema de cidades”, que segundo Santos (2012, p. 69): “[...] constitui a armadura do espaço.”

No entendimento de Corrêa (2003), as cidades de uma rede se diferenciam segundo as “funções e fluxos” que desempenham. De acordo com o autor (2003, p.135), essa diferenciação: “[...] se caracteriza por ser de natureza hierárquica, com base no diferencial de oferta de bens e serviços, combinada com diferenças devidas, as especializações funcionais, geradores de relações de complementaridade entre cidades.” Tomando por base o entendimento de Corrêa, a estrutura urbana montada em Itapuranga coloca o município em uma posição de centralidade na região; pois além de abastecer a demanda local, também fornece produtos aos municípios vizinhos. A cidade por ser bem equipada, possibilita que os moradores e também a população das cidades próximas, possam suprir suas necessidades básicas e até mesmo aquelas que exigem uma complexidade maior, como a oferta de alguns serviços especializados. Isso confere ao município uma condição de centro polarizador, por se constituir em um centro de atração perante os municípios do entorno, construindo uma área de influência além de seu limite territorial. Essa articulação entre o centro urbano e sua área de influência forma um conjunto integrado, que influencia e é influenciado. Nesse sentido contribui Deus, 2002:

Os centros urbanos regionais articulam-se com as cidades próximas. Formam, com os pequenos municípios, um conjunto. (...) os pólos funcionam como receptores de modernidades, que as externalizam para a região. Ao mesmo tempo, o pólo é influenciado pela região, sendo esta externalizada enquanto identidade para o mundo. (DEUS, 2002, p. 194)

A oferta de produtos e serviços são segmentos que proporcionam a formação da polarização exercida pelo município, pois possui grande quantidade de estabelecimentos de oferta de produtos variados: roupas, calçados, eletrodomésticos, alimentos, acessórios, entre outros; também há uma disponibilidade de serviços, como lanchonetes, restaurantes, assistência técnica; enfim, há uma grande variedade de bens e serviços, muitas vezes encontrados de forma limitada nos municípios próximos. Segundo Deus (2002, p. 199) os centros nas redes: “[...] ganham diversidade, oferecendo serviços e mercadorias das mais diversas naturezas, tanto para seu interior quanto para a ‘hinterlândia’(...)” Essa diferenciação entre os centros da rede urbana promove uma divisão territorial do trabalho, que articula as várias funções e cria uma hierarquia entre as cidades. Considerando essa articulação de funções, Corrêa (2006) pondera:

É à primeira vista através das funções articuladas de suas cidades – bancos, comércio atacadista e varejista, indústrias e serviços de transporte, armazenagem, contabilidade, educação, saúde etc. – que a rede urbana é uma condição para a divisão territorial do trabalho. (CORRÊA, 2006, p. 26)

Já na análise de Deus (2002), o centro urbano que possui uma posição de centralidade em sua região de influência, amplia os serviços ofertados com objetivo de atender aos municípios; para o autor, isso explica o tamanho da estrutura – rede de ensino, comercial – ser superior à demanda da população local. Essa ideia contribui para compreender o crescimento da estrutura urbana de Itapuranga, que cada vez mais, amplia os serviços ofertados para atender à necessidade do município e também de outros centros urbanos.

Entre os serviços ofertados por Itapuranga, o ensino superior se destaca, pois possui uma estrutura capaz de suprir a demanda local e também a dos municípios próximos. A rede superior do município é composta por três instituições, uma pública e duas privadas. As instituições possuem alunos do município e também de outras cidades, são 1.068 alunos de graduação e 122 alunos de pós-graduação, no total são 1.190 alunos atendidos (Tabela 07). A Universidade Estadual de Goiás – UEG oferece quatro cursos de graduação: Licenciatura Plena em Letras, Geografia, História e Biologia; e dois em Pós-graduação: Pós em Docência e Pós em Agroecologia. A Faculdade de Itapuranga – FAI oferece dois cursos técnicos profissionalizantes: Técnico em Enfermagem e Técnico em Gestão de Segurança Pública; três cursos de graduação: Ciências Contábeis, Pedagogia e Administração e um de pós-graduação: Pós em Direito Civil. A unidade instalada em Itapuranga da Universidade Norte do Paraná – UNOPAR oferece oito cursos de graduação: Administração de Empresas, Pedagogia, Gestão Ambiental, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Estética e Imagem Pessoal, Ciências Contábeis, Serviço Social e Educação Física; e curso de pós-graduação em variadas áreas (os cursos são totalmente online, por isso não são turmas fechadas, há alunos matriculados em vários cursos). No total são quinze cursos de graduação, três cursos de pós-graduação presenciais e alguns cursos à distância. A variedade de opções atrai cotidianamente um grande número de estudantes de outros municípios que não disponibilizam tais serviços; do total de 1.068 alunos da graduação, 426 alunos são de outros municípios.

Tabela 07 – Quantitativo do ensino superior em Itapuranga no ano de 2016.

Instituição de ensino superior	Quant. alunos graduação	Quant. alunos pós-graduação	Total
UEG – Campus Itapuranga	378	90	468
UNOPAR	339	10	349
FAI	351	22	373
Total	1.068	122	1.190

Fonte: Secretaria acadêmica das instituições, 2016.

A complexidade de funções que um centro urbano exerce estabelece uma divisão territorial do trabalho e amplia a diferenciação entre os centros urbanos. Algumas cidades se tornam centros especializados, que ampliam sua complexidade com uma gama de funções especializadas. Nesse sentido contribui Corrêa, 2006:

Na complexificação funcional dos centros urbanos amplia-se a diferenciação entre eles. Significa dizer que os centros urbanos não podem mais ser classificados com base em suas funções centrais, definidoras da posição de cada centro na hierarquia de lugares centrais, isto é, como metrópoles regionais, capitais regionais e assim sucessivamente. Especializações produtivas emergiram conferindo às cidades funções especializadas, muitas das quais melhor a definem. As especializações geram centros que, em maior e menor grau, gravitam em torno das indústrias metalúrgica, de calçados, confecções, móveis, maquinário agrícola, papel, entre outras, ou de serviços, como o religioso ou de ensino superior, ou do lazer, entre outras especializações. (CORRÊA, 2006, p. 324)

Entre as especializações da cidade de Itapuranga, está o setor de serviços médicos e laboratoriais, que possui uma rede de hospitais, clínicas e laboratórios que prestam assistência especializada na área da saúde; essas especializações torna o município mais dinâmico. Segundo Deus (2002, p. 213): “As atividades de ensino, saúde ou pesquisa científica são fundamentais para os lugares tornarem-se dinâmicos.” Além do Hospital municipal e do Hospital Santa Casa do Povo, o município também possui um hospital privado – Hospital São Francisco, que oferece atendimento na área de clínica geral e realização de exames de endoscopia, ultrassonografia, colonoscopia, eletrocardiograma, Raio X, mamografia e exames laboratoriais. O município também possui oito clínicas médicas: Clínica Serv Med oferece atendimento clínico geral, ginecologista e cardiologista, realiza os exames de Raio X, ultrassonografia, eletrocardiograma, teste ergométrico e endoscopia; Clínica Pró-Saúde possui atendimento nas áreas de psicologia, estética médica, ginecologia, obstetrícia, fonoaudiologia e dermatologia; Clínica do Coração oferece atendimento especialista em cardiologia; Clínica Médica GDMG Saúde conta atendimento pediátrico; Clínica de Dermatologia possui atendimento de dermatologista; Clínica Radiológica que realiza vários exames radiológicos; Clínica FisioEstética – oferece serviços de fisioterapia e estética e a Clínica de Fisioterapia de Itapuranga conta com atendimento de fisioterapia. Também possui quatro laboratórios que realizam variados exames, que variam a exames rotineiros aos exames mais complexos, como testes de paternidade.

As ofertas disponíveis da rede hospitalar de Itapuranga são superiores ao necessário para o atendimento à população local. O número de leitos hospitalares disponíveis (91 leitos – 3,5 leitos para cada mil habitantes) é superior ao índice mínimo ideal recomendado pela OMS – Organização Mundial de Saúde – que é de 03 leitos para cada mil habitantes. O índice de leitos do município é superior ao do Brasil (2,4 leitos) e Goiás (2,69).

O número de médicos de Itapuranga é bem superior ao recomendado pela OMS (01 médico para cada mil habitantes). Considerando esse índice, o número mínimo seria 26 médicos; porém, o município tem quase o dobro de médicos recomendados, são ao todo 45 profissionais. Esses índices revelam que o município de Itapuranga atende também à demanda das cidades próximas, pois o município tem uma estrutura superior à necessidade de sua população.

Os hospitais, clínicas e laboratórios de Itapuranga formam uma estrutura muito superior ao dos centros de seu entorno (Tabela 08). Entre as cidades que formam a área de influência do município de Itapuranga, apenas os municípios de Uruana, Carmo do Rio Verde e São Patrício não são dependentes dos estabelecimentos de Itapuranga, pois estão mais ligados a área de influência de Ceres. Os demais municípios não dispõem de médicos especialistas e nem laboratórios que supram suas necessidades. Os municípios mais próximos a Itapuranga – Heitorai, Morro Agudo de Goiás, São Patrício, Guaraíta e Faina – possuem apenas a rede básica de saúde; por isso, são dependentes da rede especializada oferecida por Itapuranga.

Tabela 08 – Quantitativo da rede médica e laboratorial da área de influência de Itapuranga em 2016.

Municípios	Unidade Básica de Saúde	Hospitais públicos	Hospitais privados	Clínicas médicas especializadas	Laboratórios
Itapuranga	12	02	01	06	04
Uruana	06	-	01	01	01
Carmo do Rio Verde	03	01	-	-	01
Heitorai	02	01	-	-	-
Guaraíta	02	-	-	-	-
Morro agudo	01	01	-	-	-
São Patrício	01	-	-	-	-
Araguapaz	04	01	-	-	01
Mozarlândia	03	01	-	02	02
Faina	05	-	-	-	-
Total	39	07	02	09	09

Fonte: hospitaiseclinicas.com.br/goias/municipio – acessado em 21/12/2016.

A rede bancária do município contribui para o aumento da complexidade funcional de Itapuranga e sua centralidade perante aos municípios próximos. Segundo Corrêa (2006, p. 62): “É mediante a atividade bancária, naquilo em que ela participa do processo de circulação, que também se viabilizam a divisão territorial do trabalho e a integração espacial de distintas unidades de área.” A atividade bancária do município atrai diariamente muitos moradores das proximidades, que utilizam dos serviços oferecidos pelos quatro bancos de Itapuranga – Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Itaú e Bradesco. Estes oferecem serviços de financiamentos – rurais, pessoais, veículos, casas; seguros – pessoas, veículos, residências, etc.; títulos de capitalização; previdência privada; créditos – pessoal e consignado; desconto de duplicatas. O município também possui duas casas lotéricas que prestam serviços de faturamento de contas, boletos, crédito consignado, pagamento de benefícios e outros serviços complementares. Itapuranga conta com posto do INSS e Vap Vupt, ambos atendem à população do município e também cidades vizinhas. Sobre relação da cidade polo com sua área de influência, Deus (2002) pondera:

[...] é realizada por diversas formas ligada à estrutura produtiva, por meio dos empregos oferecidos pelas firmas lá sediadas pelo comércio e serviços com estrutura para atender toda região, pela aquisição ou comercialização da produção agropecuária regional, pela concentração de órgãos públicos (...) e pelo domínio político sobre a região. (DEUS, 2002, p. 210)

Certos centros urbanos destacam-se em determinado território por oferecer bens e serviços especializados que os centros menores não oferecem à sua população local; tornam-se centros de domínio econômico e político. Assim, formam-se vários “eixos de polarização” ou “áreas de influência” pelo território, que se organizam segundo os diferentes graus e dão origem a complexa rede urbana de Goiás. De acordo com Arrais (2004, p. 91): “[...] quando falamos em grau de polarização nos referimos ao deslocamento de pessoas para as cidades em busca de bens e serviços, de trabalho, estudo ou lazer, seja diariamente ou intervalos de tempo maiores [...]” Desse modo, alguns centros atendem à necessidade de bens e prestação de serviços a centros menores, que possuem inviabilidade financeira para instalação de estabelecimentos que exigem maior quantidade de capital, como clínicas especializadas, estabelecimentos de ensino superior, rede bancária, hipermercados, entre outros. Dependendo da função econômica que as cidades exercem, forma-se a centralidade de determinado município, como é o caso da Cidade de Goiás, que atrai pessoas de variados lugares pelo potencial turístico – Centro Histórico e variadas áreas de lazer. Já a cidade de Ceres exerce uma polarização sobre os municípios vizinhos devido à oferta de especialidades médicas, constituindo-se uma cidade polo, devido atrair diariamente um grande fluxo de

pacientes. O município de Itapuranga exerce uma polarização sobre as cidades vizinhas devido à prestação de serviços, como rede bancária, instituições de ensino superior e serviços médicos; também devido à variedade de bens do comércio local. Enfim, entre o município e as cidades vizinhas, há um fluxo de pessoas, informações e produtos.

Para compreender tal relação alguns indicadores são importantes, como corrobora Arrais (2004, p. 91): “A análise da integração dos transportes de passageiros e cargas é uma das formas utilizadas para medir a intensidade de ligação, entre as cidades, e o grau de polarização.” Outro importante indicador é a concentração de serviços, pois os municípios que possuem uma maior disponibilidade de serviços médicos, bancários e educacionais conseguem atrair a população dos municípios menores que não oferecem tais serviços ou oferecem de maneira precária. A tabela 09 apresenta alguns indicadores de polarização da cidade de Itapuranga em relação aos municípios adjacentes.

Tabela 09 - Município de Itapuranga e cidades vizinhas: alguns indicadores de polarização – 2010.

Municípios	População Total	Estabelecimentos de saúde	Agências bancárias	Unidades de Ensino Superior	Empresas atuantes*	PIB
Itapuranga	26.125	18	4	3	651	220.374
Uruana	13.826	8	2	-	270	103.427
Carmo do Rio Verde	8.928	6	2	-	196	183.285
Heitoraiá	3.571	2	-	-	55	27.405
Guaraíta	2.376	2	-	-	40	18.278
Morro agudo	2.356	3	-	-	29	19.352
São Patrício	1.991	1	-	-	32	18.148
Faina	6.983	9	-	-	119	63.306
Total	66.156	49	08	03	1.392	653.575

Fonte: IBGE, 2010.

* Empresas atuantes se referem ao número de comércios e indústrias cadastradas no IBGE.

As cidades exercem papéis diferenciados, variando de acordo com sua função política, econômica e social. Como demonstrado na tabela 09, Itapuranga possui uma boa estrutura hospitalar e bancária, apresentando mais disponibilidade de ofertas do que os municípios vizinhos. O município é o único dos citados a possuir instituições de ensino superior, tanto privada como pública. Os estabelecimentos atuantes e o PIB de Itapuranga são muito superiores aos das outras cidades. Esses dados evidenciam a importância do município na região, constituindo-se em um centro de ofertas de bens e serviços.

As especializações funcionais de Itapuranga fortalece a estrutura produtiva e econômica do município. Os centros urbanos que exercem uma polarização sobre outras cidades, possuem índices econômicos e sociais mais elevados do que os que estão na periferia

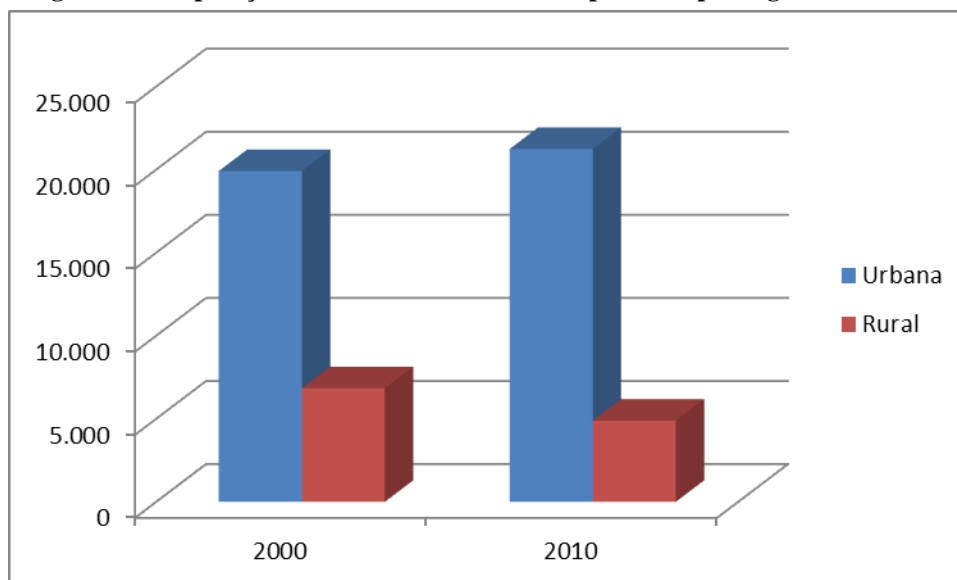
da rede urbana. De acordo com o Ranking dos Municípios Goianos (SEPLAN, 2003), o município de Itapuranga está bem abaixo dos quinze municípios mais competitivos, ocupa apenas a 47ª posição; porém, bem acima dos municípios que compõe sua área de influência. Já no quesito qualidade de vida Itapuranga está entre os quinze melhores municípios, ocupa a 7ª posição. Segundo o PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013), o município apresentou em 2010 um IDH de 0,726, considerado um Índice de Desenvolvimento Humano elevado, porém um pouco menor que o do Estado de Goiás que é de 0,735. De acordo com o IBGE (2000), o Coeficiente Gini do município é de 0,39 – considerado um pequeno índice de desigualdade social, comparado ao do Estado de Goiás que é de 0,6. O pequeno índice de desigualdade é reflexo da qualidade das atividades econômicas e do nível do emprego do município.

De acordo com o IBGE (2010), o município vem apresentando uma queda populacional entre os anos de 1996 e 2012, mas a partir de 2013 a população vem aumentando, com uma estimativa de 26.639 habitantes em 2015. Já a população rural diminuiu e a urbana aumentou (Tabela 10 e figura 18), devido à migração do campo para a cidade. Segundo Deus (2002), a modernização agrícola libera mão-de-obra no campo, que é obrigada a se alocar nas cidades. A modernização do território rural e a necessidade de trabalhadores livres para as atividades desenvolvidas tanto no campo como na cidade, aceleraram o processo de migração do campo para a cidade. Corrêa (2006, p. 31) contribui nesse sentido, ao afirmar que: “[...] a cidade precisa drenar, via migração rural-urbana, uma parcela da população rural constituída por pequenos proprietários, rendeiros, meeiros, moradores de condição e assalariados.” Assim, a cidade absorve a população do campo e a transforma em uma fonte de valor excedente do capital.

Tabela 10 – Aspectos demográficos do município de Itapuranga nos anos de 2000 e 2010.

População	2000	2010
Urbana	19.905	21.235
Rural	6.835	4.890
Total	26.740	26.125

Fonte: IBGE, 2010.

Figura 18 – População Urbana e Rural do município de Itapuranga nos anos de 2000 e 2010.

Fonte: IBGE, 2010.

Essa crescente população urbana vem sendo alocada nas ofertas de emprego do município, apesar do saldo negativo de emprego nos anos de 2011 e 2012. O número de emprego do município tem crescido nos últimos anos (tabela 11), fato que vem contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população. A renda dos trabalhadores vem apresentando um crescimento gradual e contínuo, contribuindo para o fortalecimento econômico do município e o aumento da polarização que exerce. Segundo Deus (2002, p. 218): “A estrutura econômica produz o domínio do polo sobre sua área de influência (...)”

Tabela 11 – Empregos e rendimentos do município de Itapuranga entre os anos de 2000 a 2014.

	2000	2010	2011	2012	2013	2014
Emprego formal	1.843	2.786	2.859	2.665	2.944	3.285
Admitidos	729	1.797	966	1.387	1.476	1.846
Desligados	422	1.791	1.497	1.616	1.365	1.662
Saldo de emprego	307	6	- 525	- 229	111	184
Rendimento Médio R\$	296,75	974,29	1.066,56	1.119,99	1.247,35	1.263,96

Fonte: SEGPLAN/IBM, 2016.

Nos últimos anos, o município tem apresentado uma retomada do crescimento econômico, possibilitando o fortalecimento das estruturas econômicas e do domínio em sua

área de influência. Segundo a Secretaria da Indústria e Comércio de Itapuranga 2016, o total de empreendimentos cadastrados subiu muito nos últimos anos, chegando a um total de 2.036 empreendimentos em 2016 (tabela 12). Com a criação do microempreendedor individual (MEI) pelo Governo Federal, houve um crescimento em todos os setores, principalmente no comércio e prestação de serviços, pois possibilita que pequenos empresários possam formalizar suas atividades econômicas. As indústrias e agroindústrias vão desde pequenos estabelecimentos artesanais, como fábricas de doces, até estabelecimentos maiores como a agroindústria de etanol – Vale Verde Empreendimentos. O crescimento dos setores econômicos de Itapuranga promoveu maior dinamismo para o município, com a abertura de muitos postos de trabalho e aumento da arrecadação municipal.

Tabela 12 – Empreendimentos cadastrados no município de Itapuranga em 2016.

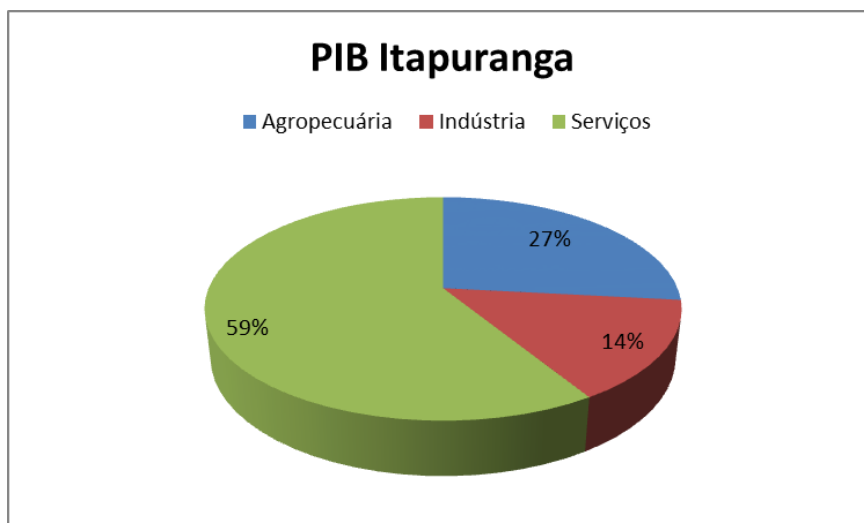
Atividades	Quantitativo
Indústrias	120
Comércios/Geral	973
Prestadores de Serviço	943
Total Geral Cadastrado	2.036

Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento de Itapuranga e Secretaria da Indústria e Comercio Municipal, 2016.

Conforme apontado pelo IBGE, o município de Itapuranga apresentou um Produto Interno Bruto (PIB), no ano de 2013, de R\$ 287.250.000, muito superior ao dos municípios vizinhos, que são inferiores a R\$ 30.000.000, com exceção de Faina R\$ 78.917, Uruana R\$ 139.406 e Carmo do Rio Verde R\$ 159.801. A maior parte do PIB do município (59%) se concentra no setor terciário (figura 19), responsável por empregar boa parte da mão de obra masculina (37,7%) e principalmente feminina (67,6%). Deus (2002) enfatiza a importância da atividade terciária para a economia local:

A atividade terciária da economia assume, na atualidade, papel de relevante importância nas atividades urbanas, proporcionando a aceleração da urbanização e criando condições de apropriação de mais-valia global em larga escala, por meio das redes globais do comércio e do sistema financeiro. (DEUS, 2002, p. 199)

Figura 19 – Distribuição do PIB entre os setores econômicos de Itapuranga no ano de 2013.



Fonte: IBGE, 2016.

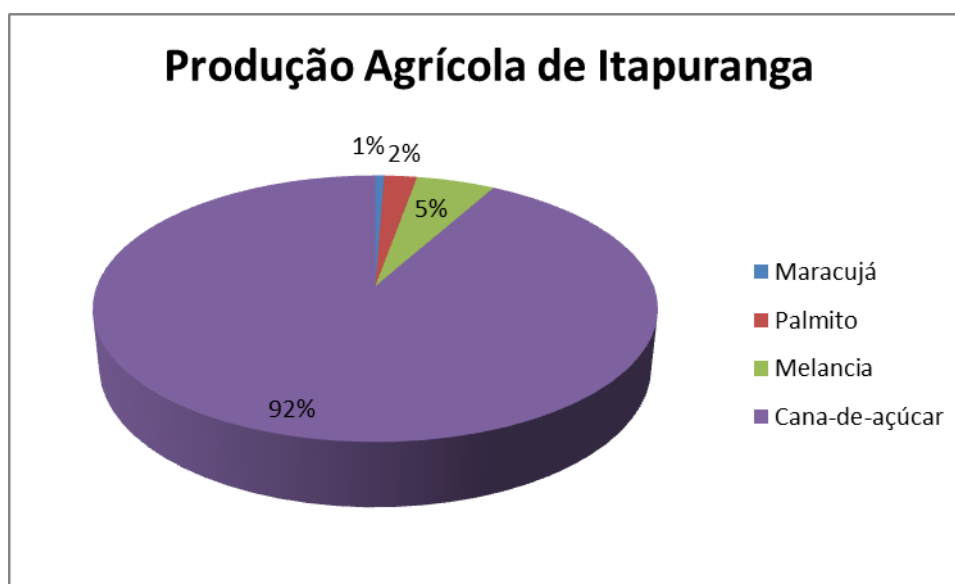
A agropecuária é a segunda colocada na geração de renda (27%) e a indústria ocupa a última colocação (14%). Na produção agropecuária do município se destaca a criação de gado de corte e leiteiro, produção de hortifrutigranjeiros, maracujá e cana-de-açúcar. Porém, há um predomínio no campo da pecuária, principalmente a pecuária leiteira. Segundo a AGRODEFESA (2016), em novembro de 2015, o município tinha um total de 144.814 cabeças de bovídeos. Desse total, apenas 7.243 cabeças foram enviadas para o abate. A produção do gado de corte do município é levada para alguns municípios próximos: Mozarlândia (JBS/FRIBOI), Goiás (JBS/FRIBOI), Itauçu (Frigorífico Trevo), Inhumas (Mata Boi) e Goianira (Boa Vista). A carne abatida nessas unidades (principalmente a JBS) é vendida no mercado brasileiro e também ao mercado externo. Porém, a grande maioria da produção de bovinos de Itapuranga se destina à produção de leite, que é oriundo de pequenas e médias propriedades.

Com o objetivo de estimular a produção dos pequenos proprietários, a COOPERAFI (Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga) passou a comercializar a produção de leite dos produtores associados. A cooperativa possui 260 produtores de leite cadastrados, fornecendo um total de 475.000 l/mês. A cooperativa conseguiu uma parceria com a Centroleite (Cooperativa Central dos Laticínios de Goiás), com o objetivo de conseguir melhores preços para o leite dos associados. A Centroleite comercializa o leite da Cooperafi, destinando a produção mensal ao laticínio com melhor oferta. Assim, a produção não tem um destino fixo, a cada mês vai para um determinado centro urbano de Goiás. O município também possui 07 granjas de aves, com produção de 145.400 cabeças de galináceos em 2015. A produção de aves do município é abatida na empresa São Salvador Alimentos (Super

Frango) sediada em Itaberaí. Essa empresa tem uma produção voltada ao mercado do Brasil e a vários outros países. Desse modo, a cidade torna-se um centro de comercialização e distribuição da produção agropecuária, como evidencia Corrêa (2006, p. 33): “Seja uma cidade regional pequena ou grande (...) para ela converge uma produção destinada ao abastecimento de sua população em produtos alimentares, à reexportação para mercados extra-regionais ou às indústrias da cidade.” A cidade se torna um importante eixo de variados fluxos e relacionamentos, interligando os espaços rurais e urbanos.

A produção agrícola de Itapuranga, como demonstrado anteriormente, também é dominada pelos capitais industriais, que por meio do cultivo da cana-de-açúcar ocupa as principais terras férteis do município. A produção dos outros gêneros alimentícios é muito pequena quando comparada com a de cana-de-açúcar. Como evidenciado na figura 20, no ano de 2015, a produção de maracujá (1%), palmito (2%) e melancia (5%) foram insignificantes diante da produção de cana-de-açúcar (92%). A produção agrícola do município está voltada para atender aos interesses do capital canavieiro. Corrêa (2006, p. 32) contribui nesse sentido, ao afirmar que: “O investimento urbano na propriedade fundiária (...) na realidade tem atraído capitais urbanos procedentes das mais diversas atividades (...) também, o capital financeiro-industrial que passa a investir em terras [...]” As terras das propriedades rurais deixam de atender ao interesse da população para atender aos interesses do capital.

Figura 20 – Participação dos produtos agrícolas na produção de Itapuranga no ano de 2015.



Fonte: Instituto Mouro Borges, 2016.

Em contraponto a essa realidade, a Cooperafi, através de parcerias com instituições públicas, tem desenvolvido projetos de capacitação e financiamento para estimular a produção agrícola dos proprietários familiares. A cooperativa criou a agroindústria

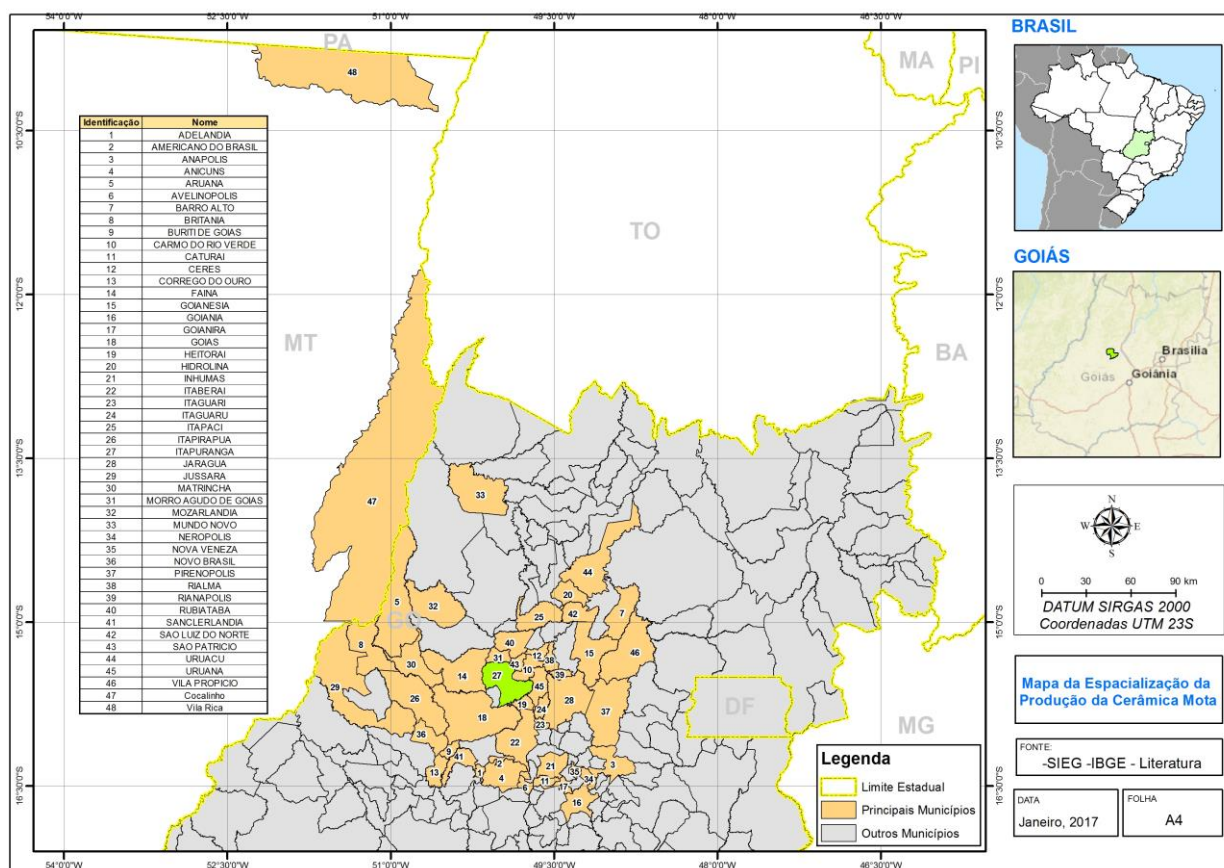
“PRAFICAR” – Agroindústria de Processamento de Frutas e Vegetais. A agroindústria possui 100 fornecedores de frutas; entre eles, alguns fornecem frutas produzidas em seu próprio quintal (manga, tamarindo, cajá), outros possuem plantações destinadas ao abastecimento da agroindústria, principalmente abacaxi, uva e morango. A produção da agroindústria se destina a abastecer o comércio local e também ao abastecimento de muitas cidades próximas. De acordo dados do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), a agroindústria fornece polpas às escolas de Itapuranga e também dos municípios de Goiânia, Itaberaí, Goiás, Heitorai, Faina, Ceres e Guaraíta. Além da venda por meio do Pnae, a agroindústria também vende seus produtos no mercado privado de Itapuranga e nos municípios de Goiânia, Itaberaí e Guaraíta.

O setor industrial do município ainda é pequeno, possui um total de 120 indústrias (Secretaria da Indústria e Comercio Municipal, 2016); porém contribui muito para a polarização que Itapuranga exerce. O setor possui um ramo variado de indústrias (indústria de pneu, alimentos, tijolos e telhas, entre outros) e agroindústrias – entre elas se destaca a agroindústria de etanol Vale Verde, que emprega muitos trabalhadores e movimentam a economia do município. Sobre essa diversificação produtiva e sua importância para a polarização, Deus (2012) enfatiza:

O papel dos centros de pequeno e médio porte na distribuição territorial do trabalho assume novas formas, que não são apenas de suporte à produção no campo, mas passam a contribuir para o aumento da produtividade espacial, por meio da produção e distribuição de mercadorias que circularam por uma infinidade de lugares ligados pelas redes globais. (DEUS, 2012, p. 205)

Entre as indústrias do município, algumas se destacam pelo papel que exercem no município como centros de emprego, renda e distribuição de produtos. A Cerâmica Mota emprega 92 trabalhadores e possui uma produção diária (telhas, tijolos, lajotas e telhão) de 52.440 peças. Esses produtos são distribuídos para 66 municípios do estado de Goiás (Figura 21) e dois municípios do Mato Grosso.

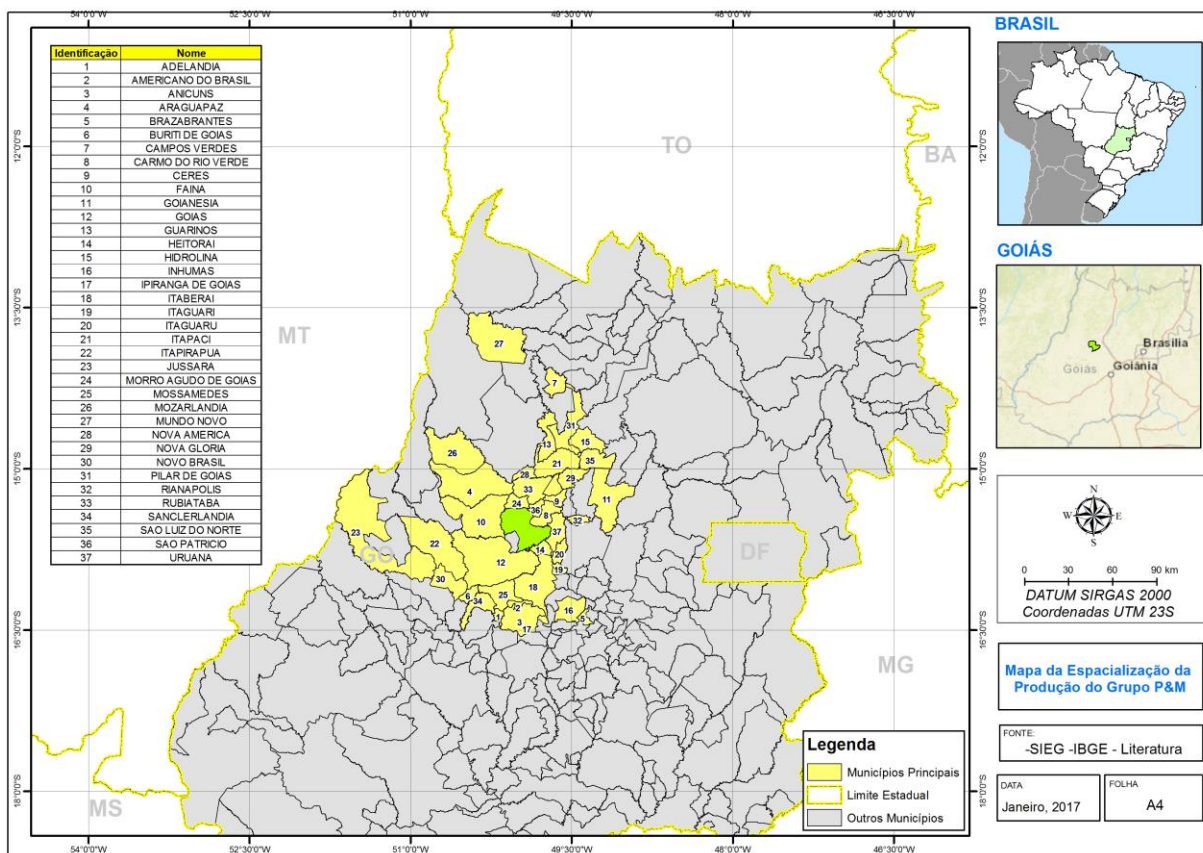
Figura 21 – Espacialização da circulação dos produtos da Cerâmica Mota de Itapuranga no ano de 2016.



Fonte: Secretaria Cerâmica Mota, 2016.

Outra importante empresa do município é o Grupo P&M, que atua em três ramos: alimentos (Produtos Itapuranga), tecnologia (GIPI Sistemas) e controle de pragas urbanas (Mota Dedetização). Entre os ramos de atividade do grupo, a agroindústria Produtos Itapuranga atua há 54 anos no mercado goiano. Segundo o empresário responsável pela empresa (Igor Mota), a agroindústria atende 50 municípios do estado de Goiás (Figura 22). Oferece uma produção diversificada, são mais de 30 itens derivados do milho, mandioca, arroz, sementes e amendoim. A GIPI Sistemas oferece software de gerenciamento de pequenas, médias e grandes empresas, ao todo são mais de 2000 usuários. A Mota Dedetização realiza o controle de pragas urbanas; atende variadas áreas: empresas públicas e privadas, residências e hospitais.

Figura 22 – Espacialização da circulação do Grupo P&M no ano de 2016.

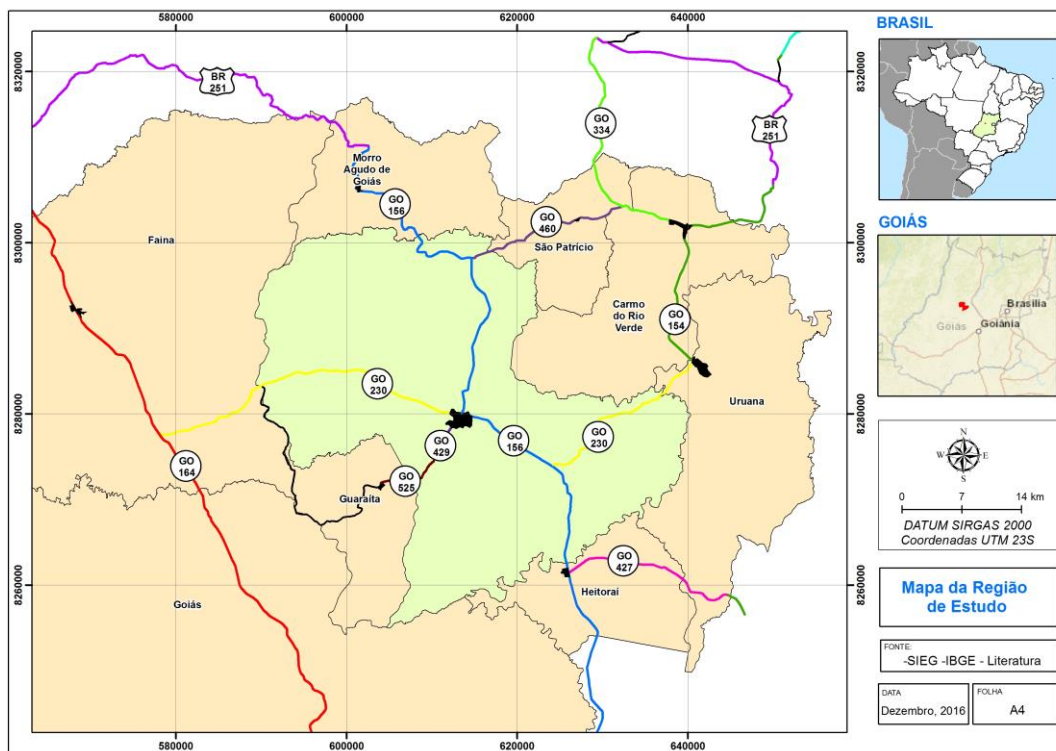


Fonte: Secretaria do Grupo P&M, 2016.

Dentro dessa dinâmica, as redes de circulação são muito importantes para a formação da polarização de Itapuranga, pois promovem a interligação e os relacionamentos entre o município e os centros de sua área de influência. De acordo com Corrêa (2006, p. 28), a circulação: “[...] engendra fluxos de pessoas, bens e serviços, ordens, ideias e dinheiro.” O município de Itapuranga beneficia-se por ter um bom sistema de circulação, pois possui rodovias estaduais que o ligam a todas as cidades de seu entorno (Figura 23). Esse fato favorece a construção de uma rede (fluxo de mercadorias, pessoas e informações) entre os municípios, colocando Itapuranga em uma posição de centralidade, pois apresenta maior disponibilidade de bens e serviços. Dois municípios só possuem acesso a capital Goiânia por meio da ligação com o município de Itapuranga: Morro Agudo de Goiás e Guaraitá. Itapuranga também se localiza próximo a uma rodovia federal BR – 153, passa pelo município de Rianópolis, distante 55 Km de Itapuranga. A cidade possui um campo de pouso para aviações de pequeno porte e de uso diurno; o aeródromo foi homologado pelo DAC (Departamento de Aviação Civil). Essa rede de circulação liga Itapuranga a sua área de

influência e também, aos principais centros de Goiás, promovendo uma maior integração e dinamismo para a economia do município.

Figura 23 – Rede viária do município de Itapuranga em 2016.



Fonte: SIEG/IBGE, 2016.

A rede de comunicação também se torna um importante elemento de integração e desenvolvimento das centralidades, pois os centros urbanos que detêm o controle dos meios de comunicação expandem sua atuação política, e em consequência, econômica sobre os centros que não possui tais meios. A rede de comunicação do município de Itapuranga é formada por emissoras de rádio: uma AM (Rádio Primavera) e duas FM (Rádio Alternativa e Rádio Mais FM). A Rádio Primavera AM emite o sinal para 29 municípios no Vale São Patrício e Vale do Araguaia, atingindo um total de 311.437 habitantes; também opera via internet, levando a programação para os vários cantos do globo. A Alternativa FM é uma rádio comunitária, devido à sua abrangência ser apenas local. Já a Rádio Mais FM possui uma abrangência maior entre as rádios de Itapuranga, faz uma cobertura em cidades do Vale de São Patrício, Vale do Araguaia e Meio Norte Goiano, atingindo um total de 1.121.046 habitantes (Tabela 13) e segundo a rádio, mais de cinco mil estabelecimentos comerciais.

Tabela 13 - Área de cobertura das rádios de Itapuranga em 2016.

Rádio Mais FM		Rádio Primavera	
Município	População	Município	População
Anápolis	334.613	Araguapaz	7.510
Anicuns	20.239	Aruanã	7.496
Americano do Brasil	5.508	Britânia	5.509
Araçu	3.802	Barro Alto	8.716
Araguapaz	7.510	Carmo do Rio Verde	8.928
Aruanã	7.496	Ceres	20.722
Buriti de Goiás	2.560	Faina	6.983
Britânia	5.509	Goianésia	59.549
Carmo do Rio Verde	8.928	Guaraíta	2.376
Caturai	4.686	Guarinos	2.299
Ceres	20.722	Hidrolina	4.029
Crixás	15.760	Ipiranga	2.844
Firminópolis	11.580	Itapaci	18.458
Goianésia	59.549	Itapuranga	26.125
Goianira	34.060	Jaraguá	41.870
Guaraíta	2.376	Matrinchã	4.414
Goiás	24.727	Morro Agudo de Goiás	2.356
Heitorai	3.571	Mozarlândia	13.404
Hidrolina	4.029	Nova América	2.259
Inhumas	48.246	Nova Crixas	11.927
Itaberaí	35.371	Nova Glória	8.508
Itaguari	4.513	Pilar de Goiás	2.773
Itaguaru	5.437	Rialma	10.523
Itapaci	18.458	Rianópolis	4.566
Itapirapuã	7.835	Santa Isabel	3.686
Itapuranga	26.125	Santa Rita do Novo Destino	3.173
Itauçu	8.575	São Luís do Norte	4.617
Jaraguá	41.870	São Patrício	1.991
Morro Agudo de Goiás	2.356	Uruana	13.826
Mozarlândia	13.404		

Nerópolis	24.210		
Nova Glória	8.508		
Nova Veneza	8.129		
Ouro Verde de Goiás	4.034		
Palmeiras de Goiás	23.338		
Petrolina de Goiás	10.283		
Pilar de Goiás	2.773		
Pirenópolis	23.006		
Rianópolis	4.566		
Rubiataba	18.915		
São Francisco de Goiás	6.120		
São Luís do Norte	4.617		
São Luís dos Montes Belos	30.034		
Taquaral de Goiás	3.016		
Trindade	104.488		
Turvânia	4.839		
Uruaçu	36.929		
Uruana	13.826		
Total	1.121.046		311.437

Fonte: Emissoras de rádio e Instituto Mouro Borges, 2016.

O município de Itapuranga também possui um jornal impresso (Jornal Impacto Xixá), uma revista (Revista Valle) e quatro empresas que oferecem banda larga – três regionais (Radar, GTVR e Net Amiga) e uma empresa nacional (OI). O Jornal Impacto Xixá circula em Itapuranga, Faina, Guaraíta, Heitorai, Morro Agudo e Uruana. A Revista Valle tem abrangência nas cidades de: Itapuranga, Guaraíta, Heitorai, São Patrício, Uruana, Carmo do Rio Verde, Faina, Morro Agudo de Goiás, Rubiataba, Ceres, Rialma, Nova Glória, Nova América, Ipiranga, Itaberaí e Goiás. A empresa de banda larga Radar oferece serviços para Itapuranga e também para Heitorai. A GTVR cobre os municípios de Itapuranga, Guaraíta, Heitorai e Morro Agudo de Goiás. A Net Amiga abrange os municípios de Itapuranga, Morro Agudo e Guaraíta.

Os centros urbanos relacionam-se constantemente com outras localidades da rede urbana a qual estão submetidos, formando um extenso fluxo de mercadorias, pessoas,

informações e prestação de serviços. Assim, as cidades não são pontos isolados, estão inseridas em uma rede de interações, trocas e complementariedades; dando origem a um grande sistema de rede urbana.

3.2 – Relações e interações do município de Itapuranga com sua rede urbana

Nas últimas décadas, temos vivenciado a expansão das cidades por vários territórios até então desarticulados dos grandes centros urbanos. A difusão traz consigo a necessidade de pensar a cidade a partir de sua organização socioespacial. No entendimento de Corrêa (1997), esses centros não são apenas conjuntos de formas e seus usos, existe uma complexidade que proporciona o movimento e a dinâmica dos centros urbanos, fato que promove a essência de cada cidade e dá origem a sua centralidade.

A origem da cidade, segundo Castells (1983), se dá com as técnicas e a organização social do trabalho, que permitem que os agricultores produzam o excedente, proporcionando o desenvolvimento de um sistema de divisão e distribuição. Nesse sentido, contribui o autor:

As cidades são a forma residencial adotada pelos membros da sociedade cuja presença direta nos locais de produção agrícola não era necessária. Quer dizer, estas cidades só podem existir na base do excedente produzido pelo trabalho da terra. Elas são os centros religiosos, administrativos e políticos, expressão espacial de uma complexidade social determinada pelo processo de apropriação e reinvestimento do produto do trabalho. (CASTELLS, 1983, p. 42)

Esse sistema social que se forma não é desconexo do meio rural, mas pelo contrário, mantém uma íntima ligação por meio do processo de produção; que articula a produção rural e as novas formas de produção e prestações de serviços que surgem nas cidades. Nessa relação, a cidade realiza a gestão de seu território por meio do aparelho político-administrativo. Assim, a cidade passa a exercer o papel de centralidade, tanto pelo controle de seu território, como também pela influência exercida sobre outros territórios. Segundo Souza, 2010:

A centralidade de uma cidade, já se viu, é função, acima de tudo, de sua capacidade de ofertar bens e serviços para outros centros urbanos, estabelecendo, desse modo, uma área de influência. Esta centralidade, portanto, é de natureza, acima de tudo, econômica. Uma cidade será tanto mais complexa e possuirá uma posição tanto mais elevada na hierarquia da rede urbana, quanto mais ela possuir essa capacidade de ofertar bens e serviços e capturar uma área de influência maior. (SOUZA, 2010, p. 57)

Nessa relação, as cidades se destacam devido à função que exercem, podem ser complexas (com variados produtos e serviços, atendem sua própria demanda e também de outros centros) e simples (oferta básica e local). Assim, não é o número de funções que uma cidade possui que determina sua importância dentro da rede, pois podem ser muitas, porém

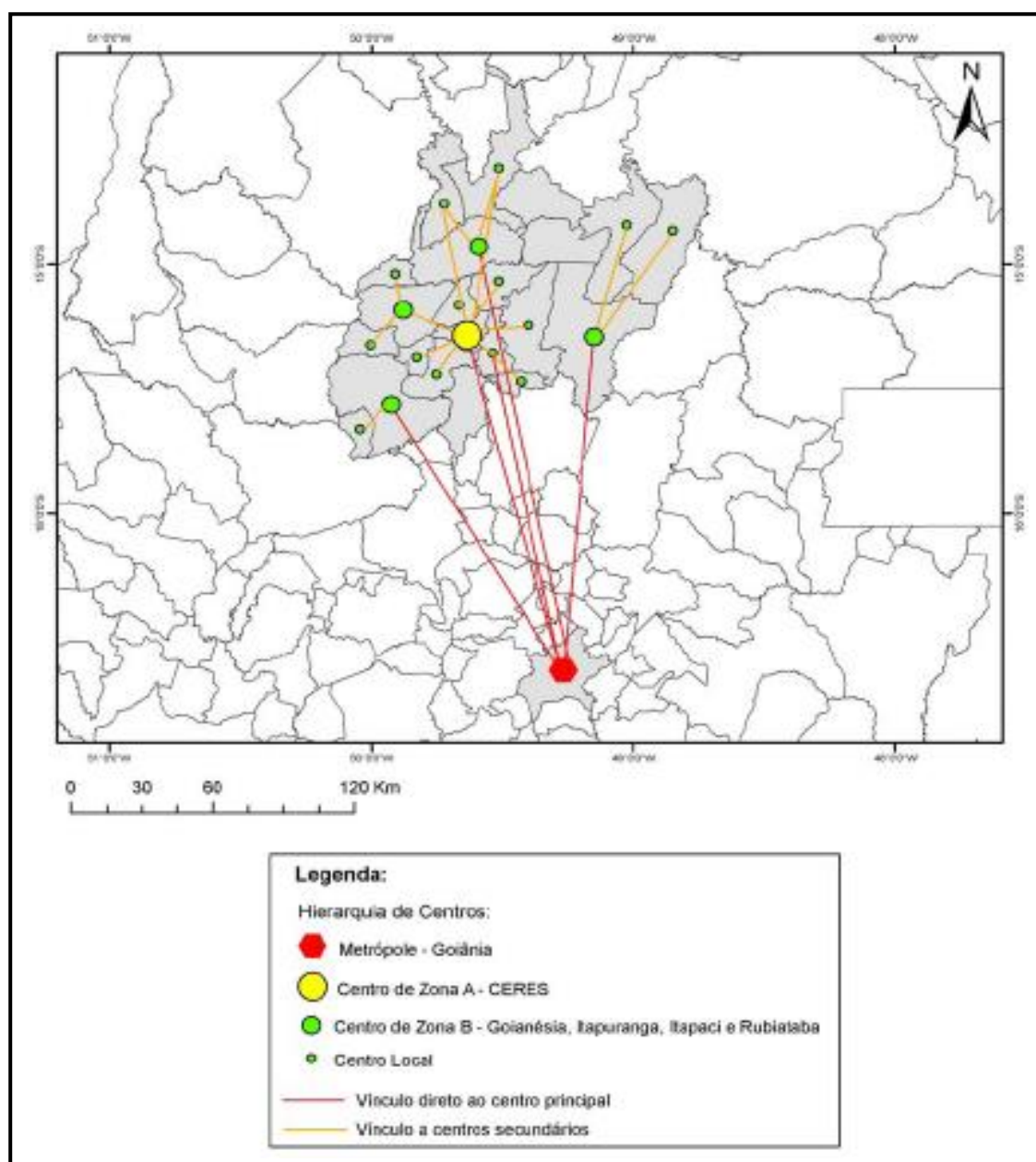
simples; o que vai determinar a importância são a complexidade e a integração da função exercida, sua capacidade de abrangência e complementaridade. Independentemente da capacidade produtiva e da ação de influência, as cidades mantêm relações de dependência, que formam os vários graus de centralidades existentes na rede urbana.

A formação da centralidade de Itapuranga se dá justamente por possuir uma complexidade funcional maior que a dos municípios de seu território de polarização. Apresenta um aparato urbano capaz de atender boa parte das necessidades de bens e serviços de seus habitantes e também dos moradores de cidades menores que não dispõem, de maneira satisfatória, de tais recursos. Do mesmo modo, os cidadãos do município de Itapuranga e também os dos municípios sob sua polarização, recorrem aos centros maiores para usufruírem dos bens e serviços que não são ofertados em suas cidades, como alguns equipamentos de tecnologia mais avançada ou utilização de alguns serviços especializados, como por exemplo, uma cirurgia de maior complexidade.

Nesse estudo, a classificação das cidades em pequenas, médias e grandes não é determinada pelo número populacional, como alguns autores o fazem. O Regic (2007) considera aquelas com até dez mil habitantes (cidade centro local). O número populacional ou o tamanho da cidade não consegue fazer uma real leitura dos centros urbanos, pois cidades com pequena população podem desempenhar uma significativa participação na rede urbana. Segundo Corrêa (1997), a inserção e a complexidade da função da cidade dentro da rede fornecem elementos mais concisos para a análise, pois permite compreender seu papel, influência e integração; enfim, a dinâmica dentro da rede urbana.

Partindo desse pressuposto, o município de Itapuranga participa da rede urbana polarizada por São Paulo, Goiânia e outros grandes centros; também participa de uma rede local, que tem como centro polarizador o próprio município. Na rede urbana de Goiânia (Regic 2007), Itapuranga está na periferia do sistema (Figura 24), polarizando apenas o centro urbano de Guaraíta.

Figura 24 – Região de Influência de Goiânia – REGIC (2007).



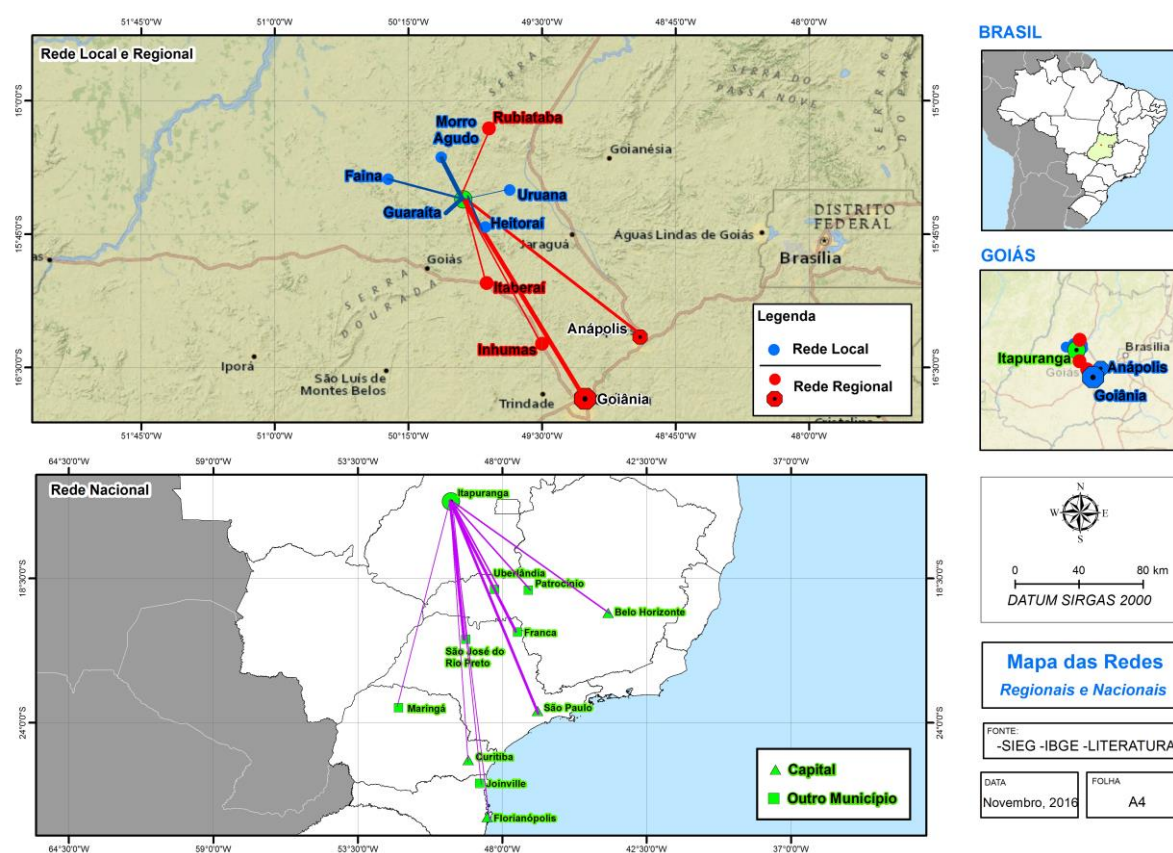
Fonte: Dissertação Lara Cristine G. Ferreira/REGIC, 2007.

Desse modo, as cidades pequenas participam ativamente dentro da rede urbana, por um lado, se constituem suporte para as cidades médias e grandes; por outro, se tornam centros mais ativos, mantendo uma relação direta e atuante com um ou mais circuitos de produção, inclusive fora de sua rede local. O sistema de redes torna os centros urbanos mais dinâmicos e flexíveis. Deus (2002, p. 199) afirma que as redes: “[...] transforma os centros em nós com ligações das mais diversas, tornando-as conexões na hierarquia das redes menos rígidas, levando a fluidez do território sem romper com a distribuição territorial do trabalho.”

Desse modo, não há uma hierarquia rígida dentro da rede urbana, os centros menores não são engessados a uma subordinação hierárquica; eles podem manter relações com outros centros, sem seguir necessariamente a hierarquia a qual estão submetidos. Assim, existe uma hierarquia quanto à polarização dos centros maiores sobre os menores, mas as relações comerciais entre os vários centros não dependem dessa relação; eles podem, independentemente de seu tamanho ou função, estabelecer diferentes relações com outros centros sem seguir uma ordem estabelecida. Como o caso do município de Itapuranga que está na área de polarização de Goiânia, porém mantém uma relação com outros centros polarizadores, como Anápolis, Brasília, São Paulo, entre outros.

Na atual rede de polarização de Itapuranga (Figura 25), o município se encontra no centro de sua rede, polarizando, segundo as pesquisas realizadas por este estudo (2016), um maior número de municípios do que foi evidenciado no último Regic (2007). Dentro da rede polarizada por Goiânia, o município de Itapuranga mantém uma maior relação com a capital, em menor intensidade com Anápolis e alguns relacionamentos com Itaberaí, Rubiataba e Inhumas. O relacionamento com Goiânia se dá por meio dos equipamentos e serviços que a capital oferece, como maquinários, comércio atacadista e principalmente, a rede hospitalar e a rede do Ensino Superior. Parte dos produtos ofertados em Itapuranga é oriundo do município de Goiânia, principalmente as lojas de vestuário e utilidades. O município é muito dependente da rede hospitalar de Goiânia, pois algumas especialidades não estão disponíveis em Itapuranga, como neurologia, reumatologia, hematologista, entre outras. Os hospitais do município não possuem UTI e não prestam serviços como hemodiálise, quimioterapia, tomografias e ressonâncias; sempre que um paciente necessita desses serviços, são deslocados para Goiânia. O Ensino Superior da capital também atrai muitos estudantes, pois os cursos mais procurados – medicina, direito, engenharia – não são ofertados em Itapuranga. A rede de supermercados do município compra parte de seus produtos nas cidades de Inhumas e Anápolis. O relacionamento com Itaberaí, segundo as pesquisas, se dá principalmente por meio da relação com a indústria São Salvador/Super Frango. O município de Itapuranga fornece os frangos produzidos nas granjas para a indústria e compra os produtos industrializados dessa empresa para serem revendidos no comércio local. A relação com o município de Rubiataba ocorre por meio da compra de móveis produzidos nesse município e também pela oferta do curso de graduação em Direito.

Figura 25 – Rede urbana local , regional, nacional do município de Itapuranga em 2016.



Fonte: Questionários de pesquisa aplicados em Itapuranga, 2016.

O município de Itapuranga também participa da rede urbana nacional, pois grande parte dos produtos ofertados no comércio local provém de importantes centros do Brasil. Segundo a pesquisa realizada no comércio local, os comerciantes compram mais dos atacadistas localizados em outros estados e em menor quantidade dos atacadistas de Goiás. O município de Itapuranga mantém um relacionamento mais intenso (Figura 25) com cidades de São Paulo (São Paulo, Franca e São José do Rio Preto), um relacionamento médio com as cidades de Minas (Patrocínio, Uberlândia e Belo Horizonte) e menor com as cidades do Paraná (Maringá e Curitiba) e Santa Catarina (Florianópolis e Joinville). Em sua rede local (Figura 25), a cidade de Itapuranga mantém uma relação de centralidade com os municípios vizinhos: Heitorai, Uruana, Carmo do Rio Verde, São Patrício, Morro Agudo, Faina e Guaraíta. De acordo com Deus (2002, p. 199): “[...] em escala regional, pequenas cidades podem exercer funções de comando diante de outros núcleos menores, que recebem, dentro da divisão regional do trabalho, comandos específicos [...]”. Devido às interações entre esses centros, criou-se um fluxo diário entre Itapuranga e os municípios de sua “hinterlândia”.

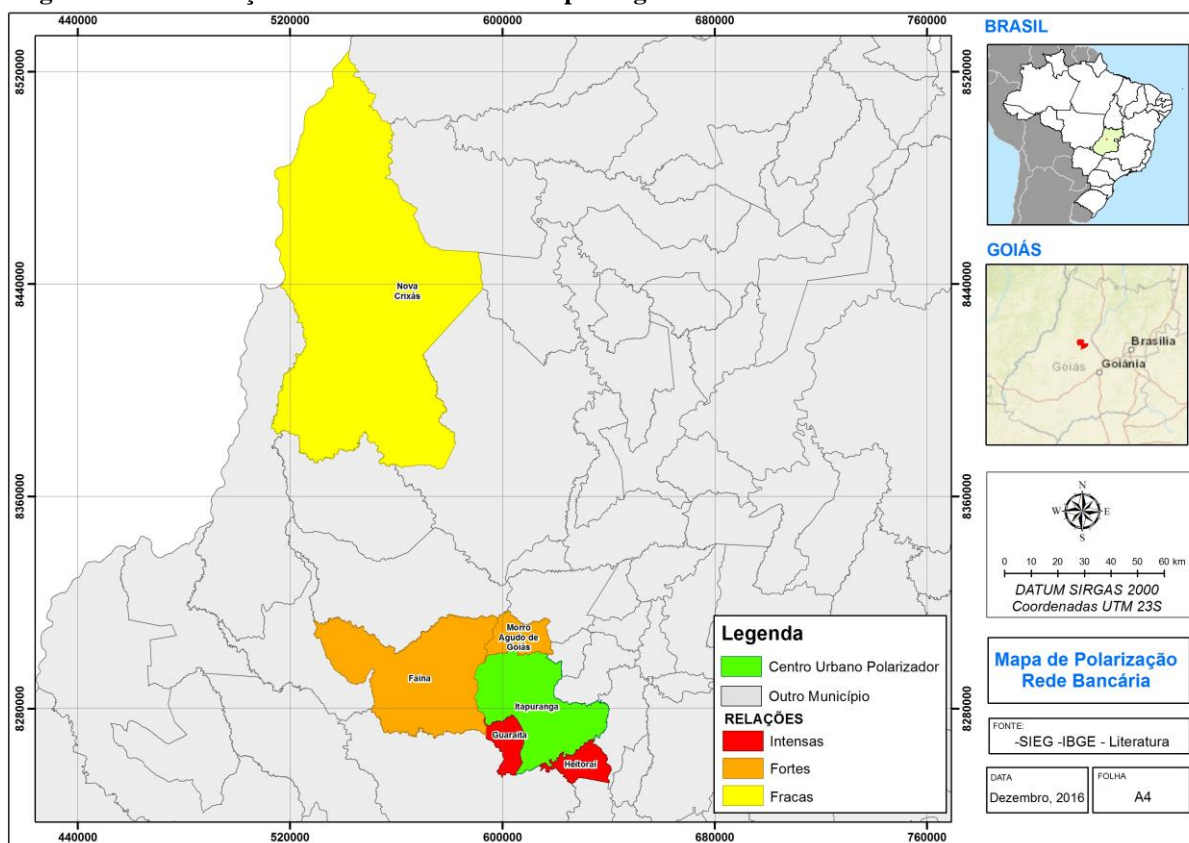
De acordo com a pesquisa, entre os centros urbanos polarizados pelo comércio de Itapuranga, Guaraíta e Morro Agudo mantém uma maior intensidade de relacionamentos com o município, em menor intensidade as cidades de Heitorai e Faina e alguns relacionamentos com as cidades de Uruana, Carmo do Rio Verde e São Patrício.

A dinâmica dentro da rede é impulsionada pela mobilidade espacial, que dá origem a diferentes fluxos que cortam os territórios dos municípios. Na concepção de Castilho (2016, p.53): “[...] além de possibilitar a circulação e a comunicação, as redes também tornam os espaços mais fluídos.” Nesse sistema de redes, as cidades são de fundamental importância, como salienta Deus (2002, p. 198): “[...] o desenvolvimento do capitalismo impõe nova gestão do território e novo papel às cidades, tornando-as nós na cadeia de fluxos de produção e consumo da nova dinâmica na ordem econômica vigente.” Desse modo, entre os centros existem fluxos de bens, serviços e informações, que são constantemente influenciados a se tornarem mais intensos e fluídos; criam-se meios que favorecem a fluidez entre os lugares. Vários são os fatores responsáveis pelos fluxos que se estabelecem entre o município de Itapuranga e os centros que estão sob sua polarização. Entre eles podemos destacar o incremento das vias de transportes, que facilitaram a locomoção das pessoas; pois todas as rodovias que ligam Itapuranga as cidades próximas são asfaltadas (Figura 23) e possuem linhas de ônibus diariamente.

Essa facilidade de locomoção estimula o fluxo de passageiros e em consequência, a formação da polarização de Itapuranga. Segundo entrevistas com moradores dos municípios limítrofes, eles se deslocam mensalmente e até semanalmente para Itapuranga com o objetivo de receber seus salários – principalmente os funcionários públicos – nas agências bancárias do município, pois não possuem agências em suas localidades. Segundo Corrêa (2006, p. 74): “[...] tanto em termos de localização como de atuação espacial, os bancos caracterizam-se por ser regionais [...]”. Assim, os bancos atendem a área de influência do município ao qual está situada a agência bancária. Os questionários aplicados na rede bancária de Itapuranga revelaram que os clientes de outras localidades utilizam os serviços da agência semanalmente e representam uma boa parte dos clientes; perfazendo no total, da metade a menos da metade de todos os clientes. A rede bancária de Itapuranga possui clientes das cidades de Heitorai, Guaraíta, Morro Agudo, Faina e Nova Crixás. Entre esses municípios, a rede bancária possui maior quantidade de clientes nas cidades de Heitorai e Guaraíta, em quantidade menor nos municípios de Morro Agudo de Goiás e Faina, e apenas alguns clientes em Nova Crixás (Figura 26). O questionário também revelou que as agências possuem clientes de todas as classes econômicas e que entre os produtos ofertados pelas

agências, os mais utilizados pelos clientes de outras localidades são os financiamentos rurais (custeio pecuário, FCO rural e Pronaf), créditos, capitalizações e seguros.

Figura 26 - Polarização da Rede Bancária de Itapuranga em 2016.



Fonte: Questionários aplicados na rede bancária de Itapuranga, 2016.

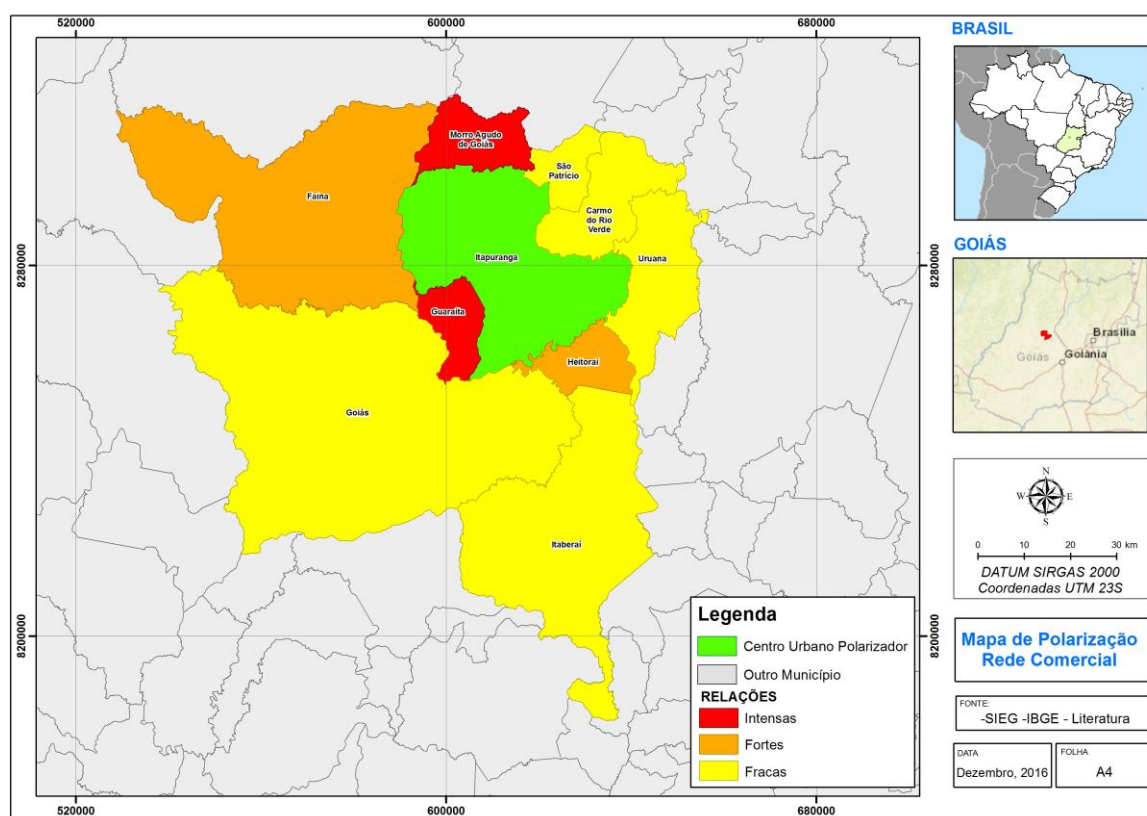
Ao se deslocarem para o município de Itapuranga para utilizar os serviços bancários, os moradores das cidades próximas, devido à disponibilidade e variedade maior de produtos no comércio local, já fazem suas compras antes de retornar a suas localidades. Ao estudar a polarização realizada por Catalão, Deus (2002) pondera sobre a influência exercida:

A infra-estrutura comercial e de serviços, construídas para atender às novas demandas (...) serviu também as comunidades vizinhas, que se deslocam a Catalão para obter serviços que não eram oferecidos pelos municípios. O que as atraíam eram áreas de saúde, ensino, lazer e comércio, com a aquisição de bens de consumo duráveis e não-duráveis, como roupas e produtos alimentícios mais sofisticados. (DEUS, 2002, p. 72)

Alguns centros urbanos criam uma estrutura capaz de complementar as insuficiências de centros menores que não oferecem determinados bens e serviços. A infraestrutura de Itapuranga atende às cidades menores de seu entorno, exercendo uma influência diferenciada segundo o meio polarizador. Segundo os questionários aplicados, o comércio de Itapuranga possui clientes das cidades de Guaraitá, Morro Agudo de Goiás, Heitorai, Itaberaí, Faina, Uruana, Carmo do Rio Verde, Goiás e São Patrício. Comparando a polarização exercida pela rede bancária com a polarização da rede de comércios de

Itapuranga, podemos observar que a polarização exercida pelo comércio atinge uma área maior, englobando mais municípios. Também há modificações na intensidade de relacionamentos, o comércio de Itapuranga possui maior intensidade de relacionamentos com as cidades de Guaraíta e Morro Agudo de Goiás; uma quantidade moderada com os municípios de Faina e Heitorai; e alguns relacionamentos com os municípios de Uruana, Carmo do Rio Verde, Goiás, Itaberaí e São Patrício (Figura 27). O questionário apontou que os clientes dos municípios próximos representam da metade a menos da metade de todos os clientes. Os clientes compram mensalmente no comércio itapuranguense e possui representantes de todas as classes sociais. Em entrevista a uma loja de móveis e eletrodomésticos, o gerente informou que até mesmo a população mais pobre dos municípios próximos vem ao comércio local fazer suas compras; como não podem vir todos os meses pagar o boleto das prestações, deposita na conta da empresa e ligam para comunicar o depósito.

Figura 27 - Polarização da Rede Comercial de Itapuranga em 2016.



Fonte: Questionários aplicados na rede comercial Itapuranga, 2016.

O Ensino Superior do município também se constitui em um importante meio polarizador, pois possui alunos de diversos centros urbanos goianos. Deus (2002, p. 214) ao estudar a polarização exercida por Catalão, afirma que: “Entre os elementos que produzem a polarização e a irradiação das externalidades do polo para sua área de influência (...) está a

estrutura educacional.” As três instituições de ensino superior atendem, além de Itapuranga, 28 municípios do estado de Goiás, com um total de 1.080 alunos matriculados (Tabela 14). O maior número de alunos das instituições é proveniente do próprio município (624 alunos), perfazendo um total de 57,8% dos alunos; já os outros municípios possuem juntos um total de 456 alunos, representando 42,2% dos alunos. A UEG abrange uma extensão espacial maior, pois engloba uma quantidade de cidades superior aos outros meios polarizadores. Porém algumas dessas cidades fornecem uma pequena quantidade de alunos, a maior porcentagem é do próprio município de Itapuranga (69%), os outros municípios juntos representam apenas 31% dos alunos. A instituição FAI possui uma abrangência espacial menor, polarizando os municípios próximos a Itapuranga; a maior parte de seus alunos é proveniente do próprio município (56%), os outros municípios representam 44% dos alunos. A unidade da UNOPAR de Itapuranga possui uma abrangência maior que a FAI, com alunos provenientes de centros urbanos que se destacam na rede, como Anápolis e Itaberaí; se diferencia das outras instituições por apresentar maior parte dos alunos oriundos de outras cidades (55%), os alunos de Itapuranga representam apenas 45%.

Tabela 14 – Municípios polarizados pelas instituições de ensino superior de Itapuranga em 2016.

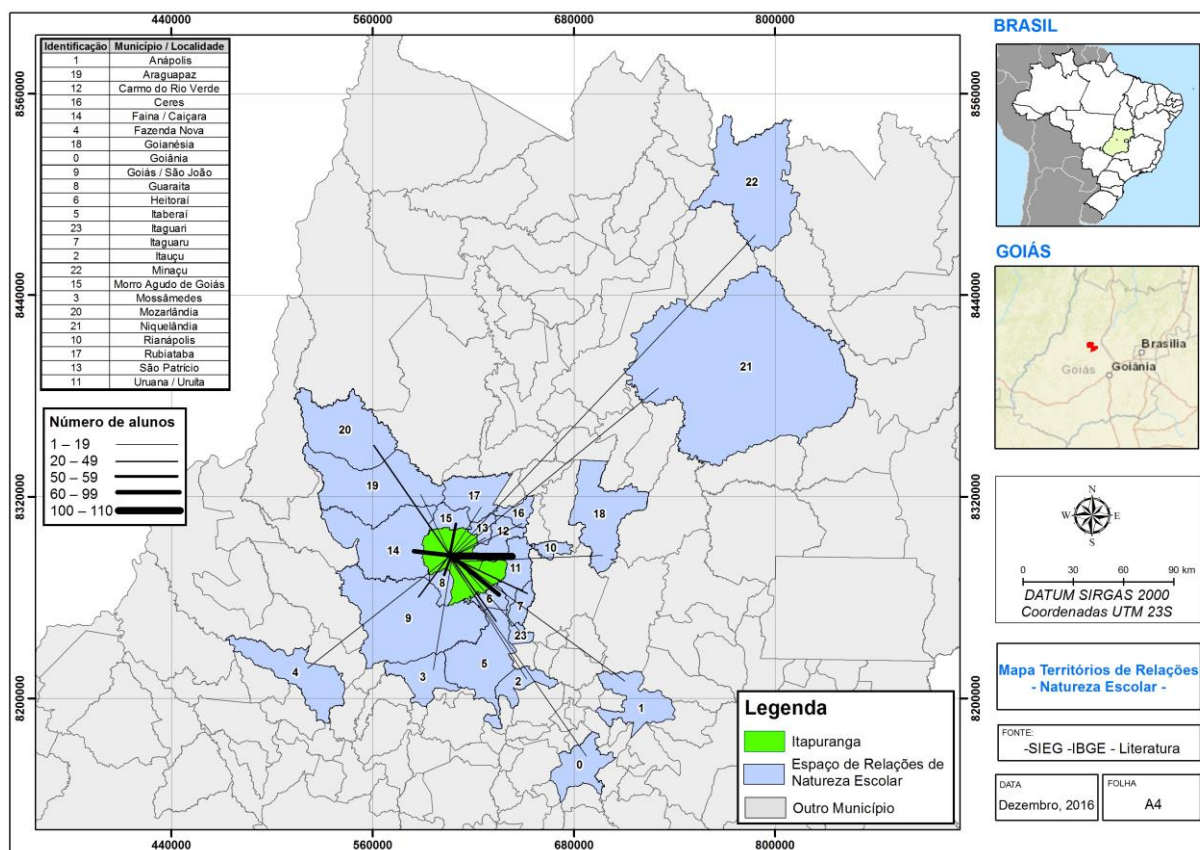
Municípios	UEG	FAI	UNOPAR	Total
Anápolis	-	-	02	02
Araguapaz	-	01	08	09
Caiçara/Faina	-	-	01	01
Carmo do Rio Verde	01	-	-	01
Ceres	01	-	-	01
Faina	04	10	53	66
Fazenda Nova	-	-	01	01
Goianésia	02	-	-	02
Goiânia	02	-	-	02
Goiás	04	-	10	14
Guaraíta	22	21	10	53
Heitorai	16	44	09	69
Itaberaí	02	01	14	17
Itaguaru	14	01	16	31
Itapuranga	260	208	156	624
Itauçu	01	-	-	01

Minaçu	01	-	-	01
Morro Agudo de Goiás	24	18	13	54
Mossâmedes	-	-	01	01
Mozarlândia	-	22	01	23
Niquelândia	01	-	-	01
Rianópolis	01	-	-	01
Rubiataba	01	-	02	03
São João - Goiás	-	-	01	01
São Patrício	02	01	-	03
Uruana	18	46	43	107
Uruíta/Uruana	-	-	01	01
Taguari	-	-	07	07
Total	377	373	349	1080

Fonte: Secretarias das instituições de ensino superior, 2016.

Entre os centros urbanos atendidos pelos estabelecimentos de Ensino Superior, o município de Uruana fornece maior número de estudantes (107 alunos), estabelecendo um relacionamento mais intenso com Itapuranga (Figura 28). Os municípios de Heitorai (69 alunos) e Faina (66 alunos) possuem um relacionamento forte; Morro Agudo de Goiás (54 alunos) e Guaraíta (53 alunos) mantêm um relacionamento médio; Itaguaru (31 alunos) e Mozarlândia (23 alunos) possui um relacionamento fraco; os demais municípios possuem um relacionamento muito fraco.

Figura 28 - Polarização do Ensino Superior de Itapuranga em 2016.



Fonte: Secretarias das instituições de ensino superior, 2016.

O setor de serviços do município de Itapuranga é bem diversificado, possui grande quantidade de variados prestadores de serviços especializados (Tabela 15). Segundo Santos (2012, p. 136): “[...] nos países subdesenvolvidos as cidades desempenham, em relação às suas regiões, o papel de centros de serviços.” O município de Itapuranga exerce esse papel ao ofertar serviços especializados em variadas áreas. Entre os municípios próximos a Itapuranga, apenas a cidade de Goiás, Itaberaí e Ceres possuem postos do Vapt Vupt e INSS. As clínicas médicas possuem especialistas em várias áreas: cardiologista, pediatra, ginecologista, psicólogos, estéticas médica, entre outros; também realizam variados exames médicos: eletrocardiograma, ultrassonografia, endoscopia, mamografia, etc. As clínicas odontológicas realizam serviços variados que vão desde os procedimentos simples a tratamentos especializados, como implantodontia. Itapuranga possui uma grande quantidade de escritórios de advocacia com atendimento a variadas especialidades. Enfim, de todos os prestadores de serviços apresentados na tabela 15, apenas os correios possuem agências nos municípios que estão sob a influência direta de Itapuranga; as demais demandas dessas cidades são supridas pela rede de serviços do município de Itapuranga.

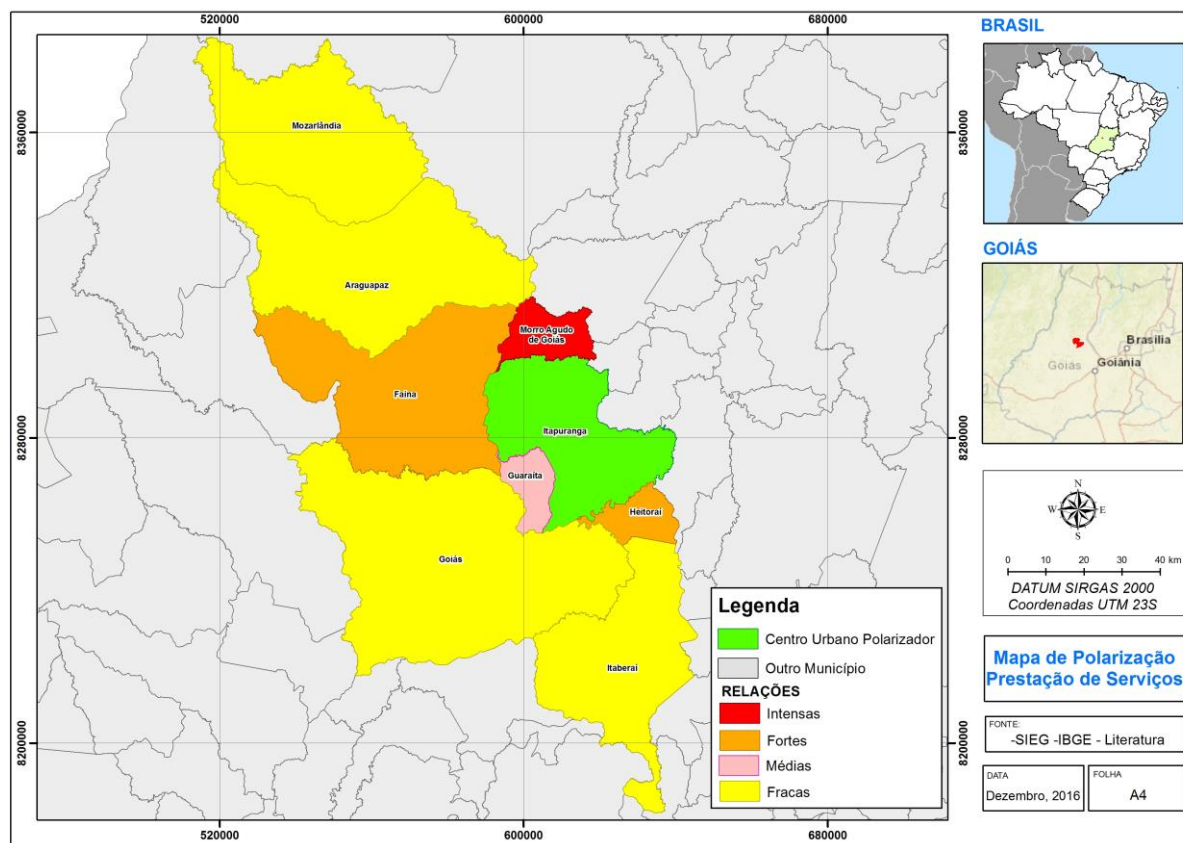
Tabela 15 – Setor de serviços do município de Itapuranga em 2016.

Prestadores de serviços	Quantidade
Vapt Vupt	01
INSS	01
Correios	01
Clínicas médicas	10
Clínicas odontológicas	14
Escritórios de Contabilidade	09
Escritório de advocacia	16
Escritório de arquitetura, urbanismo e engenharia	02
Laboratórios	04
Agência de turismo	01
Imobiliárias	04
Total	63

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Segundo os questionários aplicados, o setor de serviços de Itapuranga serve os municípios de Guaraíta, Morro Agudo de Goiás, Heitorai, Itaberaí, Faina, Goiás, Araguapaz e Mozarlândia. Entre os centros urbanos atendidos pelo setor de serviços, o município de Morro Agudo de Goiás fornece maior número de clientes, estabelecendo um relacionamento mais intenso com Itapuranga (Figura 29). Os municípios de Heitorai e Faina possuem um relacionamento forte; Guaraíta mantém um relacionamento médio; Goiás, Araguapaz, Mozarlândia e Itaberaí um relacionamento fraco. O questionário também apontou que os clientes dos municípios próximos utilizam os serviços de Itapuranga semanalmente, possui representantes de todas as classes sociais e representam mais da metade a grande maioria de todos os clientes. Desse modo, o setor de serviços de Itapuranga representa um importante meio polarizador do município.

Figura 29 - Polarização do setor de serviços de Itapuranga em 2016.



Fonte: Secretarias das instituições de ensino superior, 2016.

Entre os municípios citados pela pesquisa, alguns são recorrentes na maioria dos meios polarizadores; outros aparecem apenas em alguns meios. Devido a isso, podemos perceber que a polarização que Itapuranga exerce sobre os outros municípios possui diferentes graus e intensidades. A centralidade de Itapuranga é maior nos municípios limítrofes, que estão sob sua área de influência direta; pois há uma maior dependência desses municípios pelos bens e prestação de serviços de Itapuranga. Os municípios de Guaraitá, Morro Agudo de Goiás, Heitorai, Itaberaí, Faina, Uruana, Carmo do Rio Verde, Goiás, São Patrício, Araguapaz e Mozarlândia estão na área de influência direta de Itapuranga (Figura 30). Entre eles, Itapuranga possui relacionamento intenso com Heitorai, Guaraitá, Morro Agudo e Uruana; forte com Faina; fraco com Itaberaí, Carmo do Rio Verde, Goiás, São Patrício, Araguapaz e Mozarlândia.

atende a dinâmica local e o Xixazinho além de atender o local, também está voltado para as necessidades da dinâmica regional.

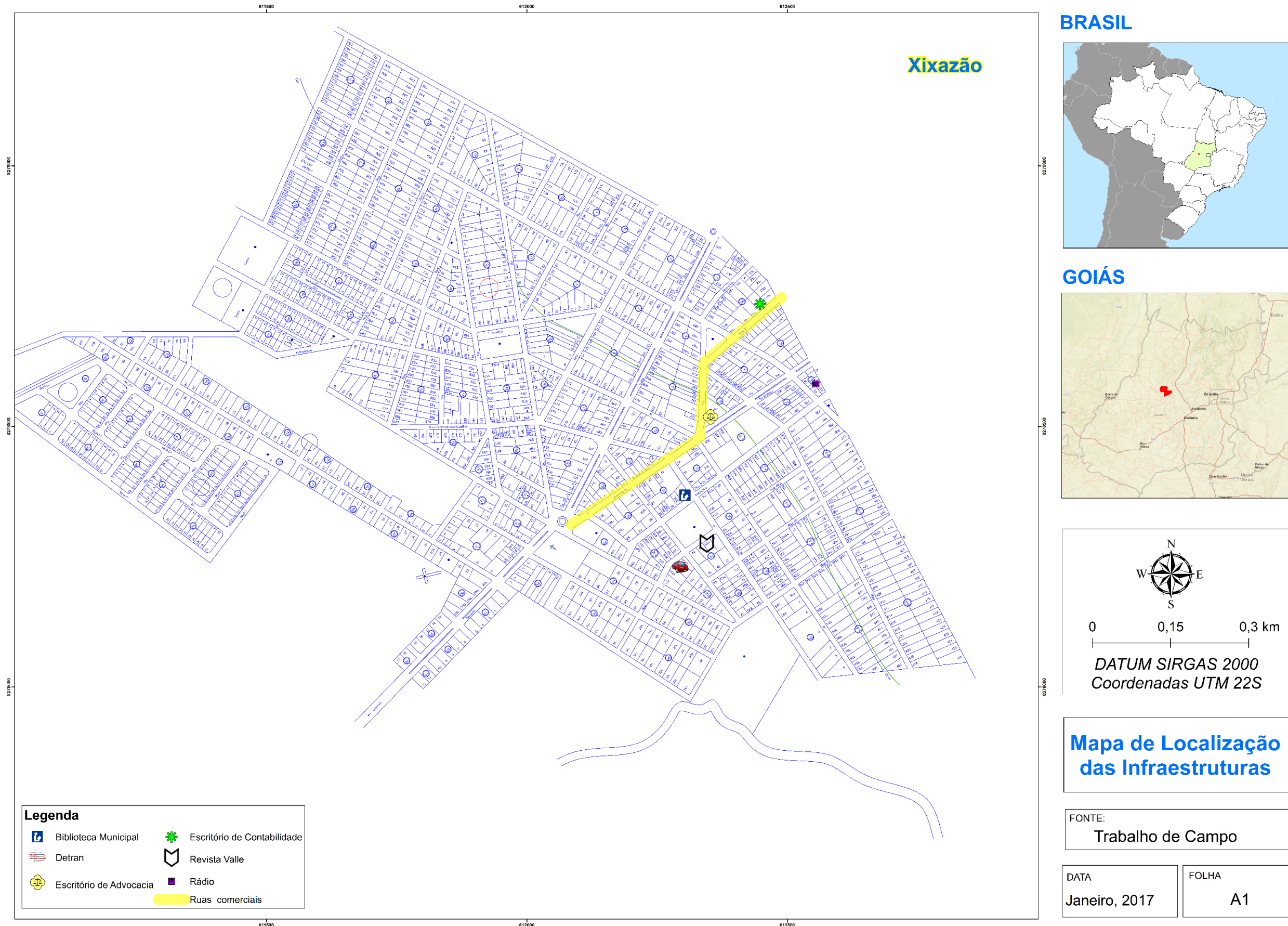
A formação dessas áreas diferenciadas no espaço urbano constrói diferentes cidades dentro de um mesmo centro urbano. Nesse sentido, contribui Santos (2012), ao afirmar que:

Existem duas ou diversas cidades dentro da cidade. Esse fenômeno é o resultado da oposição entre níveis de vida e entre setores de atividades de econômica, isto é, entre classes sociais. Pode ser verificado e medido pela análise diferencial de um certo número de características do habitat e do serviços de cada bairro, assim como pelas trocas entre as diferentes frações do tecido urbano. (SANTOS, 2012, p.190/191).

O Xixazão e Xixazinho têm elementos e características próprias, que vão originar as diferentes formas e funcionalidades dessas áreas. As cidades possuem muitas formas que se desenvolvem segundo influências externas, mas também segundo elementos próprios – características locais. O plano urbano das cidades não obedece a um padrão, é resultado da ação de agentes econômicos e sociais ao longo do processo histórico. Esse fato dá origem às diferentes paisagens e funcionalidades do tecido urbano.

O Xixazão, como atende a dinâmica local, possui estrutura e prestação de serviços mais simples. Os pontos de comércio existentes se localizam na extensão da Rua 45/ Avenida Anhanguera (Figura 31), as demais ruas são predominantemente residenciais. O comércio é pouco variado, oferece produtos básicos ao atendimento das necessidades da população local. São compostos por pequenos supermercados, casas de carne, frutas e verduras, farmácias, bares e lanchonetes. Apesar de abrigar alguns estabelecimentos públicos do município, como as instalações do Detran (Departamento Estadual de Trânsito) e a Biblioteca Municipal, o setor de serviços do Xixazão é bem limitado, possui apenas um posto de saúde, uma escola de ensino fundamental, uma feira coberta e a sede da Revista Valle.

Figura 31 – Espacialização dos meios polarizadores na malha urbana do Xixazão no município de Itapuranga em 2016.

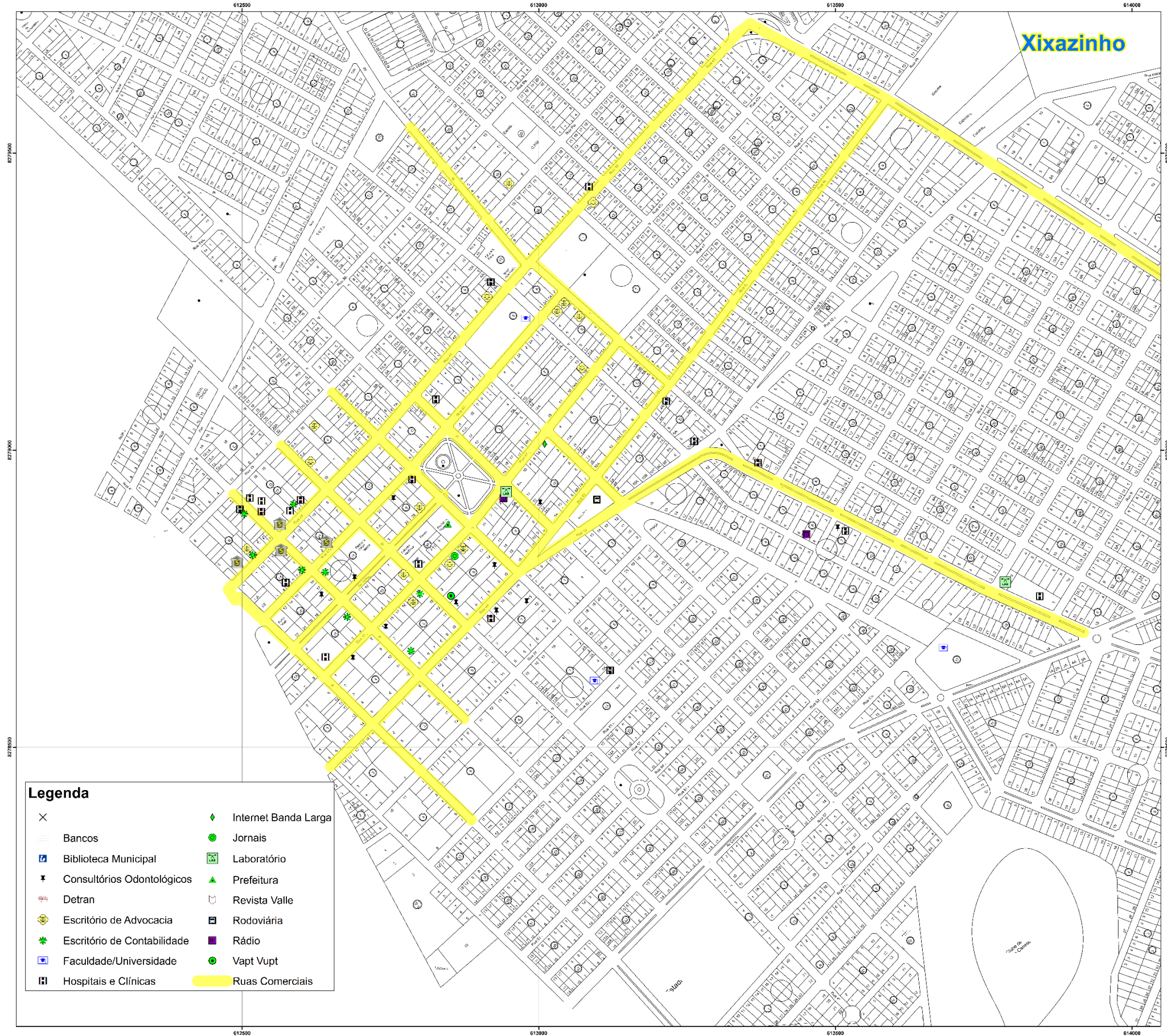


O Xixazinho, por atender a dinâmica local e regional, possui estrutura mais complexa, principalmente em sua área central, que abriga os principais meios polarizadores do município. Na visão de Santos (2012, p.198), o centro da cidade possui as características de: “[...] constituir o nódulo principal da rede de vias urbanas (...) e a de apresentar uma forte concentração de serviços de todos os níveis, especialmente comércios”.

A área central de Itapuranga concentra a maioria das ruas comerciais do município, principalmente a Rua 45, que é a via onde se concentra maior quantidade e variedade de comércios. Entre as ruas 45 e 49 formou-se uma estrutura de prestação de serviços bem variada, composta por uma grande quantidade de prestadores de serviços. A ampla maioria dos hospitais, clínicas, laboratórios, consultórios de odontologia, escritórios de advocacia, contabilidade e arquitetura se concentram nessa área (Figura 32). Por isso, essa área se constitui o centro comercial e prestador de serviços do município.

A dinâmica econômica do município repercute no crescimento da malha urbana de Itapuranga. Novas áreas urbanas são criadas pra abrigar a crescente população e também para drenar o capital excedente, sob a forma de especulação imobiliária. Em consequência desse processo, houve uma grande expansão urbana de Itapuranga nas últimas décadas, principalmente no Xixazinho. A cidade de Itapuranga possui ao todo 59 loteamentos residenciais (Figura 33), que foram sendo implantados ao longo do processo histórico do município. Os primeiros registros foram feitos na década de 1970, um total de 12 loteamentos. Em vinte anos (década de 80 e 90), o número de loteamentos registrados dobrou, atingindo 22 loteamentos. Nos últimos 16 anos, os loteamentos expandiram-se ainda mais, foram registrados 37 loteamentos. A média de registro dos últimos 06 anos foi muito superior a das décadas anteriores.

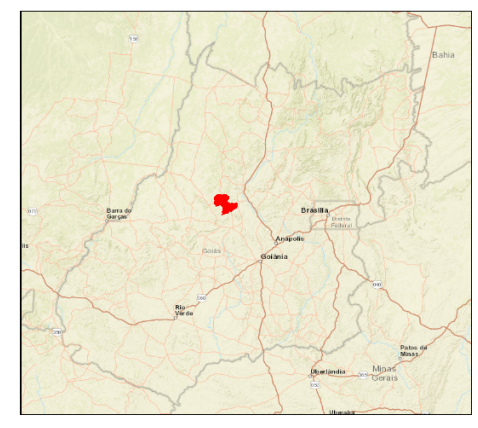
Figura 32 – Espacialização dos meios polarizadores na malha urbana do Xixazinho no município de Itapuranga em 2016.



BRASIL



GOIÁS



0 0,1 0,2 km

DATUM SIRGAS 2000
Coordenadas UTM 22S

Mapa de Localização das Infraestruturas

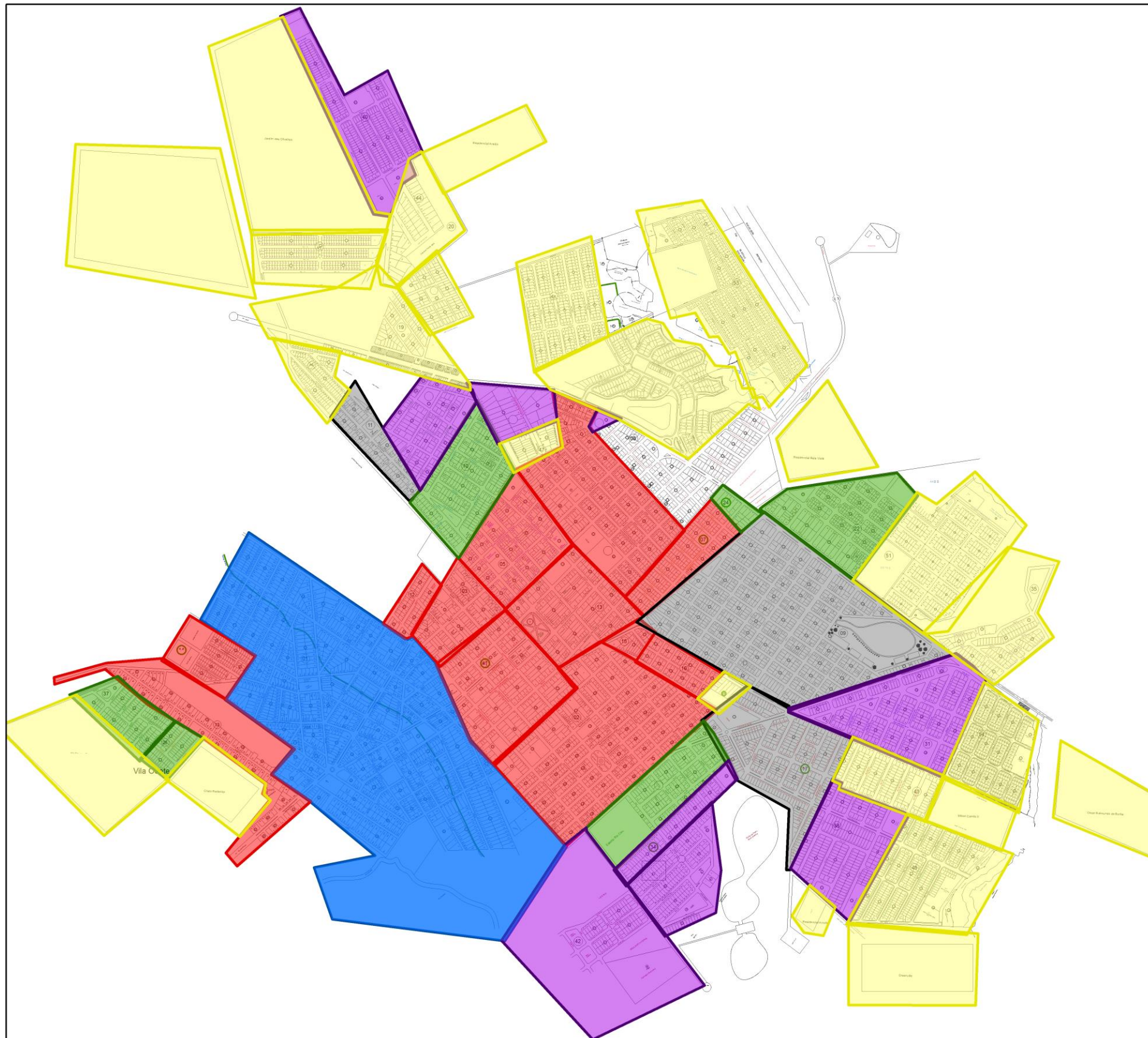
FONTE:
Trabalho de Campo

DATA
Janeiro, 2017

FOLHA
A1

- Legenda**
- X Bancos
 - 📖 Biblioteca Municipal
 - 🦷 Consultórios Odontológicos
 - 🚗 Detran
 - ⚖️ Escritório de Advocacia
 - 🧮 Escritório de Contabilidade
 - 🎓 Faculdade/Universidade
 - 🏥 Hospitais e Clínicas
 - 💎 Internet Banda Larga
 - 📰 Jornais
 - 🔬 Laboratório
 - 🏛️ Prefeitura
 - 📰 Revista Valle
 - 🚌 Rodoviária
 - 📻 Rádio
 - 🟢 Vapt Vupt
 - 🟡 Ruas Comerciais

Figura 33 – Evolução da expansão urbana do município de Itapuranga.



BRASIL



GOIÁS



Legenda

- Núcleo Inicial
- Loteamentos década de 2010
- Loteamentos década de 2000
- Loteamentos década de 1990
- Loteamentos década de 1980
- Loteamentos década de 1970
- Núcleo Inicial

FIGURA DA EXPANSÃO URBANA DE ITAPURANGA

Data
Janeiro, 2017

Folha
A3

Fonte
Literatura

Do total de loteamentos construídos em Itapuranga, a grande maioria se localiza no Xixazinho. O Xixazão possui 06 loteamentos e o Xixazinho um total de 53. Esse fato repercute nos preços dos lotes, há uma maior valorização no Xixazinho – a média dos preços na periferia varia de R\$ 55.000,00 a R\$ 100.000,00 – em consequência, os preços dos lotes do Xixazão são inferiores, variam de R\$ 30.000,00 a R\$ 70.000,00. Segundo Santos (2012), o crescimento da cidade é acompanhado pela especulação imobiliária, que é fonte de enriquecimento de algumas famílias, corretoras imobiliárias e cidadãos com reservas financeiras.

A maior parte dos loteamentos residenciais da periferia de Itapuranga é construída por corretoras imobiliárias, que compram áreas rurais situadas próximas à malha urbana e as transformam em lotes habitacionais. Segundo Corrêa (1995), essa atuação impulsiona a segregação:

A atuação espacial dos promotores imobiliários se faz de modo desigual, criando e reforçando a segregação residencial que caracteriza a cidade capitalista. E, na medida em que em outros setores do espaço produzem conjuntos habitacionais populares, a segregação é ratificada. (CORRÊA, 1995, p. 23/24)

O lucro obtido pelas corretoras é enorme, com a venda dos lotes urbanos, ganham até dez vezes o valor do terreno original. Esse lucro rápido também é usufruído por pessoas que detêm capital disponível, compram lotes nesses terrenos e esperam a valorização dos mesmos para depois venderem por um preço bem acima do valor que comprou. Esse processo é uma das consequências da modernização dos espaços urbanos, que coloca os recursos disponíveis a serviço da acumulação capitalista. Nesse sistema, enquanto muitas famílias não têm acesso a uma moradia própria, outras dispõem de muitos bens para continuarem aumentando seu patrimônio.

A construção do espaço urbano dos países subdesenvolvidos é marcada por divisões, oposições e contrastes setoriais nitidamente perceptíveis. As divisões e contradições presentes no espaço urbano são frutos do processo de modernização, que usa os recursos disponíveis (técnicos, econômicos, políticos e sociais) a serviço do capital. Isso provoca uma nítida divisão da malha urbana, que é marcada por várias desigualdades. Esse processo gera uma malha urbana fragmentada e segregada, porém articulada, onde os setores urbanos atendem às necessidades impostas pelo sistema capitalista. Para Santos (2012, p.194), nos centros urbanos existem dois modos de agrupamentos: “[...] de um lado, oposição entre bairros ricos e bairros pobres; de outro, oposição entre bairros dotados de comércio ou de outras atividades econômicas e bairros puramente ‘residenciais’.”

No município de Itapuranga, essas divisões da área urbana podem ser facilmente percebidas. Existem alguns bairros que em sua maioria são habitados pela classe social mais abastada, outros com moradores com poucos recursos; a área central da cidade concentra os principais ramos comerciais e prestadores de serviços; muitos outros bairros são predominantemente residenciais. Essas divisões da malha são mais intensas no Xixazinho (Figura 35), pois essa parte da cidade, por atender a dinâmica regional, está mais voltada para o processo de modernização – espaços articulados para ampliação do capital. No Xixazinho, a organização urbana foi estruturada para atender às necessidades locais e também, as da rede do município; por isso, os espaços são mais marcados e as contradições mais perceptíveis. Como o Xixazinho atende a dinâmica local, apesar de ter certa divisão urbana, não há grandes desequilíbrios e contradições.

O espaço de um centro urbano é formado pelos diferentes usos que se faz da cidade. Esses usos promovem uma organização fragmentada, porém, articulada no espaço das cidades. Corrêa (1995) observa que:

[...] cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais, ainda que de intensidade muito variável. Estas relações manifestam-se empiricamente através de fluxos de veículos e de pessoas associadas às operações de carga e descarga de mercadorias, aos deslocamentos cotidianos entre as áreas residenciais e os diversos locais de trabalho, aos deslocamentos frequentes para compras no centro da cidade ou nas lojas do bairro, às visitas aos parentes e amigos, e às idas ao cinema, culto religioso, praia e parques. (CORRÊA, 1995, p.07)

Essa articulação também pode ocorrer de maneira indireta, por meio da circulação de capital, pelas relações políticas e de poder. Segundo Corrêa (1995), o espaço é produto e reflexo da sociedade capitalista, por isso apresenta-se fragmentada, desigual e mutável. Os usos diferenciados divide o espaço urbano em área central (geralmente destinada à atividade comercial e prestação de serviços) e áreas residenciais, que são organizadas segundo a lógica capitalista, ou seja, por meio da condição econômica da população. As classes mais abastadas residem nas áreas dotadas de maior infraestrutura, as classes com recursos medianos fazem a intermediação entre essas áreas e os piores terrenos da periferia, que são destinadas às classes menos favorecidas. Porém, devido a sua dinâmica, o espaço urbano é mutável, há uma mobilidade entre as estruturas e classes sociais. Nesse sentido, pondera Corrêa (1995, p.70): “[...] a segregação tem um dinamismo onde uma determinada área social é habitada durante um período de tempo por um grupo social e, a partir de um dado momento, por outro grupo de status inferior ou, em alguns casos, superior, através do processo de renovação urbana.”

A “zona central” do Xixazinho (Figura 35), como demonstrado anteriormente, possui uma estrutura e organização capaz de atender às necessidades do município e também as das cidades próximas. Santos (2012, p. 198) enfatiza a complexidade da paisagem do centro da cidade em relação aos outros setores, ao afirmar que: “O ‘centro’ da cidade se caracteriza por uma paisagem arquitetural e humana muito mais complexa que nos setores precedentes.” O Centro de Itapuranga é funcionalmente articulado, as principais vias da cidade convergem para essa área. Apresenta um espaço bem heterogêneo, composto por variadas edificações e funcionalidades. Também concentra a maioria dos comércios e prestadores de serviços. Para Corrêa (1995, p. 38), a área central: “[...] constitui-se no foco principal não apenas da cidade mas também de sua interlândia. Nela concentram-se as principais atividades comerciais, de serviços, da gestão pública e privada, e os terminais de transportes inter-regionais e intra-urbanos.” A complexidade e mobilidade atrai a população que busca variedade e facilidade para fazer suas compras. Santos (2012) pondera que o centro se torna um lugar de reunião das categorias da sociedade. Além do papel econômico e político, a zona central também abriga algumas residências (Figura 35) que ainda resistem à dinâmica e transformações da área central.

Figura 34 – Organização espacial da malha urbana do município de Itapuranga em 2016.

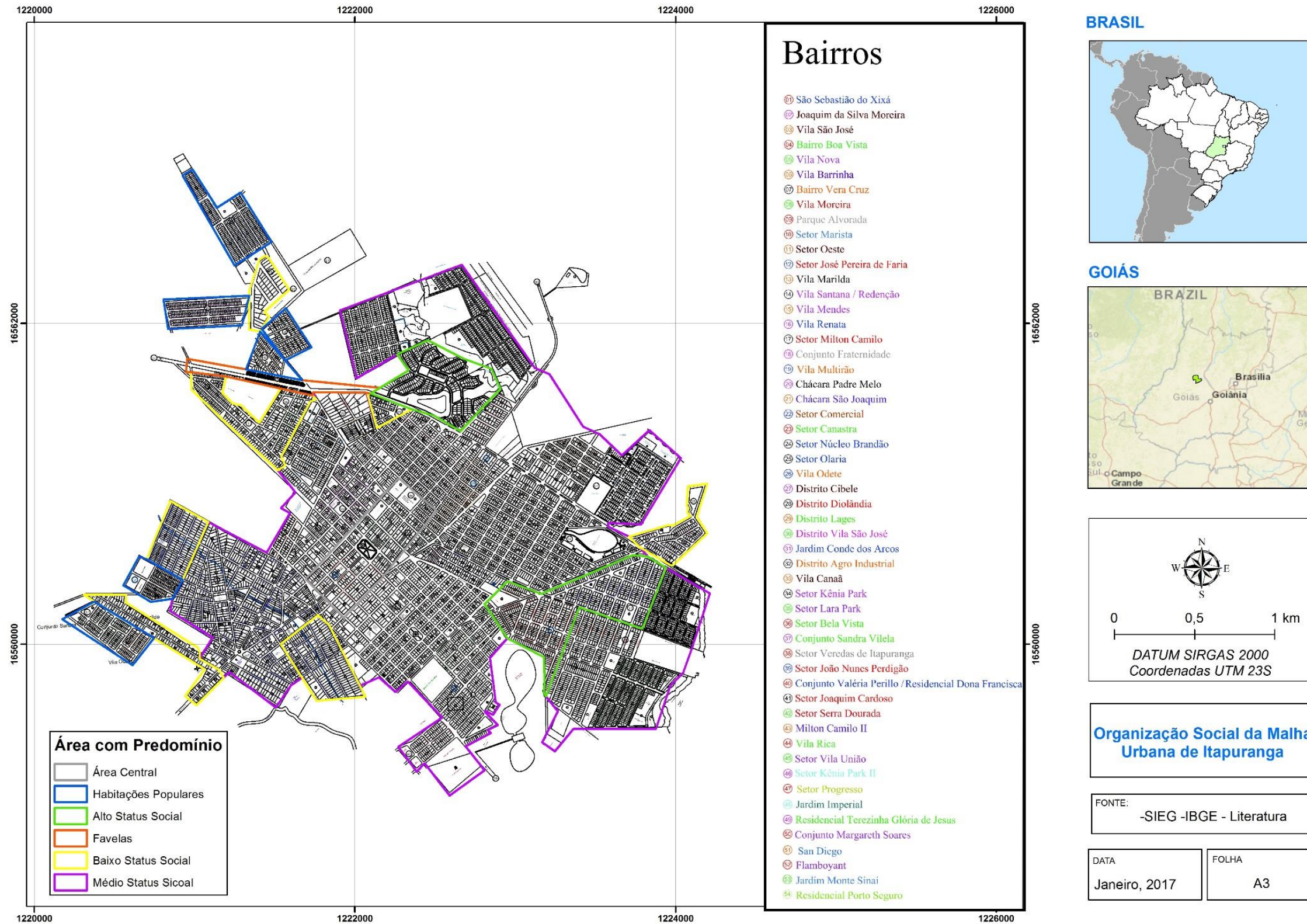


Figura 35 – Residências localizadas na área central do município de Itapuranga em 2016.



Foto: Campos, K. 2016.

A organização do espaço urbano dos municípios atende a lógica econômica imposta pelo capital, que constrói uma dinâmica urbana segundo a função do espaço e as classes sociais existentes na cidade. Corrêa (1995, p. 75), organiza o espaço da cidade Latino-Americana em duas porções: a área central e suas subdivisões econômicas; e a periferia, subdividida segundo o status social da população. Adaptando o esquema realizado por Corrêa a realidade de Itapuranga, organizamos a malha urbana do município em seis áreas distintas: área central, áreas com predomínio de alto status social, áreas com predomínio de médio status social, áreas com predomínio de baixo status social, área dos conjuntos habitacionais populares e área da favela.

Desse modo, alguns bairros abrigam uma população que tem em sua maioria recursos financeiros mais elevados – área com predomínio de alto status social (Figura 34). Esse espaço, além de ser mais calmo e arborizado, também é funcionalmente propício à construção das infraestruturas necessárias e as abastadas moradias dessa classe privilegiada (Figura 36). Segundo Santos (2012), esses bairros são bem amparados pelos equipamentos urbanos e apresentam uma funcionalidade que atendem aos anseios dessa população. Sobre a organização espacial dessas áreas, Corrêa (1995, p. 69) afirma: “As áreas residenciais de alto status localizam-se no setor de maiores amenidades, achando-se cercadas pelos setores de população de médio status. Diametricamente oposto encontra-se um amplo setor habitado

pela população de baixo status.” Os três bairros residenciais de alto status social de Itapuranga – Setor Milton Camilo de Faria, Jardim Conde dos Arcos e Residencial Flamboyant – são bem estruturados em equipamentos urbanos, possuem ruas asfaltadas, rede de água, elétrica, esgoto, telefônica e banda larga; e principalmente, possui vias de acesso rápido ao centro da cidade (Avenida Rio Tocantins e Rua 45).

Figura 36 – Residência localizada no Setor Milton Camilo de Faria do município de Itapuranga em 2016.



Foto: Campos, K. 2016.

Os bairros que abrigam uma população de condições medianas estão localizados logo após a área central e se estendem até os limites da área de baixo status, juntos formam a área com predomínio de médio status social (Figura 34). São predominantemente residenciais, porém possuem alguns comércios que atendem a população local. Corrêa (1995) observa que:

Por toda a cidade ocorrem pequenos agrupamentos de lojas localizadas em esquinas: duas a cinco lojas, como padaria, açougue, quitanda, farmácia, armazém, botequim, que atende às demandas muito frequentes da população que habita nos quarteirões imediatos ao agrupamento. Os comerciantes são moradores do bairro e conhecido dos fregueses. (CORRÊA, 1995, p. 51)

São bairros heterogêneos em suas paisagens, tanto em suas edificações – que vão de modestas casas a residências amplas e confortáveis – como também em suas funcionalidades. Alguns desses loteamentos, mesmo depois de vários anos de existência, ainda não possuem algumas infraestruturas, como asfalto, esgoto e rede telefônica (Figura

37). Apesar de tais problemas, nos últimos anos têm surgido muitos loteamentos residenciais no município de Itapuranga. Segundo a pesquisa realizada, somente no ano de 2016 foram registrados no cartório local dois loteamentos residenciais e mais dois estavam aguardando para serem registrados.

Figura 37 – Residencial Jardim Imperial no município de Itapuranga em 2016.

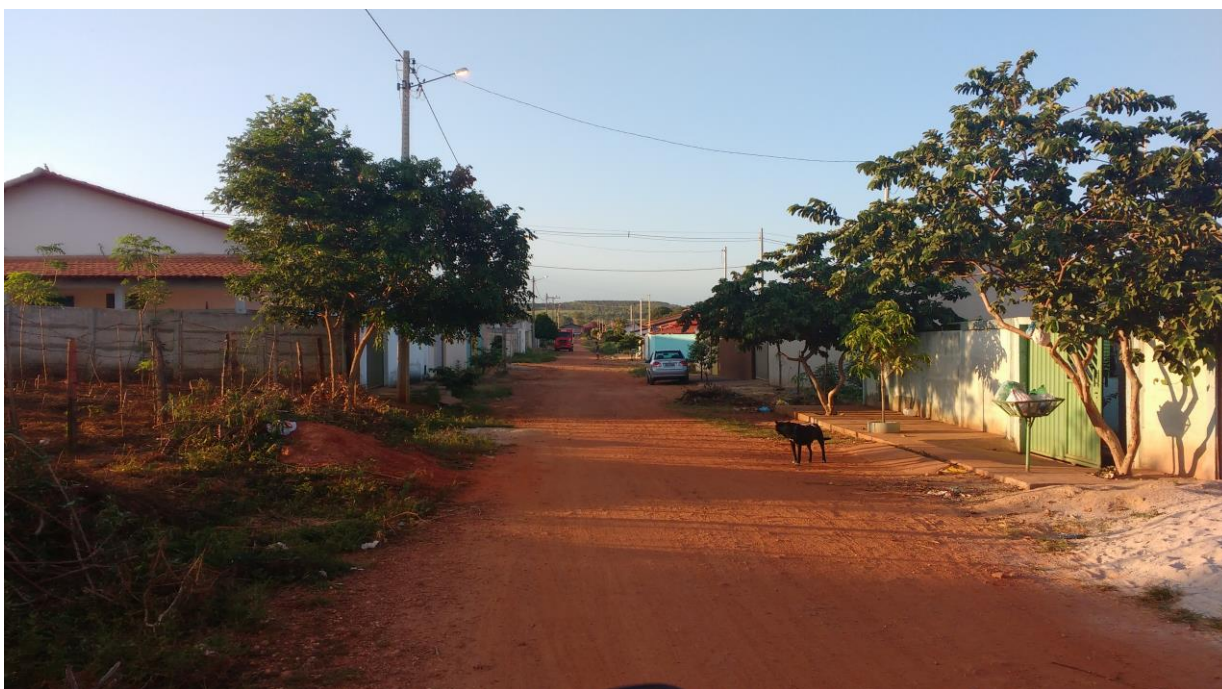


Foto: Campos, K. 2016.

Os bairros mais pobres da periferia, segundo Santos (2012), podem ser classificados em bairros habitacionais populares – que podem ter uma planificação de construção ou serem construídos em decorrência do crescimento espontâneo das cidades – e as favelas, que são construídas em terrenos menos valorizados, afastados do centro da cidade, geralmente em espaços públicos ou abandonados. Corrêa (1995) corrobora ao afirmar que esses tipos de moradias são as possibilidades da classe excluída:

Os grupos sociais excluídos têm como possibilidades de moradia os densamente ocupados cortiços (...) a casa produzida pelo sistema de autoconstrução em loteamentos periféricos, os conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado, via de regra também distantes do centro, e a favela. (CORRÊA, 1995, p. 29/30)

Em Itapuranga o destino das classes mais baixas não é diferente. Os bairros periféricos que abrigam a camada mais pobre da população formam as áreas com predomínio de baixo status social, as áreas dos conjuntos habitacionais populares e a áreas da favela (Figura 34). Alguns bairros, à época de seu loteamento, eram áreas distantes da zona central e

impróprias para habitações, pois eram terrenos muito úmidos e acidentados. Porém, tais terrenos passaram a abrigar uma população que não tinha recursos suficientes para adquirir moradia em outro lugar; essas áreas constitui um local com predomínio de baixo status social. São bairros com moradias e infraestruturas bem simples (Figura 38); muitas casas são construídas com placas de muro.

Figura 38 – Vila Mutirão no município de Itapuranga em 2016.



Foto: Campos, K. 2016.

O município de Itapuranga possui 07 conjuntos habitacionais populares que foram construídos pela prefeitura municipal em parceria com governos estadual e federal. Esses conjuntos atendem parcialmente à demanda de populações carentes que não possuem condições de adquirir uma moradia própria, formam a área dos conjuntos habitacionais populares. Essas unidades habitacionais são construídas em terrenos distantes da área central do município, com infraestrutura insatisfatória (muitos não possuem asfalto, rede de esgoto, telefônica e entrega de correspondências). As casas possuem um padrão uniforme (Figura 39) geralmente composta por poucos e pequenos cômodos.

Figura 39 – Conjunto habitacional Margareth Soares no município de Itapuranga em 2016.



Foto: Campos, K. 2016.

Normalmente localizados nas extremidades da periferia, as favelas se caracterizam por serem ocupações irregulares em terrenos baldios. Devido ao seu caráter clandestino, Santos (2012, p.197) pondera que: “A operação de ‘ocupação’ é realizada geralmente à noite para evitar a intervenção da polícia”. No município de Itapuranga, a área da favela foi construída por meio de ocupações no terreno baldio da “faixa de domínio”⁷ da GO 230 (Avenida Tancredo Neves). Como existia uma extensa faixa de terra em volta da avenida/GO, os moradores foram se apropriando do terreno de forma irregular e construindo suas moradias. Hoje, toda essa faixa está tomada por habitações e alguns pontos comerciais; as casas são bem próximas à rodovia (Figura 40). As infraestruturas e habitações são bem precárias, como enfatiza Santos (2012, p.197): “Quanto à infraestrutura e à qualidade da construção, são praticamente nulas, face ao caráter ilegal da instalação e, principalmente, ao nível de renda dos habitantes (...)”. De acordo com Secretaria de Tributos da prefeitura, as ocupações não foram legalizadas e não poderiam ser, pois a área invadida é de domínio da rodovia. Assim, são construções irregulares e áreas passíveis de desocupação.

⁷ Segundo o DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte), a faixa de domínio é a área que se estende da rodovia até o alinhamento das cercas ou construções. Essa área é uma faixa de segurança do trânsito.

Figura 40 – Casas na área de domínio da Avenida Tancredo Neves no município de Itapuranga em 2016.



Foto: Campos, K. 2016.

Mesmo com tantos desafios, é nesse tipo de habitação que os grupos menos favorecidos tornam-se agentes de resistência e promovem sua sobrevivência diante do sistema capitalista desigual e excludente. Corrêa (1995) pondera que:

É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros agentes. A produção desse espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência. (CORRÊA, 1995, p. 30)

Ações e resistências que produzem um território vivo, com áreas articuladas e organizadas segundo os interesses de agentes econômicos, políticos e sociais; juntos formam o organismo urbano. A atividade econômica dinamiza as articulações interiores e exteriores de modo a promover o funcionamento de todo organismo. As áreas situadas na periferia alimenta o centro econômico do organismo, oferecendo mão-de-obra e consumidores para a estrutura montada no centro. Os bairros periféricos também alimentam a necessidade de mão-de-obra das indústrias, agroindústrias e confecções situadas na periferia da malha urbana. A riqueza gerada nessas áreas, também é drenada para o centro do organismo; de uma maneira direta, por meio do pagamento de impostos e tributos, também pelos depósitos realizados nas agências bancárias; e indiretamente pela inserção dos salários dos trabalhadores no comércio

e prestação de serviços da área central. Em contrapartida, parte da renda absorvida pelo centro é reaplicada nas áreas periféricas, por meio de incentivos fiscais, programas de financiamentos, melhorias na infraestrutura e na prestação de serviços (assistência médica, odontológica, etc.) dos bairros periféricos.

Enfim, a malha do sítio urbano se torna um organismo vivo, integrado e dinâmico; porém, com segregação. A renda gerada não é distribuída de maneira igual entre as classes econômicas e tampouco, entre as áreas da malha urbana. Segundo Santos (2012, p.210): “O planejamento habitacional, nas condições atuais, reforça as tendências segregacionistas.” Esse processo é uma das consequências da modernização, que estrutura a funcionalidade da malha urbana segundo os interesses do capital, segregando boa parte da classe trabalhadora às piores áreas da periferia da cidade. Castilho (2016, p. 47) pondera que: “A dispersão da pobreza e os contrastes visíveis nas paisagens das cidades não representam o reverso de um processo econômico nem o atraso de países como o Brasil, mas o tipo de modernização que nele foi imposta e reproduzida.” Uma modernização que atinge, por meio de processos e ações políticas, todos os lugares; porém ela não atende os interesses e objetivos de todos, se efetiva por meio de diferentes maneiras e intensidades.

A dinâmica do município de Itapuranga reforça seu papel de centro polarizador perante os municípios de sua área de influência, se constituindo um importante centro de oferta de bens e serviços. Esse processo proporciona a criação de um território fragmentado, desigual e contraditório, projetado para absorver as externalidades capitalistas e remetê-las para sua região de influência. Cria-se uma rede de influências marcadas pela desigualdade, pois as cidades influenciam e são influenciadas segundo a posição que ocupam na estrutura da rede urbana. Dessa forma, Itapuranga reafirma sua centralidade perante as cidades menores, drenando boa parte do capital produzido nessas localidades por meio da oferta de produtos e serviços não disponíveis nesses municípios. Os centros urbanos se tornam organismos de reprodução capitalista, organizando o sistema urbano e rural para atender às demandas impostas pela lógica de reprodução do capital, subjugando os interesses da população em detrimento aos interesses econômicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na primeira parte deste estudo foram discutidos os fundamentos teóricos da modernização e rede urbana para compreender que na atual dinâmica socioespacial, o processo de modernização atinge todos os territórios e provoca modificações em suas estruturas, formando redes urbanas hierarquizadas e interligadas. Mas esse processo ocorre de maneira e intensidade diferenciada, pois se constitui em um misto de aspectos internos e ações políticas externas, engendradas segundo as relações sociais de produção. Dentro desta lógica, os centros urbanos se tornam meio de desenvolvimento e reprodução dos ideais capitalistas modernos.

A dinâmica de Itapuranga reproduz a maneira que o espaço do município foi organizado para atender aos anseios do modo de produção capitalista. A estrutura urbana possui dois centros de influência: o Xixazão atende à dinâmica local e possui funcionalidade mais simples; o Xixazinho está voltado para as demandas locais e regionais, possui funcionalidade mais complexa, constituindo-se no centro econômico e político do município. O espaço rural de Itapuranga também é organizado para atender às necessidades do processo de modernização, que insere inovações tecnológicas no campo para atender à demanda do setor industrial.

Assim sendo, a modernização se constitui na difusão desse modo de produção capitalista e das relações sociais geradas por esse processo. A inserção desses mecanismos em Itapuranga ocorreu de maneira gradual e foi preparando o município com a implantação de novos objetos técnicos, para atender aos imperativos do capital. Esse processo promove a criação de necessidades capitalistas que repercute no modo de vida da população, estimulando o consumismo. Assim, a modernização se torna dinâmica, pois envolve a difusão técnica e ideológica, transformando as estruturas do território.

A modernização implantada em Goiás promoveu a estruturação técnica, econômica e política do território, inserindo-o na rede de produção dos grandes centros do país. A implantação das redes técnicas, as políticas de desenvolvimento e integração do interior goiano possibilitaram a criação de novos centros urbanos, que passam a ser articulados em redes e fluxos, possibilitando a estruturação da rede urbana de Goiás. Dessa forma, as redes urbanas constituem um conjunto de cidades articuladas hierarquicamente segundo a complexidade da função que exercem. As cidades com maior complexidade funcional se encontram no topo da hierarquia urbana, são grandes centros de produção, distribuição, consumo e gestão do território. Alguns centros urbanos possuem uma

complexidade menor, porém contam com uma funcionalidade que atende sua demanda local e também a de outras cidades menores; são os chamados “centro de zona” pelo Regic (2007). Na periferia do sistema se encontra as “cidades locais” que possuem funcionalidade simples, por isso atendem apenas às necessidades básicas de sua população.

Ao analisar os estudos publicados pelo IBGE (Regics) podemos concluir que a estrutura urbana brasileira e goiana teve uma evolução gradual e progressiva. À medida que o processo de modernização do território foi avançando e promovendo mudanças na estrutura espacial, os centros urbanos foram se difundindo pelo território, interligando-se e dinamizando a rede urbana. Assim, os relacionamentos dentro da rede se tornam mais intensos e complexos. Alguns centros goianos (Goiânia, Brasília e Anápolis) sempre se destacaram na rede urbana, porém Goiânia assumiu a posição de principal centro. Esse fato se deve ao desenvolvimento e complexidade de suas estruturas, capaz de atender aos interesses que os demais municípios não conseguem suprir; se constituindo em um centro de decisão, gestão e controle do território.

A polarização dos centros urbanos é exercida em vários graus e intensidade dentro da rede, pois alguns municípios desempenham uma centralidade em sua região. O município de Itapuranga é um desses centros, possui uma estrutura urbana capaz de atender dinâmica regional dessa área de influência. No decorrer da constituição do processo histórico, ações de grupos sociais locais e agentes externos foram desenvolvendo a estrutura interna, promovendo o crescimento e dinamização da economia do município. A implantação de novos elementos (estabelecimentos de saúde, instituições de ensino, comércios, rede bancária, agroindústrias e indústrias) interliga a estrutura local aos imperativos da dinâmica capitalista.

A implantação da Pite/Vale Verde em Itapuranga promoveu mudanças em todas as estruturas do município, criou novos postos de trabalho, dinamizou a economia local, fortaleceu o domínio político da cidade; porém, a produção do campo e recursos naturais ficaram subordinados aos interesses capitalistas. Assim, houve a desestruturação da agricultura familiar, intensificação do esvaziamento do campo e aumento das desigualdades sociais na cidade. Há também certa dependência do município em relação à agroindústria, pois nos períodos de paralisação da produção houve diminuição dos postos de trabalho e parte do capital deixou de ser inserido no município. Apesar de tais problemas, a Vale Verde representa muito para o município, pois continua abrigando um bom número de funcionários; com isso, estimula o crescimento econômico, dinamiza a economia local, fortalece o domínio político e a centralidade exercida por Itapuranga.

Essa centralidade se dá por vários meios, envolve toda infraestrutura do município, que é superior ao das cidades próximas. A estrutura da rede de ensino superior, bancária, comercial e prestação de serviços atende às necessidades do município e também da rede local e regional. Assim, a oferta desses produtos e serviços coloca Itapuranga como um centro polarizador, pois confere ao município um domínio econômico sobre os centros de sua área de influência; drena parte do capital produzido nesses centros e estabelece fluxos diários entre Itapuranga e os municípios polarizados.

Ao analisar os relacionamentos e interações de Itapuranga com sua rede urbana podemos concluir que dentro da rede regional, Itapuranga possui maior intensidade de relacionamentos com Goiânia, pois necessita de algumas especialidades que o município não dispõe. Porém, quando se trata da procedência dos produtos ofertados no município, os relacionamentos são mais intensos com a rede nacional, principalmente com São Paulo. Na área de influência de Itapuranga, a polarização ocorre com intensidade e abrangência diferenciada, pois depende de cada meio polarizador. A polarização realizada pela rede bancária é mais intensa com Guaraíta e Heitorai; abrange um menor número de municípios. Já a polarização da rede comercial engloba maior quantidade de centros urbanos, sendo exercida com maior intensidade em Guaraíta e Morro Agudo de Goiás. Quando nos referimos à rede de ensino superior, a abrangência espacial é maior que os demais meios polarizadores. As instituições de ensino superior possuem alunos de várias localidades do estado, inclusive importantes centros da rede urbana, como Goiânia e Anápolis; porém, a maior intensidade de relacionamentos ocorre com Uruana. O setor de serviços também polariza grande número de municípios, inclusive a cidade de Goiás que já exerceu forte influência sobre Itapuranga. A maior intensidade de relacionamentos desse setor ocorre com Morro Agudo de Goiás.

Ao englobar todos os meios polarizadores, algumas cidades são recorrentes (Faina, Araguapaz, Mozarlândia, Morro Agudo de Goiás, São Patrício, Carmo do Rio Verde, Uruana, Heitorai, Itaberaí, Goiás e Guaraíta). Esses centros urbanos formam a área de influência direta de Itapuranga, pois mantém maiores relacionamentos com o município, mas com intensidades diferentes. Dentre essas cidades, as que mantêm um relacionamento intenso e forte com Itapuranga (Guaraíta, Heitorai, Uruana, Morro Agudo de Goiás e Faina), formam a área de influência imediata do município. Assim, o arranjo espacial da rede de influências de Itapuranga se torna complexo, articulado e desigual.

Essas características também são reproduzidas na organização espacial de Itapuranga, que é moldada segundo a lógica de reprodução capitalista. Esse processo produz uma malha urbana funcional, apta a atender aos interesses do modo de produção moderno. O

Xixazinho como atende à demanda local e regional possui funcionalidade mais dinâmica, pois concentram os principais pontos comerciais, prestadores de serviços e órgãos de gestão do município. Esse processo repercute na expansão da malha urbana, ao mesmo tempo, produz a fragmentação e a segregação socioespacial. O surgimento crescente de novos loteamentos estimula a especulação imobiliária, que promove o enriquecimento de uma pequena parcela da população e a segregação das piores áreas da periferia à população mais carente. O rápido crescimento dos loteamentos periféricos leva à falta de infraestrutura e a formação de zonas marginalizadas em suas extremidades, negando a uma parcela da população o direito de usufruir de maneira satisfatória dos bens e serviços disponíveis. Assim, forma-se uma organização espacial capaz de atender à expansão do modo de produção, porém incapaz de atender aos anseios de todas as classes sociais, segregando parte da população a precárias condições de vida.

A pesquisa sobre Itapuranga revela que a dinâmica socioespacial de um município só pode ser compreendida no contexto da rede urbana, e esta, por meio do processo de modernização; pois os espaços e o modo de vida urbana são transformados para atender a reprodução do capital. Desse modo, tornam-se interligados pelas técnicas e fluxos difundidos pela modernização territorial, passando a exercer funções de complementariedades dentro da rede urbana a qual estão submetidos. Essa realidade imprime uma dinâmica entre os centros urbanos, com relações e interações de diversas ordens, formando as centralidades existentes. Assim, o município de Itapuranga se insere na rede modernizada dos grandes centros urbanos do país, tornando-se um centro dinâmico, mas marcado por contradições e desigualdades sociais.

REFERENCIAS

- APL – Termo de Referência do Arranjo Produtivo Local. Itapuranga, 2013.
- ARRAIS, Tadeu Alencar. Entre a rede urbana e a cidade-região: O que há de novo no centro goiano? Anais do X ENA – Encontro Nacional da ANPUR. Belo Horizonte, 2003.
- ARRAIS, Tadeu Alencar. *Geografia Contemporânea de Goiás*. Goiânia: Vieira, 2004.
- ARRAIS, Tadeu Alencar. *Goiás: novas regiões, ou novas formas de olhar velhas regiões*. In: Observatório Geográfico de Goiás, 2002. Disponível em: https://observatoriogeogoiias.iesa.ufg.br/up/215/o/arraais_tadeu_alencar_goi_s_novas_regi_es.p df, acesso 18/08/2016.
- ARRAIS, Tadeu Alencar. *O território goiano: uma abordagem quase contemporânea do desenvolvimento regional*. XXII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Belém, 2007.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Tradução: Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti e Marcelo Macca. São Paulo: Schwarcz, 1986.
- BLACK, C. E. *Dinâmica da Modernização: Estudo de história comparativa*. Tradução: Célia Maria G. de Stewart. Rio de Janeiro: Apec, 1971.
- BORGES, Brasanufo Gomides. *Ferrovias e Modernidade*. In: Revista UFG, Dezembro 2011, Ano XIII, nº 11.
- CARVALHO, Simone Pereira de. *Agricultura familiar e agroindústria canavieira: interações e contradições*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Agronegócio. Goiânia: 2008.
- CASTELLS, Manuel. *O fenômeno urbano: delimitações conceituais e realidades históricas*. In: A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. P. 39-52.
- CASTILHO, Dênis. *Modernização territorial e redes técnicas em Goiás*. Goiânia: UFG, 2016.
- CASTILHO, Denis; CHAVEIRO, Eguimar Felício. *Por uma análise territorial do cerrado*. In: PELÁ, Márcia; CASTILHO, Denis (orgs.). *Cerrados: perspectivas e olhares*. Goiânia: Editora Vieira, 2010.
- COSTA, Ismar da Silva. *Guerra simbólica na fronteira: religião e política em Itapuranga-GO*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História. Goiânia: 2012.
- CORRÊA, Roberto Lobato; DAVIDOVICH, Fany Rachel. In: *Esboço Preliminar de Divisão*

- do Brasil em Espaços Polarizados*. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1995.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Uma nota sobre o urbano e a escala*. In: Território/LAGET. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- CORRÊA, Roberto Lobato. In: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Regiões de influência das cidades*. Rio de Janeiro, 1987.
- DEUS, João Batista de. *O Sudeste Goiano e a desconcentração industrial*. Brasília: Ministério da Integração Nacional: Universidade Federal de Goiás, 2002.
- ESTEVAM, Luís. *O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás*. Goiânia: UCG, 2004.
- FERREIRA, Danilo Cardoso; CAMARGOS, Naiara Maria de Sousa. *A natureza do Cerrado e a implantação de sistemas agroflorestais para recuperação de áreas degradadas no município de Itapuranga – Goiás*. Revista Presença Geográfica: Vol. 3, Nº 1, 2016.
- FERREIRA, Lara Cristine Gomes. *A Evolução do Setor Sucroalcooleiro na Microrregião Ceres (GO): Dinâmica Espacial e Impactos Sócio-Econômicos*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais. Goiânia: 2010.
- FONT, Joan Nogué; RUFÍ, Joan Vicente. *Geopolítica, identidade e globalização*. São Paulo: Annablume, 2006.
- FRESCA, Tânia Maria. *Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias*. In: Revista Mercator. Vol. 09, Nº 20, 2010.
- GERMANI, Gino. *Sociologia da modernização*. Tradução: Eurico de Lima Figueiredo. São Paulo: Mestre Jou, 1974.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Tradução: Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.
- GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrole*. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- GOMES, Paulo César da Costa. *Geografia e modernidade*. O Debate da Modernidade. In: GOMES, Paulo César da Costa. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

- HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Lobo. Rio de Janeiro: DP&A, 1997. P. 07-23.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. Tradução: Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Esboço Preliminar da Divisão do Brasil em Espaços Homogêneos e Espaços Polarizados*. Rio de Janeiro, 1967.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas*. Rio de Janeiro, 1972.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Regiões de influência das cidades*. Rio de Janeiro, 1987.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Regiões de influência das cidades*. Rio de Janeiro, 1993.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Regiões de influência das cidades*. Rio de Janeiro, 2007.
- IMB – Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. 2012: Produto Interno Bruto dos municípios goianos. Goiás: SEGPLAN, dez. 2016.
- KELLER, Elza Coelho de Souza. In: *Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas*. Rio de Janeiro, 1972.
- KURZ, Robert. *O tédio mortal da modernidade*. Folha de São Paulo Caderno Mais! – página 10 – 28/11/1999.
- LEMOS, Thomaz F. *Terra Xixá*. Itapuranga, 1990.
- MARKUSEN, Ann. *Mudança econômica regional segundo o enfoque centrado no ator*. In: DINIZ, Clélio C.; LEMOS, Mauro B. (Org.) *Economia e território*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. P. 57-75.
- MARX, Karl. *Contribuição a crítica da economia política*. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. 10. ed. Tradução de Maria Lucia Cumo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. (Coleção Leitura).
- MATOS, G. R. *Sistema de produção de agricultores familiares fruticultores de Itapuranga-GO*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.
- MESQUITA, Helena Angélica de. *Onde estão as flores, cores, odores, os saberes e os sabores do cerrado brasileiro? O agro/hidronegócio comeu! XIX ENGA - Encontro Nacional de Geografia Agrária*. São Paulo, p. 01 – 19, 2009.

- MOYSÉS, Aristides; SILVA, Eduardo Rodrigues da. *Ocupação e urbanização dos cerrados do Centro-Oeste e a formação de uma rede urbana concentrada e desigual*. In: XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Belém, 2007.
- NETO, Antônio Teixeira. *O território Goiano-Tocantinense no contexto do território do Cerrado*. In: Observatório Geográfico de Goiás, 2006. Disponível em: www.observatoriogeogoiias.com.br Acesso: 18/08/2016.
- NETO, Onofre Ferreira Aurélio; SALGADO, Tatiana Rodrigues. *Rede Urbana de Goiás: análise das interações espaciais dos centros na rede urbana*. In: XI – Encontro Nacional do ANPEGE, 2015. Disponível em: www.enanpeg.ggf.br/2015 Acesso: 18/08/2016.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia de poder*. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- BIBEIRO, Ângelo Rosa. *Blog A Hora do Ângelo*, 2012. Disponível em: <http://horadoangelook.blogspot.com.br/2012/01/historia-da-ueg-de-itapuranga.html>. Acesso em 17/08/2016)
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ªed. São Paulo: Edusp, 2006.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2012.
- SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade: Ensaio*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- SANTOS, Milton. *Manual de Geografia Urbana*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- SANTOS, Milton. *Por uma economia política da cidade*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton. *O dinheiro e o território. Território, Territórios*. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense/Associação dos Geógrafos Brasileiros. Niterói, 2002.
- SANTOS, Milton. *O retorno do território*. In: SANTOS, M; SOUZA, Adélia A. de; SANTOS, Milton. *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Edusp, 1994.
- SEPLAN – Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento. *Ranking dos Municípios Goianos*. Goiânia, 2003.
- SILVA, Valtuir Moreira da. *Itapuranga e a (re)invenção da história*. Goiânia: Vieira, 2008.
- SOUZA, Franciane da Silva; JESUS, Nádia Maria de. *História econômica de Itapuranga: os*

lugares do comércio 1950/70. Monografia Curso História – Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Itapuranga, 2013.

SOUZA, Nelson Mello e. *Modernidade: A estratégia do abismo*. 2ª ed. São Paulo: Unicamp, 1999.

VIANA, Nildo. *Modernidade e pós-modernidade*. 2009. In: enfrentamento.net/enf06.pdf
Acesso em: junho de 2016.

VIEIRA, Fernanda Rodrigues. *Valorização econômica de quintais rurais – o caso dos agricultores associados à COOPERAFI (Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga – Go)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Agronegócio. Goiânia: 2009.

XIXÁ, Jornal Impacto. *Ano VI, Edição 73, Novembro de 2016*.

ANEXOS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Questionário Prestação de Serviços Itapuranga

Público pesquisado: Prestadores de serviços do município de Itapuranga

Objetivo: Analisar a relação dos prestadores de serviços de Itapuranga com as cidades vizinhas e compreender se o município de Itapuranga exerce uma posição de centralidade na região.

Propósito da pesquisa: Realização de uma dissertação de mestrado em Geografia realizado pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins acadêmicos, não serão mencionados nomes e quaisquer informações que possam identificar o entrevistado.

Obrigada pela colaboração!

1 – Há quanto tempo à empresa atua no município?

2 – Qual ramo de atividade explora?

3 – De quais cidades vem os produtos utilizados em seu estabelecimento?

Goiás: _____

Brasil:

4 – Possui clientes de outros municípios? Se sim, quais municípios?

5 – Na lista citada acima, quais municípios (primeiro, segundo e terceiro lugar) fornecem maior quantidade de clientes a seu estabelecimento comercial?

a) 1º: _____

b) 2º: _____

c) 3º: _____

6 – Com que frequência os clientes de outras cidades fazem compras em seu estabelecimento?

() Diariamente

() Semanalmente

() Mensalmente

() Esporadicamente

() Outros: _____

7 – Em sua maioria, qual o perfil econômico de seus clientes residentes em outras cidades?

() Classe baixa

() Classe média

() Classe alta

() Ambas as classes

8 – Qual a importância desses consumidores para o seu estabelecimento comercial?

- Representa uma pequena parcela
- Representa menos da metade dos clientes
- Representa mais da metade dos clientes
- Representa a grande maioria dos clientes
- Outros: _____

Prof. Dr. João Batista de Deus
deus@iesa.ufg.br
Contato: (62) 3521-1184

Geógrafa – Kátia Mesquita Campos
katialorrany@hotmail.com
Contato: (62) 9 8492-4741



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Questionário Bancos Itapuranga

Público pesquisado: Rede bancária do município de Itapuranga

Objetivo: Analisar a relação dos bancos de Itapuranga com as cidades vizinhas e compreender se o município de Itapuranga exerce uma posição de centralidade na região.

Propósito da pesquisa: Realização de uma dissertação de mestrado em Geografia realizado pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins acadêmicos, não serão mencionados nomes e quaisquer informações que possam identificar o entrevistado.

Obrigada pela colaboração!

1 – Há quanto tempo à agência atua no município?

2 – Quais são os produtos ofertados?

3 – Possui clientes de outros municípios? Se sim, quais municípios?

4 – Na lista citada acima, quais municípios (primeiro, segundo e terceiro lugar) fornecem maior quantidade de clientes a sua agência?

a) 1º: _____

b) 2º: _____

c) 3º: _____

5 – Dos produtos ofertados pela agência, quais são mais utilizados pelos clientes de outras cidades?

6 – Com que frequência os clientes de outras cidades utilizam os serviços em sua agência?

() Diariamente

() Semanalmente

() Mensalmente

() Esporadicamente

() Outros: _____

7 – Em sua maioria, qual o perfil econômico de seus clientes residentes em outras cidades?

() Classe baixa

() Classe média

() Classe alta

() Ambas as classes

8 – Qual a importância desses clientes para o sua agência?

() Representa uma pequena parcela

() Representa menos da metade dos clientes

Representa mais da metade dos clientes

Representa a grande maioria dos clientes

Outros: _____



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Questionário Comércio Itapuranga

Público pesquisado: Comerciantes do município de Itapuranga

Objetivo: Analisar a relação do comércio de Itapuranga com as cidades vizinhas e compreender se o município de Itapuranga exerce uma posição de centralidade na região.

Propósito da pesquisa: Realização de uma dissertação de mestrado em Geografia realizado pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins acadêmicos, não serão mencionados nomes e quaisquer informações que possam identificar o entrevistado.

Obrigada pela colaboração!

1 – Há quanto tempo à empresa atua no município?

2 – Qual ramo de atividade explora?

3 – De quais cidades vem os produtos ofertados em seu estabelecimento?

Goiás: _____

Brasil:

4 – Possui clientes de outros municípios? Se sim, quais municípios?

5 – Na lista citada acima, quais municípios (primeiro, segundo e terceiro lugar) fornecem maior quantidade de clientes a seu estabelecimento comercial?

a) 1º: _____

b) 2º: _____

c) 3º: _____

6 – Com que frequência os clientes de outras cidades fazem compras em seu estabelecimento?

() Diariamente

() Semanalmente

() Mensalmente

() Esporadicamente

() Outros: _____

7 – Em sua maioria, qual o perfil econômico de seus clientes residentes em outras cidades?

() Classe baixa

() Classe média

() Classe alta

() Ambas as classes

8 – Qual a importância desses consumidores para o seu estabelecimento comercial?

- Representa uma pequena parcela
- Representa menos da metade dos clientes
- Representa mais da metade dos clientes
- Representa a grande maioria dos clientes
- Outros: _____